

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

FRANCIELLE FERREIRA SOUZA FELIX

**UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE CULTURA E LAZER NO
LAR DOS VELHINHOS IRMÃO ERASTO – SERTE EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Florianópolis

2008/2

FRANCIELLE FERREIRA SOUZA FELIX

**UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE CULTURA E LAZER NO
LAR DOS VELHINHOS IRMÃO ERASTO – SERTE EM FLORIANÓPOLIS/SC**

**Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina, para obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.**

**Orientadora: Prof^ª. Ms. Rosana Sousa de Moraes
Sarmiento**

Florianópolis

2008/2

FRANCIELLE FERREIRA SOUZA FELIX

**UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE CULTURA E LAZER NO
LAR DOS VELHINHOS IRMÃO ERASTO – SERTE EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Ms. Rosana Sousa de Moraes Sarmento
Orientadora e Presidente da Banca

Prof^ª. Ms. Iliane Köhler
Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Vera Herweg Westphal
Examinadora

Florianópolis, fevereiro de 2009.

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais, ao meu esposo e aos
idosos do Lar dos Velhinhos Irmão Erasto.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus criador dos céus e da terra, que vem me direcionando durante toda a trajetória da minha vida, me dando coragem para enfrentar os desafios que diariamente são colocados em minha frente.

Aos meus pais, Alda e José, que com amor me ensinaram a vencer os obstáculos e a alcançar a vitória. A vocês, dedico este momento especial da minha, tão esperado por nós.

Ao meu esposo Roberto, que desde o início desta longa jornada de quase cinco anos me deu todo amor e apoio, compreendendo que as madrugadas em frente ao computador eram necessárias para chegar ao final deste caminho. Agradeço a Deus pela sua existência em minha vida. Te amo!

As minhas irmãs, Cristiane e Fabiana, que me deram forças e me incentivaram a trilhar o caminho com coragem e sabedoria. Cris e Fabi vocês são meus referenciais tanto como pessoa quanto como profissionais da saúde.

A orientadora, Prof^ª M^a Rosana, que de forma brilhante contribuiu neste processo de ensino e aprendizagem, indicando a maneira mais simples e objetiva para iniciar, desenvolver e finalizar esta etapa da minha formação profissional. Agradeço pelo seu comprometimento e pela serenidade com que conduziu este processo.

A todos os membros da Igreja do Nazareno da Costeira do Pirajubaé, que direta e indiretamente contribuíram para a conquista desta vitória. Em especial, a Pastora Marília, pelas orações e incentivo, a Marilene, que me incentivou a fazer o curso de Serviço Social e aos membros da Companhia de Teatro Nazarte Floripa, pelo comprometimento, apoio e criatividade durante todo o Projeto de Intervenção realizado junto aos idosos do Lar dos Velhinhos Irmão Erasto.

A minha amiga Alexandra, que me incentivou a fazer o curso de Serviço Social e me deu todo apoio durante o mesmo. Me recordo com saudades dos dias em que estudávamos juntas para as provas e elaborávamos os longos e intermináveis trabalhos.

Aos meus amigos Zeco e Mara, pela amizade, carinho, conselhos e orações. Vocês têm sido grandes amigos e maravilhosos irmãos.

Aos meus amigos Mauro, Dani e Bia, pela amizade que construímos em tão pouco tempo. Parece até que somos irmãos! Agradeço pelo carinho, compreensão e orações.

Aos meus amigos Roque, Mari e Maria Rita, que me acompanharam neste processo me incentivando e me dando todo o apoio. Mari te agradeço pelas tardes em que preparavas pipocas doces e chimarrão para conversarmos e deixarmos os estresses de lado.

As minhas amigas Diane, Fabiana e Mailiz, que trilharam este caminho junto comigo no curso de Serviço Social. Ainda me lembro dos nossos grupos de estudos para as provas e dos nossos encontros para a elaboração de trabalhos. Estes são momentos que ficarão guardados para sempre em minha memória e em meu coração.

A Assistente Social Keila, supervisora de campo de estágio, que me ensinou a decifrar a realidade e a captar nela as possibilidades de ação, a partir dos princípios teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que fundamentam a profissão de Assistente Social. Agradeço por contribuíres para a minha formação profissional e me ensinares a construir as bases da minha identidade profissional nos princípios éticos da profissão.

A Letícia, Assistente Social do Lar dos Velhinhos Irmão Erasto, por me encorajar a prosseguir e me indicar o caminho para ser uma profissional ética e engajada na luta pelos interesses da pessoa idosa, em defesa dos seus direitos sociais.

A equipe técnica do Lar dos Velhinhos Irmão Erasto, pelo companheirismo e união. Fico feliz de fazer parte dessa equipe dedicada e comprometida com os direitos da pessoa idosa.

A todos os demais profissionais da Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação – SERTE, que direta e indireta contribuíram para a minha formação profissional e pessoal.

Aos idosos do Lar dos Velhinhos Irmão Erasto, que foram os atores principais desta história, peças fundamentais desta trajetória, que me ensinaram através das suas histórias de vida a me apaixonar ainda mais pela profissão e a ter certeza que estava trilhando o caminho certo. A vocês, também dedico este momento especial da minha.

A todos, familiares, amigos e professores do curso de Serviço Social, que de forma direta e indireta contribuíram para a minha formação pessoal e profissional.

*“Nada deveria ser mais esperado e, no entanto,
nada é mais imprevisto que a velhice.”*

BEAUVOIR (1990, p. 11)

RESUMO

O presente estudo trata das representações sociais de cultura e lazer construídas pelos idosos e seus familiares, profissionais e voluntários que estão envolvidos com o Lar dos Velhinhos Irmão Erasto, com vistas a contribuir para uma intervenção do Serviço Social coerente com os anseios e necessidades deste público-alvo de suas ações profissionais. A partir da construção de um mapeamento sobre a representação social de cultura e de lazer, contribuir para que atividades desta natureza sejam efetivamente oferecidas, resguardando-se a perspectiva de direitos sociais em consonância com os interesses da pessoa idosa e respeitando o Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03. Desse modo, contribuir para que as atividades não sejam reduzidas a eventos programados somente para responder a objetivos e metas organizacionais, de preenchimento da ociosidade, ou ainda, para enquadrar-se ao modismo da era da qualidade de vida. Nesta direção, no que se refere aos resultados deste estudo, apreendemos a importância de deixar uma contribuição ao trabalho profissional com idosos, identificando a necessidade do conhecimento da representação social de cultura e lazer e como estes podem impactar nas ações sociais em Instituições de Longa Permanência.

Palavras-chave: representação social; cultura; lazer; envelhecimento, institucionalização.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CULTURA E LAZER: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS.....	13
1.1 Conceituando representações sociais.....	13
1.2 Antecedentes históricos e desenvolvimento do conceito de cultura.....	17
1.3 Gênese e formação do lazer.....	22
1.4 Os conteúdos culturais do lazer.....	27
2 O CAMINHO DA VELHICE INSTITUCIONALIZADA.....	32
2.1 Velhice e o processo de envelhecimento.....	32
2.2 A institucionalização da pessoa idosa.....	39
2.3 A Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação – SERTE e o Lar dos Velhinhos Irmão Erasto – L.V.I.E.....	44
3 COMO PENSAM E AGEM OS SUJEITOS SOBRE A CULTURA E O LAZER.....	51
3.1 Percurso metodológico.....	51
3.1.1 Representação social de cultura.....	54
3.1.2 Representação social do lazer.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICES.....	84
APÊNDICE A: Projeto de intervenção “O resgate dos direitos a cultura e ao lazer ao idoso institucionalizado”.....	85
APÊNDICE B: Formulário e questionário.....	86
ANEXOS.....	87
ANEXO A: Foto do fundador da SERTE Leonel Timóteo Pereira.....	88
ANEXO B: Foto do Ranchinho dos Trabalhadores do Espaço.....	89
ANEXO C: Foto do início das obras do Lar dos Velhinhos e da primeira parte da construção concluída.....	90
ANEXO D: Missão e objetivos do CPPDH; Objetivos do Centro de Comunicação Comunitária; e Objetivos do Plano Diretor da SERTE.....	91
ANEXO E: Folder do CASIL.....	92

ANEXO F: Folder da ULISERTE.....	93
ANEXO G: Organograma institucional.....	94
ANEXO H: Resolução nº 006 de 08 de novembro de 2004.....	95
ANEXO I: Resolução RDC nº 283 de 26 de setembro de 2005.....	96

INTRODUÇÃO

Para evidenciar a relevância do tema é necessário primeiramente expressar que a motivação para a realização deste estudo surgiu após a avaliação do projeto de intervenção, denominado “O resgate dos direitos a cultura e ao lazer ao idoso institucionalizado”¹, operacionalizado no período de Estágio Curricular Obrigatório II, no primeiro semestre do ano de 2008, na Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação – SERTE, mais especificamente, no Lar dos Velhinhos Irmão Erasto – L.V.I.E.

Assim, ao avaliar o projeto de intervenção, verificamos que os objetivos, tanto geral quanto específicos, eram pertinentes para alcançar os resultados que se pretendia com o projeto. Porém, percebemos que na elaboração e execução do mesmo não nos atentamos que o tempo para a sua realização, planejado para três meses, era reduzido para se ter resultados apreciáveis, tendo-se em vista o público-alvo – pessoas idosas, com idades que variavam de 60 a 100 anos e que apresentavam algum tipo de deficiência física, visual ou auditiva e, doenças como Depressão, Alzheimer, Parkinson, Esquizofrenia e outras síndromes demenciais², – ao qual tinha sido direcionado. Além do fator tempo, refletimos que para se ter resultados mais concretos junto a este segmento social, era necessário conhecer o que o mesmo entendia por cultura e lazer. Desse modo, a partir deste levantamento, compreendemos que seria possível desenvolver atividades de cultura e lazer que vislumbassem de forma efetiva os interesses e necessidades de satisfação destes idosos.

A partir desta preocupação, é premente refletir inicialmente se as Instituições de Longa Permanência para Idosos têm oportunizado aos mesmos atividades de cultura e de lazer que os motivem e estimulem para uma participação efetiva, ou estão atendendo apenas aos objetivos organizacionais. São diversas as atividades de cultura e lazer que podem ser oferecidas, geralmente voltadas para o condicionamento físico, visando à recuperação e manutenção da saúde. Contudo, será que as atividades que buscam proporcionar o bem-estar físico e mental estão contribuindo para o processo de reconstrução e manutenção da autonomia e de melhora da auto-estima da pessoa idosa residente em Instituição de Longa Permanência, ou estão apenas acompanhando o modismo da qualidade de vida?

¹ Apêndice A: Projeto de intervenção.

² Segundo Caramelli e Nitrini (1997, p. 107), “demência pode ser definida como uma síndrome caracterizada por deterioração da capacidade intelectual que é suficientemente intensa para interferir nas atividades profissionais e individuais do indivíduo, na presença de distúrbios de consciência.”

Por este viés se levantou como objeto deste TCC conhecer as representações sociais sobre cultura e lazer na perspectiva dos idosos e seus familiares, profissionais e voluntários que estão envolvidos com o Lar dos Velhinhos Irmão Erasto, no sentido de captar o entendimento sobre estes conceitos para estes segmentos, contribuindo assim, para uma intervenção do Serviço Social coerente com os anseios e necessidades deste público-alvo de suas ações profissionais. A partir da construção de um mapeamento sobre a representação social de cultura e lazer, objetivamos contribuir para que atividades desta natureza sejam efetivamente oferecidas, resguardando-se a perspectiva de direitos sociais em consonância com os interesses da pessoa idosa e respeitando o Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03. Desse modo, contribuir para que as atividades não sejam reduzidas a eventos programados somente para responder a objetivos e metas organizacionais, de preenchimento da ociosidade, ou ainda, para enquadrar-se ao modismo da era da qualidade de vida.

Partindo-se do contexto em que se originou a idéia de realizar esta pesquisa, podemos explicitar a importância da mesma tanto do ponto de vista científico quanto para a sociedade.

Tendo-se em vista que o Brasil segue a mesma tendência mundial no que tange ao acelerado processo de envelhecimento da população, podemos inferir que tanto para a ciência quanto para a sociedade este estudo é relevante.

Afirmamos que este estudo é pertinente, porque se a população está envelhecendo, é imprescindível que a sociedade (Estado, família e sociedade civil em geral) esteja preparada para entender e auxiliar o idoso a compreender e vivenciar de forma intensa esta fase da vida. De igual modo, a ciência precisa conhecer este idoso, as suas particularidades, preferências e necessidades físicas, de segurança, sociais, de status, de estima e de auto-realização, para desenvolver estudos que viabilizem conhecimento tanto para o segmento referido quanto para o preparo da família e da sociedade civil em geral, bem como para que o Estado elabore e execute políticas públicas que vislumbrem os interesses da pessoa idosa.

Entendemos que a compreensão das representações sociais de cultura e lazer estará corroborando para o processo de (re) formulação, implantação, implementação e execução de projetos que viabilizem atividades de cultura e lazer de acordo com os anseios deste idoso. Além disso, poderá servir como material de apoio aos acadêmicos de Serviço Social ou mesmo de outros cursos, podendo contribuir para o processo de formação acadêmica.

O presente estudo está estruturado em três seções, sendo a primeira versando sobre as diferentes concepções teóricas das representações sociais de cultura e lazer. Esta

seção é seguida pela investigação em referências primárias e secundárias a despeito do caminho histórico percorrido pela velhice institucionalizada. E na terceira seção é apresentado o percurso metodológico traçado para o levantamento das concepções acerca de cultura e lazer, prosseguindo então para o fechamento desta monografia, apresentando as considerações finais.

1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CULTURA E LAZER: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

1.1 Conceituando representações sociais

Tendo-se em vista que o objetivo central da presente seção é apresentar o histórico das representações sociais de cultura e lazer, refletimos que era necessário evidenciar o conceito de representações sociais para fundamentar de forma concisa e coerente os itens subsequentes.

De maneira geral, o termo representações sociais é de origem filosófica e expressa a reprodução de um entendimento armazenado na lembrança ou do conteúdo do pensamento (MINAYO, 1995).

Nesta perspectiva, podemos apreender representações sociais como idéias, pensamentos, concepções e/ou noções que os indivíduos desenvolvem sobre uma determinada realidade observada, em que estão inseridos ou não, buscando compreendê-la e explicá-la no contexto sócio-histórico mais amplo.

Deste modo, representações sociais como categorias de pensamento, assim definidas pelas Ciências Sociais, objetivam explicar, justificar ou até mesmo questionar a conjuntura política, econômica e social. Na medida em que se reproduzem e se misturam, as representações sociais possuem vida independente, apesar de conservarem sempre a marca da realidade social onde nasceram (MINAYO, 1995).

Minayo (1995) ao apresentar o pensamento de Durkheim, afirma que o mesmo defende que as representações sociais possuem uma autonomia relativa, pois outras representações como a religião e a moral e, as categorias de espaço, tempo e personalidade, exercem nos indivíduos uma espécie de coerção para atuar de determinada maneira ou para uma direção específica.

Por este viés, entendemos que uma sociedade idealiza e expressa a sua realidade, o seu contexto sócio-histórico, por meio das categorias de pensamento, as quais auxiliam na

captação das explicações e dos possíveis questionamentos acerca de determinados fatos sociais³.

Minayo (1995) evidencia a perspectiva do sociólogo Durkheim, que enfatiza que estas categorias de pensamento têm sua origem associada aos fatos sociais, isto é, não são universais na consciência. Assim, as próprias categorias de pensamento transformam-se em fatos sociais passíveis de observação e interpretação.

Tendo sua gênese a partir dos fatos sociais, as categorias de pensamento significam o entendimento, a compreensão e a apresentação destes “fatos”, apreendidos através dos questionamentos e explicações elaborados na consciência e expressos por uma sociedade inserida em um determinado contexto histórico e cultural.

Trazendo o ponto de vista do sociólogo Max Weber, Minayo (1995) expressa que o mesmo compreende representações sociais por meio de termos como idéias, concepções, dentre outros, utilizados algumas vezes como sinônimos. Para Weber, as representações sociais são juízos de valor – na maioria das vezes determinados por fatores políticos, econômicos, culturais, dentre outros – sobre o real que os indivíduos possuem. O autor enfatiza ainda, que é imprescindível que cada sociedade tenha concepções de mundo abrangentes e unitárias tanto para o seu desenvolvimento quanto para a sua manutenção. Minayo (1995, p. 95) explica que “essas concepções abrangentes (o modo de encarar o tempo, o espaço, o trabalho, a riqueza, o sexo, os papéis sociais etc.) perpassam todos os grupos de determinada sociedade”.

Nestes termos, representações sociais são as reflexões realizadas e as concepções desenvolvidas – por vezes influenciadas pela conjuntura sócio-política, econômica e cultural – pelos indivíduos sobre os fatos sociais que ocorrem em uma realidade social. Compreendemos que as reflexões e concepções desenvolvidas pelos membros de um grupo social contribuem para a construção da sua visão de mundo.

Apresentando a concepção do sociólogo Alfred Schutz, Minayo (1995) evidencia que o autor utiliza o termo *senso comum*⁴ para discorrer sobre representações sociais do cotidiano. Sendo assim, para este autor o *senso comum* está atrelado a conjuntos de abstrações, formalizações e generalizações, que são construídos pelos indivíduos a partir dos

³ Durkheim (1978 apud Minayo, 1995, p. 91) afirma que “os fatos sociais são exclusivamente sociológicos: a noção de especificidade da realidade social é de tal modo necessária ao sociólogo que só uma cultura especificamente sociológica pode compreender os fatos sociais”.

⁴ Explicando a perspectiva de Schutz, Minayo (1995, p. 97) assinala que para o autor “o *senso comum* é de fundamental importância, porque, através dele, o ator social faz sua própria definição de situação. Isto é, não só age como atribui significados portadores de relevâncias à sua ação, de acordo com a sua história de vida, seu estoque de conhecimento dado pela experiência de interação com os que o cercam”.

fatos sociais que interpretam. A existência cotidiana é dotada de significados para os grupos sociais de determinado contexto sócio-histórico e cultural, significados esses que por meio de construções mentais são selecionados de “representações” do senso comum.

Neste sentido, apreendemos que representações sociais são os significados desenvolvidos pelos membros de determinado grupo social a partir das suas experiências cotidianas, ou seja, das elaborações reflexivas das suas vivências pessoais, sociais e culturais.

Minayo (1995), ao explicitar a visão de Marx acerca das representações sociais, destaca que para o autor as mesmas são princípio básico do pensamento e da consciência – na maioria das vezes são condicionados pelos padrões políticos, econômicos e culturais estabelecidos socialmente – dos indivíduos. Para Marx, o comportamento material dos indivíduos influencia nas representações, idéias e pensamentos que os mesmos constroem na consciência.

Marx 1984 apud Minayo afirma que a base material determina o conteúdo da consciência quando define que

Não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência. (...) A consciência é desde o início um produto social: ela é mera consciência do meio sensível mais próximo, é a conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo. (...) A consciência jamais pode ser outra coisa que o homem consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (1995, p. 98)

Entretanto, Minayo (1995) revela que apesar de Marx defender que a vida material influencia o modo de pensar e de elaborar idéias dos indivíduos, o autor também compreende estes dois elementos (base material e consciência) numa relação dialética, na medida em que relativiza o determinismo da vida material sobre a consciência.

Em análise, ao mesmo tempo em que o pensamento do indivíduo é influenciado pela base material, esta por sua vez é idealizada e desenvolvida a partir das idéias e concepções formuladas pelos membros de determinado grupo social.

Minayo (1995) apresentando a perspectiva Gramsciana referente às representações sociais destaca três fatores essenciais da mesma: um primeiro, que evidencia os aspectos de conformismo que as representações revelam e o caráter de abrangência (desse conformismo) nos distintos grupos sociais; o segundo, que chama atenção para os fatores dinâmicos que geram transformações e sua coexistência com o conservadorismo no senso comum; e o terceiro, que analisa as diferentes visões de mundo de qualquer grupo social em determinada conjuntura sócio-histórica.

Ao refletirmos sobre a concepção de Gramsci, entendemos que as representações sociais retratam ao mesmo tempo elementos do conservadorismo, construídos a partir das

idéias (cultura) da classe dominante e, as possibilidades de mudanças. Além disso, como categoria de análise, as representações sociais estudam as distintas concepções dos grupos sociais.

Minayo (1995) destaca que a Escola Marxista analisa que como a classe dominante tem suas idéias – ideologia, moral e religião – construídas, as classes dominadas também possuem representações que retratam seus interesses, porém numa condição de subordinação, pois suas idéias são marcadas pelas contradições entre seu lugar na produção e sua condição social.

Pontuando as idéias de Lukács em relação às representações sociais, Minayo (1995) afirma, que apoiado no pensamento de Marx, o autor analisa as representações por meio da noção de visão de mundo. Para Lukács, visão de mundo é um instrumento de trabalho necessário para apreender as manifestações do entendimento dos indivíduos. Além disso, é um conjunto de sentimentos e anseios que unem os membros de determinado grupo social (ou classe social) e o opõe aos outros grupos. Ademais, entende que nas consciências individuais está impressa a consciência de classe, isto é, coletiva.

Na visão de Lukács, representações sociais significam a visão de mundo dos indivíduos, a qual retrata a consciência de classe (coletiva) dos grupos sociais.

Ao discorrer sobre a concepção de Bourdieu, Minayo (1995) expressa que o autor reflete sobre representações sociais a partir da valorização da fala como demonstração das condições de existência. Para Bourdieu, a fala é expressão das condições da estrutura social, dos valores e símbolos, bem como das representações de grupos sociais em determinadas condições históricas, econômicas e culturais.

Nesta direção, compreendemos que por meio da fala são expressos os ideais, as regras, os códigos e as representações sociais elaboradas e desenvolvidas pelos membros de determinado grupo social.

Em suma, mediante a perspectiva dos autores citados, podemos inferir que as representações sociais podem e devem ser analisadas através da apreensão dos comportamentos dos indivíduos, os quais por meio de palavras e atitudes apresentam sua percepção acerca de determinadas realidades.

Assim, as representações sociais retratam as reflexões desenvolvidas pelos indivíduos, os quais possuem uma visão de mundo que na maioria das vezes é determinada pelo contexto sócio-histórico, econômico e cultural. A realidade vivenciada pelos indivíduos os move para construírem e explicarem sua vida a partir da bagagem de conhecimento que possuem.

Por perpassarem a sociedade em geral ou um grupo social específico, as representações sociais não são essencialmente conscientes, na medida em que se reproduzem a partir das categorias – soma das idéias dominantes, dos trabalhadores, das filosofias vigentes e, resultantes das contradições das relações sociais de produção – de pensamento do coletivo ou dos grupos, ou seja, nelas se apresentam elementos tanto da dominação e da resistência quanto dos conflitos e do conformismo.

Após apresentar as concepções de diferentes autores sobre as representações sociais, consideramos que temos as bases para discorrer na seqüência, de forma concisa e coerente, sobre o histórico das representações sociais de cultura e lazer.

1.2 Antecedentes históricos e desenvolvimento do conceito de cultura

Para explicitar algumas definições de cultura, compreendemos que é necessário apresentar em conjunto os antecedentes e contexto histórico em que se idealizou e que se deu significado ao termo.

Primeiramente, é importante evidenciar que não pretendemos aqui detalhar um conceito pronto, acabado e único sobre a palavra cultura, tendo-se em vista que na própria Antropologia, área científica que tem como campo de estudo a cultura, há diversas tendências de desenvolvimento do conceito.

Assim, é relevante pontuar que a palavra cultura se originou na língua latina e em seu significado original é ligada a atividades agrícolas. O termo tem por radical o verbo latino *colore*, que significa cultivar e o vocábulo latino *cultus* (particípio de *colo*) que tem o sentido de da terra (SANTOS, 1986; SANTOS, 2006). Na língua portuguesa, de acordo com o Ferreira⁵, a palavra cultura tem diversos significados, como

[...] 1. Ato, efeito ou modo de cultivar; cultivo. 2. V. Cultivo. 3. O complexo de padrões de comportamentos, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização [...]. 4. O desenvolvimento de um grupo social, uma nação, etc., que é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento desses valores; civilização, progresso [...]. 5. Atividade e desenvolvimento intelectuais, saber, ilustração, instrução [...]. 6. Apuro, esmero, elegância. 7. Criação de certos animais, em particular microscópicos: cultura de carpas; cultura de germes. (1986, p. 508)

⁵ Autor da obra intitulada “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”.

Tendo-se por base que a palavra cultura tem vários significados, entendemos que a mesma tem sentido abrangente, que compreende a produção e transmissão de regras e padrões instituídos por membros de um grupo para o desenvolvimento da política, da economia e do conhecimento científico e artístico.

Reforçando a idéia da amplitude do conceito de cultura, podemos evidenciar o pensamento de Santos (1986, p. 21) que pondera que “por cultura se entende muita coisa”. Sob essa lógica, cultura associa-se e pode se referir a diversos fatores. Sendo assim, cultura está bastante atrelada a estudo, conhecimento, educação e pode se referir a amostras artísticas, às festas e cerimônias tradicionais, bem como ao modo de vestir, a comida e ao idioma de um povo, podendo também ser identificada com os meios de comunicação como rádio, televisão e cinema (SANTOS, 1986).

Após este panorama geral, é pertinente sinalizar, que em fins do século XVIII e início do século XIX, utilizava-se o termo Germânico *Kultur*⁶ para representar as características espirituais de uma comunidade e a expressão francesa *Civilization*, especialmente para fazer referência às realizações materiais de um povo. Portanto, foi em 1871 que se formulou a primeira definição de cultura do ponto de vista antropológico, por Edward Tylor, que sintetizou as duas expressões referidas no vocábulo inglês *Culture*, que abarcava a construção de conhecimentos, crenças, arte, moral, leis e costumes adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (LARAIA, 2000).

Neste viés, a palavra cultura passa a ter um significado amplo, sendo utilizada para simbolizar tanto os aspectos políticos, econômicos e sociais de um povo quanto para representar as suas realizações, no que se refere à produção do conhecimento popular e científico.

De acordo com Laraia (2000, p. 28), Edward Tylor define “cultura como sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética”.

Analisando a concepção de cultura desenvolvida por Tylor, entendemos cultura como um conjunto de regras criadas por um povo, que são transmitidas a cada geração. Em outras palavras, a cultura é aprendida, na medida em que é compartilhada entre os membros de um grupo por meio dos padrões e costumes instituídos pelos mesmos.

⁶ Segundo Dawsey (2001, p. 31), a expressão *Kultur* também pode ser definida como a “visão de mundo específica de um povo. Uma sociedade ou grupo de pessoas expressa-se por meio de sua cultura. *Kultur* é um modo de vida, um modo de ser característico de um povo ou grupo social”.

Dando continuidade aos estudos do conceito de cultura, em 1917, o antropólogo Alfred Kroeber rompeu os laços de proximidade que havia entre o cultural e o biológico em um dos seus artigos, no qual postulou a supremacia do primeiro em relação ao segundo. Para o pesquisador referido, o comportamento humano não é determinado biologicamente, tendo-se em vista que todo o seu pensamento e ação dependem de um processo de aprendizado. Nesse momento, o conceito de cultura é expandido, além de determinar o comportamento do homem e justificar as suas realizações, passa a significar o meio que facilita a adaptação aos diferentes ambientes ecológicos. A partir dessa concepção de cultura, passa a se entender que o homem se torna dependente do conhecimento adquirido com o aprendizado, visando processar uma ação criativa (LARAIA, 2000).

Pelas lentes de Kroeber, podemos entender que apesar de se ter uma herança genética, as formas de pensar e agir são “determinadas” pelos padrões culturais instituídos pelos membros de um grupo.

Na concepção de Damatta, cultura é a

[...] Maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas. É justamente porque compartilham de parcelas importantes deste código (a cultura) que um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintas e até mesmo opostas transformam-se num grupo e podem viver juntos sentindo-se parte de uma mesma totalidade. (1986, p. 123)

Nestes termos, compreendemos que a cultura possibilita a interação e socialização entre os membros de um grupo, na medida em que oportuniza aos mesmos o compartilhamento de experiências e regras de vida. E, os padrões culturais de um povo representam o código criado pelo mesmo para facilitar a comunicação.

Santos (1986) afirma que as diferentes maneiras de compreensão do termo cultura advém de um conjunto de preocupações em que se podem localizar duas concepções básicas. Uma que se preocupa com os aspectos da realidade social, em que cultura se refere ao que caracteriza a existência social de um povo ou de grupos no interior de uma sociedade, suas maneiras de conceber e organizar a vida social. E outra, que reforça que cultura diz respeito ao conhecimento, às idéias e crenças e às formas como são construídos pelos povos e existem na vida social.

Ao analisarmos esta perspectiva, apreendemos que a cultura, como uma dimensão do processo social, representa as concepções e práticas de uma sociedade, que abrange as doutrinas e rituais de um povo. Nesse sentido, construída histórica e socialmente, a cultura retrata e expressa o desenvolvimento e as modificações políticas, econômicas e sociais

ocorridas em uma sociedade. De igual modo, as transformações na cultura desencadeiam mudanças na realidade social.

Pensar cultura como dimensão do processo social é deixar de entendê-la como algo estático, imutável, passando a percebê-la como algo dinâmico, que está em constante movimento no âmbito da realidade sócio-histórica de uma sociedade e que inclui todo o conhecimento e as maneiras como este é expresso. Por esse viés, compreendemos que a cultura de uma sociedade está suscetível as relações de dominação, de modo que registra as tendências e conflitos da história e suas mudanças sociais e políticas (SANTOS, 1986).

Considerada por Santos (1986) um legado comum de toda humanidade, a cultura é um produto coletivamente idealizado e vivenciado, apesar de nas sociedades em que há divisão de classe, marcadas por desigualdades sociais, seu controle e benefícios não abrangem a todos, ou seja, são limitados a uma minoria que detém o poder político e econômico.

Sob esta perspectiva, entendemos que numa sociedade de classes, a cultura dominante, construída e controlada por uma minoria (detentora do poder político e econômico), é imposta e muitas vezes, incorporada pela maioria da população, representada pela classe trabalhadora.

Como um sistema de símbolos⁷ interpretáveis, a cultura não é poder ao qual são atribuídos de forma casual os fatos sociais e comportamentos de um povo, mas um contexto em que as instruções e as regras de vida construídas pelos membros de um grupo podem ser apresentadas de maneira inteligível (GEERTZ, 1973).

O entendimento de cultura como um contexto, remete a apreendê-la como uma totalidade em que a vida política, econômica e social é instituída, compartilhada e vivida pelos membros de um grupo. As regras formuladas e gestadas pelos próprios membros de um grupo representam um código facilitador da interação e do convívio social entre os mesmos.

Geertz (1973) propõe duas idéias para se compreender cultura. Uma que a apreende como um conjunto de planos e receitas, como “programas⁸ de computador” que como mecanismos de controle, governam o comportamento humano. E outra, que afirma que o homem é dependente de tais mecanismos de controle para ordenar seu comportamento. Sob essas idéias, refletimos que sem a direção de padrões culturais, o comportamento do homem seria uma “desordem” de atos sem sentido e sua experiência não teria uma forma. Sendo

⁷ Segundo Geertz (1973, p. 24), “tais símbolos são, portanto, não apenas simples expressões, instrumentalidade ou correlatos de nossa existência biológica, psicológica e social: eles são seus pré-requisitos”.

⁸ De acordo com Laraia (2000, p. 63), “para Geertz, todos os homens são geneticamente aptos para receber um programa, e este programa é o que chamamos de cultura”.

assim, a soma acumulada de tais padrões configura-se como condição essencial para a existência humana.

Em análise, compreendemos que a cultura desempenha um papel significativo na realidade sócio-histórica dos povos, contribuindo de forma gradual e constante para o desenvolvimento pessoal e, conseqüentemente, político, econômico e social.

Complementando, podemos trazer o pensamento de Geertz, que assinala que à medida que a cultura se desenvolve ocorre

[...] O aperfeiçoamento das ferramentas, a adoção da caça organizada e as práticas de reunião, o início da verdadeira organização familiar, a descoberta do fogo e, o apoio cada vez maior sobre os sistemas de símbolos significantes (linguagem, arte, mito, ritual) para a orientação, comunicação e o autocontrole, tudo isso criou para o homem um novo ambiente ao qual foi obrigado a adaptar-se. (1973, p. 59-60)

Nesta direção, entendemos que o desenvolvimento da cultura promove mudanças que atualizam os meios de produção e organização dos grupos sociais, que por meio de instruções codificadas e das vivências compartilhadas, elaboram, modificam e ampliam padrões culturais com vistas ao progresso. Geertz (1973, p. 61) enfatiza que “[...] sem os homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens”. A afirmativa do autor leva a reflexão de que os homens e a cultura têm uma relação de interdependência, ou seja, um depende do outro, na medida em que um não tem sentido de existência sem o outro.

Assim, compreendemos que as atitudes, os conhecimentos e os valores criados por um povo são produtos culturais, construídos a partir das tendências e disposições que cada membro de um grupo nasceu (GEERTZ, 1973).

De modo geral, em cada definição formulada pelos pesquisadores, apreendemos que o conceito de cultura não pode ser traduzido em uma só palavra, sendo que existem diversas concepções e/ou noções acerca do termo.

Com efeito, este breve recorte que se realizou sobre os estudos da palavra cultura não tinha a pretensão de esgotar a discussão relativa ao termo, mais de dar continuidade às análises a partir das reflexões já desenvolvidas pelos pesquisadores do tema.

A partir deste “resgate” do conceito de cultura, entendemos que para fundamentar a seção em questão é necessário apresentar em seguida os antecedentes históricos e o desenvolvimento do conceito de lazer, sendo este um dos pontos cruciais deste estudo e de ligação direta com o conceito de cultura.

1.3 Gênese e formação do lazer

Ao pesquisar sobre a gênese e formação do lazer, apreendemos que existem diversos entendimentos, ou seja, não se tem um conceito único, mas algumas noções e/ou concepções acerca do termo.

A temática “lazer” passa a fazer parte das produções dos pensadores sociais a partir do século XIX, período de surgimento da “sociedade industrial” (MARCELLINO, 1996).

Gebara (1997) destaca duas grandes perspectivas teóricas que explicam a origem e desenvolvimento do lazer moderno. Uma que consiste em analisar o contexto histórico, político, econômico, social e cultural em que surgiu o lazer nas diferentes sociedades. E outra, que busca verificar em que momento histórico da sociedade ocidental surgiu uma concepção ideológica relativa ao lazer.

Ao analisarmos os autores referidos, entendemos que os estudos acerca do tema “lazer” são recentes e que para analisá-lo é necessário contextualizá-lo na conjuntura sócio-histórica, para se ter uma compreensão dos conteúdos ideológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais que o envolvem.

Fazendo um “recorte” histórico, podemos constatar que nas sociedades pré-industriais o trabalho e o lazer configuravam-se num mesmo espaço, isto é, não se tinha um tempo e espaço específico para o desenvolvimento de cada um, os espaços de trabalho⁹ localizavam-se próximos ou até mesmo se confundiam com a própria moradia. Já nas sociedades industriais¹⁰, em que se expandia o processo de urbanização¹¹ e acentuava-se a divisão do trabalho, obedecia-se ao ritmo da máquina e a um tempo mecânico, tendo-se espaços específicos para a prática de atividades de trabalho e de lazer. A partir desse momento, ocorre a institucionalização do lazer. Assim, em 1901, acontece no Brasil uma greve de trabalhadores da Companhia Industrial de São Paulo, que reivindicava a diminuição da jornada diária de trabalho para 11 horas. Mas foi somente em 1930 que foram instituídas

⁹ Segundo Marcellino (1996), o trabalho muitas vezes era interrompido para conversas e, algumas vezes, era executado ao som de cantos.

¹⁰ De acordo com Camargo (1989, p. 36) “a própria organização do espaço de trabalho inibe qualquer tentação de diversão e entretenimento. Enfim, as longas jornadas de trabalho, no início da industrialização, apenas deixava tempo para o sono”.

¹¹ Requixa (1977, p. 42) afirma que “os meios de comunicação de massa, a industrialização e a urbanização uniformizam os comportamentos no lazer como elemento cultural de uma sociedade de massa, que se estandardiza culturalmente”.

leis sociais trabalhistas, que previam a diminuição da jornada semanal, folga nos fins de semana e férias (BRUHNS, 1997; MARCELLINO, 1996).

Apesar de na década de 1930 serem previstos em lei direitos trabalhistas que se referiam a um “tempo livre” das obrigações profissionais, compreendemos que esse tempo (livre) é condicionado por fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, que facilitam ou não, que oportunizam ou não, a possibilidade de viver uma experiência de lazer.

De acordo com Requixa (1977, p. 48), o lazer pode ser distinguido em dois aspectos que estão inter-relacionados e que influenciam a sua fruição. Assim, “[...] de um lado, o padrão cultural, ou seja, o estágio de modernização dos hábitos culturais dos grupos populacionais urbanos; e, de outro, a possibilidade de participação desses mesmos grupos nos bens e serviços que a sociedade oferece entre os quais se inclui o lazer”.

A partir da perspectiva de Requixa, entendemos que tanto as práticas culturais de determinado grupo social quanto o seu nível de acesso e oportunidade a atividades de lazer irão influenciar nas maneiras de desfrutar o lazer.

Tendo-se em vista que apesar de algumas vezes a possibilidade de praticar o lazer é limitada por falta de tempo ou recursos, percebemos que sua necessidade é premente e crescente desde o processo de urbanização e industrialização. O lazer, que é o aumento do tempo livre resultante da diminuição do tempo de trabalho, é fruto de uma luta entre interesses opostos e sua ampliação depende da influência das forças sociais e do progresso técnico de determinada conjuntura sócio-histórica e cultural, ou seja, de determinantes sociais¹² e técnicos¹³ (DUMAZEDIER, 1976).

Neste viés, apreendemos que a partir do processo de urbanização, que representa a saída da população da área rural para a cidade e, de industrialização, que representa mudanças nos processos e relações de trabalho, configura-se uma nova conjuntura social, política, econômica e cultural, em que o lazer passa a ser considerado e a fazer parte das atividades cotidianas dos indivíduos. Assim, o lazer surge como meio de descanso das longas jornadas de trabalho no âmbito das fábricas.

Na visão de Bruhns (1997), a partir do processo de industrialização, surge a aparente existência de uma dicotomia entre trabalho e lazer, em que o primeiro é entendido como obrigação social e o segundo, como possibilidade de satisfação.

¹² Para Dumazedier (1976, p. 66), “entre os determinantes sociais que exercem influência sobre o lazer três parecem [...] fundamentais: a evolução técnica, as persistências tradicionais e a organização sócio-econômica”.

¹³ Em relação aos determinantes técnicos, Dumazedier (1976) afirma que surgiram em fins do século XIX, passando rapidamente a ter um caráter explosivo.

Complementando a idéia, é pertinente trazermos as ponderações de Parker (1978 p. 33), que afirma que “[...] o lazer na sociedade industrial pode ser visto como um concorrente [...] ao trabalho na sociedade industrial, em consequência da maior liberdade individual, emergindo com as suas próprias instituições sociais características¹⁴”.

Em contrapartida a idéia de que lazer e trabalho são opostos, Camargo (1989) reflete que se a partir da redução da jornada de trabalho surge a possibilidade de um “tempo disponível” para se experienciar momentos de lazer, avalia que o lazer é um produto do trabalho.

Deste modo, podemos considerar que o trabalho teve um papel significativo para o surgimento do lazer, na medida em que foi a partir da redução da carga horária semanal, da folga nos fins de semana e das férias que os trabalhadores começaram a ter um tempo “livre das obrigações do trabalho” para vivenciar uma experiência de lazer. Porém, refletimos que apesar de os trabalhadores passarem a ter um “tempo liberado” para o lazer, não significou que necessariamente conseguiam desfrutá-lo, sendo que para isso, algumas vezes, era preciso recursos financeiros e os mesmos (trabalhadores) os possuíam somente para a subsistência e manutenção da família.

O lazer como elemento da cultura vivenciada pelos trabalhadores relaciona-se de maneira sutil e profunda com os problemas advindos do trabalho, da política e da família, os quais sob a influência do lazer passam a ser abordados de modo diferente (DUMAZEDIER, 1976).

Neste sentido, o lazer está atrelado às relações políticas, econômicas, sociais e culturais estabelecidas por determinado grupo social, de maneira que influencia as relações e através das mesmas, são elaboradas e desenvolvidas as atividades de lazer.

Dumazedier assinala que

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação voluntária ou a sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (1976, p. 34)

Apreciando as considerações de Dumazedier em relação ao lazer, percebemos que o mesmo o situa como “tempo liberado” não somente das obrigações profissionais, mas

¹⁴ Parker (1976, p. 33-34) destaca que “o surgimento de instituições de lazer características significa que tais instituições são determinantes importantes do modo como as pessoas usam seu lazer – as instituições não apenas atendem a uma demanda, mas também têm um papel capital em sua criação e decisão a respeito de como atendê-la”.

também das familiares, sociais, políticas e religiosas. Nesses termos, lazer é identificado como oposição ao conjunto das obrigações do cotidiano.

Seguindo esta linha, podemos trazer mais algumas definições de lazer desenvolvidas por pesquisadores da área.

Marcellino (1996) considera que o período de lazer pode ser configurado como um momento para “recuperar as energias”, de desenvolvimento pessoal e social. Assim sendo, compreendemos que esses benefícios podem ser usufruídos assistindo ou atuando em peças de teatro, realizando passeios turísticos, participando de grupos de encontro que promovem atividades de lazer, enfim, através de diversas atividades que oportunizem a interação e integração entre as pessoas, o entendimento e reflexão da realidade em que estão inseridas e, o acesso à cultura.

Para Camargo (1989) o lazer possui algumas propriedades, quais sejam: escolha pessoal, gratuidade, prazer e a liberação. Cabe explicitar como o autor desenvolve cada uma delas.

No que se refere à propriedade “escolha pessoal”, o autor chama atenção que nenhuma ação humana é executada por livre escolha, tendo em vista que existem os determinismos sociais, econômicos, políticos e culturais sobre todas as atividades cotidianas, inclusive sobre o lazer. Porém, existe certo grau de liberdade nas escolhas dentro do lazer, na medida em que cada indivíduo decide livremente sobre o tipo de lazer que quer realizar. Para o autor, a livre escolha no lazer materializa-se na existência de um tempo no qual se pode com criatividade desenvolver alternativas de ação e de participação.

Em relação à propriedade “gratuidade”, o autor alerta que o lazer nunca é completamente gratuito, mas é um tempo onde é possível desempenhar o “fazer-por-fazer”, sem que haja fundamentalmente um ganho financeiro em vista.

No que concerne a propriedade “prazer”, o autor afirma que em toda escolha de lazer os indivíduos buscam o prazer, com o objetivo de obter o relaxamento ou a sensação posterior de estar em forma.

E no que tange à propriedade “liberação”, o autor reforça que o lazer é liberatório das obrigações, sejam elas de trabalho, familiares ou sociais, com vistas a compensar algum esforço que a sociedade impõe, bem como para repor as energias para o trabalho no dia seguinte.

Com efeito, entendemos que para que as pessoas tenham interesse em participar das atividades relacionadas acima, é necessário que as mesmas tenham conhecimento dos conteúdos que lhes satisfaçam e sejam estimuladas para tanto.

Desta maneira, é relevante trazermos a perspectiva de Marcellino (1996) que classifica as esferas abrangidas pelos conteúdos do lazer. Existem seis campos principais de interesse, quais sejam: os interesses artísticos (abarca todas as manifestações artísticas); os intelectuais (ênfase no conhecimento vivido e experimentado); os físicos (atividade em que prevalece o movimento, como a ginástica, a pesca e a realização de passeios); os manuais (artesanato, jardinagem e o cuidado com animais); os turísticos (passeios e viagens); e os sociais (bailes e cafés servindo de pontos de encontro e a participação em associações e grupos de convivência).

Nesta direção, percebemos que os conteúdos das atividades de lazer podem possibilitar mudanças de ordem moral e cultural, na medida em que proporcionam, por meio de encontros de grupos específicos (crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos, etc), através de atividades lúdicas, de distração e de integração, o convívio e o relacionamento social, contribuindo assim, para o processo de (re) construção e manutenção da autonomia e melhora da auto-estima.

Após evidenciar os conteúdos do lazer, sua abrangência e sua contribuição no processo de transformação dos padrões culturais e morais dos indivíduos, é pertinente apresentar as suas funções.

Assim sendo, Dumazedier (1976) faz um “resgate” das três funções mais importantes do lazer, quais sejam: a) função de descanso; b) função de divertimento, recreação e entretenimento; c) função de desenvolvimento.

No que se refere à primeira função, o autor pondera que o momento de lazer serve para restaurar as forças físicas e mentais que são deterioradas pelas tensões que as obrigações cotidianas e de trabalho operam no indivíduo. Na segunda função, o lazer é compreendido como um meio de fuga para um momento diferente do enfrentado todos os dias. E na terceira função, o período de lazer é apreendido como possibilidade de integração voluntária em grupos recreativos, culturais e sociais, visando o desenvolvimento da personalidade.

Em análise, compreendemos que as três funções estão atreladas umas as outras, na medida em que em uma situação de lazer podem estar de tal maneira unidas que não se consegue diferenciá-las, bem como em uma mesma situação podem manifestar-se uma de cada vez ou simultaneamente.

Portanto, as funções do lazer estão presentes em todas as situações de lazer, porém em graus diferenciados, em relação a todos os indivíduos.

Dumazedier afirma que

[...] O lazer, na conjuntura atual, já possui a força de um fato autônomo. [...] Deve ser considerado em si mesmo, levando-se em consideração a sua própria dinâmica e depois suas relações de igualdade com o trabalho, a família, a política, a religião e a cultura. [...] O lazer representa um conjunto de aspirações do homem à procura de uma felicidade, relacionada com um novo dever, uma nova moral, uma nova política, uma nova cultura [...]. (1976, p. 272)

Em resumo, ponderamos que o período do lazer é um tempo em que se pode não apenas descansar, mas também aprender no âmbito de grupos que trabalham a integração e socialização de conhecimento, através de dinâmicas, atividades de recreação e de entretenimento, que promovam a interação social entre os participantes. Desse modo, o lazer configura-se ao mesmo tempo como um momento “livre” das obrigações do trabalho, familiares e sociais e, para examinar as rotinas e estereótipos que corroboram para a reprodução e especialização das obrigações do cotidiano.

Ao analisarmos a perspectiva dos autores citados, compreendemos que como um fenômeno de classe, que surgiu no século XIX, o lazer vem se expandindo no século XXI, na medida em que passa a ser considerado um produto prioritário, que proporciona a satisfação dos indivíduos que o pratica.

Com o entendimento das concepções teóricas acerca das representações sociais de cultura e lazer, compreendemos que se pode apresentar na sequência cultura e lazer como categorias inter-relacionadas, isto é, que estão atreladas uma a outra. Nesse sentido, em seguida evidenciaremos os conteúdos culturais do lazer, de modo a revelar a ligação existente entre cultura e lazer.

1.4 Os conteúdos culturais do lazer

Nesta parte apresentamos os conteúdos culturais do lazer a partir das concepções e/ou noções de cultura e de lazer já evidenciadas ao longo desta seção, contextualizadas na sociedade capitalista, em que a divisão de classes e o consumo são considerados suas características preponderantes.

É imprescindível reforçar o contexto de formação do lazer para compreender os seus conteúdos culturais, os quais são elaborados e desenvolvidos por uma sociedade de

classe (coletiva) em determinada realidade sócio-histórica, política e econômica, que define quando, onde e quais as maneiras aceitáveis socialmente de vivenciar o lazer.

Ao explicitar que os conteúdos culturais do lazer são formados em uma sociedade capitalista, de classes e industrial, quer se evidenciar que enquanto uma minoria – detentora do poder econômico e político – consegue satisfazer as suas necessidades de alimentação, vestuário, habitação, divertimento e acesso a cultura, parte de uma maioria – representada pela classe trabalhadora, ou seja, que depende do trabalho para a sua subsistência – acessa de maneira precária suas necessidades básicas, como por exemplo, a alimentação.

Nestes termos, compreendemos que os conteúdos do lazer, algumas vezes, tornam-se inacessíveis à classe trabalhadora, tanto pela falta de “tempo” quanto pela ausência de recursos financeiros.

Após esta breve avaliação conjuntural, podemos evidenciar e discorrer sobre os conteúdos culturais do lazer.

Antes de explicitar o que se propôs a desenvolver neste subitem, entendemos que é imprescindível “resgatar” uma conceituação básica de cultura para apreendê-la no contexto do lazer.

Sendo assim, de acordo com Dumazedier

A cultura vivida, em certos aspectos, é o modo como uma sociedade ou um indivíduo se comportam e é no estudo desse processo que se poderá reencontrar os modelos, a representação e os valores que formam as camadas do campo cultural. Essas camadas ligam-se aos tipos de conhecimento prático, técnico, artístico e filosófico. (1976, p. 143)

Nesta perspectiva, a cultura é definida como os valores e as representações sociais elaboradas a partir dos fatos sociais interpretados por determinado grupo social inserido em um contexto sócio-histórico, político e econômico específico.

Dumazedier (1976) afirma que as atividades cotidianas – entre elas, as atividades de lazer – vivenciadas pelos membros de um grupo social, sejam elas reais ou fictícias, podem fundar uma vida cultural e servirem de suporte para o desenvolvimento cultural.

Por este viés, podemos perceber a inter-relação entre lazer e cultura, tendo em vista que atividades cotidianas – de lazer – realizadas pelos indivíduos são determinadas e influenciadas pelos padrões culturais construídos por seu grupo social.

Desta maneira, entendemos que as atividades de lazer se constituem na e pela cultura são formuladas e desenvolvidas as suas características, o tempo para a sua realização e as maneiras possíveis de vivenciá-lo.

Assim sendo, compreendemos que cada atividade de lazer possui o seu próprio conteúdo cultural e a cultura confunde-se, de forma ampla, com o conteúdo do lazer. Nesse sentido, Dumazedier (1976, p. 144), utilizando-se da essência de um ditado popular, afirma que “[...] diga-me qual o seu lazer que lhe direi qual é a sua cultura”.

Esta expressão formulada pelo autor remete a reflexão de que o lazer praticado pelos membros de determinado grupo social evidencia seus padrões culturais.

Para se perceber os conteúdos culturais do lazer de maneira mais aproximada, cabe trazer algumas análises de Dumazedier sobre alguns tipos de lazer e seu conteúdo cultural.

É relevante explicitar que o autor citado apresenta três atividades de lazer para explanar sobre o seu conteúdo cultural, quais sejam: a viagem turística; o cinema e a televisão; e a leitura de livros.

Em relação à viagem turística, Dumazedier coloca que é uma conquista social recente e que a sua influência nos centros urbanos é crescente, na medida em que as viagens turísticas expandem-se, uma vez que representam a necessidade de evasão dos membros de determinado grupo social. A saída do lugar em que se mora pode oportunizar, mais facilmente do que em outros momentos de lazer, uma livre expansão individual e social.

No que tange ao cinema e a televisão, o autor expressa que os mesmos são um veículo dos padrões culturais da sociedade dominante – celebridades do cinema e da televisão – que de modo particular influenciam os indivíduos no seu modo de falar, vestir, comer, pensar e praticar atividades de lazer. Referindo-se especificamente ao cinema, o autor enfatiza que se deve considerar as suas influências a partir das suas relações com outros lazes e deveres familiares e sociais. E a televisão, em determinadas sociedades, configura-se como um dos instrumentos de lazer mais utilizados, sendo que é considerada uma das atividades de lazer mais acessíveis, que exige custos financeiros maiores somente no momento de sua aquisição. Assim sendo, a televisão tende a ser considerada um instrumento de lazer comum a todas as classes e categorias sociais.

No que diz respeito à leitura de livros, o autor reflete que a extensão da leitura e a curiosidade intelectual são livres nos diversos grupos sociais. Por esse viés, Dumazedier afirma que para a situação da democracia cultural, os fenômenos de autodidatismo espontâneo têm grande relevância no lazer praticado por membros de determinado grupo social. A leitura como uma atividade de lazer pode ser identificada como leitura desinteressada de obras de cultura geral ou de caráter literário. Dessa maneira, a leitura ao mesmo tempo em que distrai

também amplia o conhecimento, contribuindo assim, para a elevação do nível cultural dos lazes.

Em análise, para Dumazedier, todas as atividades de lazer, a leitura recreativa, a ida ao cinema e ao teatro ou mesmo, ver televisão, dentre outras, apresentam seu próprio conteúdo cultural, na medida em que são idealizadas, formuladas e desenvolvidas por indivíduos que estão inseridos em uma determinada sociedade que tem seus padrões culturais.

Para complementar a idéia, podemos trazer a perspectiva de Dumazedier, que pondera que

[...] O tempo de lazer apresenta-se como o sustentáculo de uma atitude que não será considerada marginal, mas mediadora entre a cultura de uma sociedade ou de um grupo e as reações de um indivíduo às situações da vida cotidiana. Esse papel mediador é exercido em primeiro lugar com relação às próprias atividades de lazer, fazendo com que essas atividades assumam dimensões de uma cultura física ou manual, artística ou intelectual, individual ou social e assim por diante, e alcançando ainda outras atividades profissionais e extraprofissionais [...]. (1976, p. 265)

Sob este ponto de vista, o lazer é compreendido como mediador da cultura, de modo que não se configura somente como um tempo para se distrair e se divertir, mas também para apreender conhecimentos, isto é, para ampliar o nível cultural, bem como oportunizar agrupamentos sociais voluntários – grupos específicos (crianças, adolescentes, mulheres, idosos, entre outros) de encontro –, que objetivam o convívio e o relacionamento social.

Neste sentido, Dumazedier (1976) pondera que todos os sistemas que têm relação com o trabalho, a família, a política, a religião e a cultura, devem ampliar-se para abranger o conjunto das características e dos componentes de uma civilização do lazer. De outro lado, o autor questiona se o mundo entrou na civilização do lazer, tendo em vista que um número considerável de indivíduos ainda não deixou de ser oprimido pelo trabalho, ou seja, o trabalho extravasa o tempo livre.

Assim, o lazer como necessidade premente, crescente e constante dos indivíduos passa a ser considerado primordial para o seu desenvolvimento pessoal e social.

Tendo por conteúdos culturais a arte contemplada no cinema e do teatro, bem como em uma obra de arte; a associação e a sociabilidade, vivenciadas em grupos de encontro (crianças, mulheres, idosos, etc.); a imobilidade, ou seja, o repouso, em divertimentos passivos como assistir televisão, ouvir rádio e ler livros, dentre outros; o lazer está intimamente atrelado ao sentido de divertimento, liberdade e capacidade das pessoas de auto-

realização e auto-expressão, bem como ao processo de renovação física e mental e à possibilidade de escolha (PARKER, 1978).

Deste modo, uma considerável parcela do período de lazer é um tempo de exposição à produção cultural, sobretudo por meio dos sistemas eletrônicos como a televisão e o rádio. Assim, a educação para o lazer significa o estímulo à produção cultural própria, como prática de atividades manuais, a redação de cartas, poesias e peças de teatro, bem como a composição musical (CAMARGO, 1989).

Em suma, a prática cultural no lazer significa as possibilidades que os membros de um grupo de determinado grupo social têm de expressão física, manual, artísticas, intelectual e associativa.

Ao refletirmos sobre as perspectivas dos autores citados em relação aos conteúdos culturais do lazer, podemos perceber que são abrangentes e que a discussão sobre os mesmos não se encerra nas pesquisas dos autores apresentados e muito menos nesta seção. Assim, compreendemos que com a expansão do lazer, os seus conteúdos (culturais) também se desenvolvem, não podendo ser colocados em uma “caixa fechada”, sendo que têm uma dimensão ampla.

A partir das reflexões realizadas sobre as representações sociais de cultura e de lazer, bem como sobre os conteúdos culturais do lazer, podemos evidenciar na próxima seção o contexto da velhice e seu processo de institucionalização, que servirá de fundamento para a seção subsequente, que apresentará a perspectiva de cultura e lazer de uma parcela dos idosos residentes no Lar dos Velhinhos Irmão Erasto e seus familiares, bem como dos profissionais e voluntários envolvidos com o referido lar.

2 O CAMINHO DA VELHICE INSTITUCIONALIZADA

2.1 Velhice e o processo de envelhecimento

Nesta parte contextualizamos a questão da velhice e do processo de envelhecimento como parte natural do ciclo de vida do ser humano que apresentam distintas representações, construídas social e culturalmente pelos membros de determinada sociedade.

De maneira geral, foi a partir da redução das taxas de fecundidade e mortalidade, da expansão da urbanização, da incorporação da mulher no mercado de trabalho e das transformações nos padrões socioculturais advindos da migração que a estrutura etária da população brasileira alterou-se, passando a registrar o aumento da população idosa (VERAS, 2003).

Assim, compreendemos que foi no bojo de determinada conjuntura¹⁵ sócio-histórica, política, econômica e cultural que se evidenciou o crescimento de um segmento específico da sociedade, formado pelas pessoas idosas, que se constitui como um grupo entre si e em relação às demais faixas etárias bastante distinto, tanto no que diz respeito às condições sociais quanto aos aspectos demográficos e epidemiológicos (VERAS, 2003).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na projeção da população do Brasil, publicada em novembro de 2008:

Desde os anos 1960 que a taxa de crescimento da população brasileira vem experimentando paulatinos declínios, intensificando-se juntamente com as quedas mais pronunciadas da fecundidade. No período 1950-1960, a taxa de crescimento da população recuou de 3,04% ao ano para 1,05% em 2008. Mas, em 2050, a taxa de crescimento cairá para - 0,291%, que representa uma população de 215,3 milhões de habitantes. Segundo as projeções, o país apresentará um potencial de crescimento populacional até 2039, quando se espera que a população atinja o chamado “crescimento zero”. A partir desse ano serão registradas taxas de crescimento negativas, que correspondem à queda no número da população. (2008, p. 01)

Esta projeção já apresenta sinais de veracidade quando evidencia que o crescimento da população idosa vem ocorrendo de maneira veloz e se configura como um dos maiores desafios contemporâneos tanto para a família quanto para o Estado e sociedade civil

¹⁵ Conjuntura fundada em bases capitalistas, em que ocorrem mudanças nas relações e nos processos de trabalho a partir do surgimento das máquinas. Desse modo, as transformações nos padrões econômicos desencadearam mudanças nas diversas esferas da vida social, bem como nos padrões culturais.

em geral, os quais têm a função de prestar os cuidados necessários e viabilizar a proteção social a este segmento social.

Esta realidade se confirma na projeção publicada pelo IBGE (2008, p. 05), que ressalta que “[...] em 2008, para cada grupo de 100 crianças de 0 a 14 anos existem 24,7 idosos de 65 anos ou mais. [E], em 2050, o quadro muda e para cada 100 crianças de 0 a 14 anos existirão 172,7 idosos.”

Sendo assim, apreendemos que o índice de envelhecimento cada vez mais aponta mudanças na estrutura etária da população brasileira.

Além disto, a projeção do IBGE demonstra que

Os avanços da medicina e as melhorias nas condições gerais de vida da população repercutem no sentido de elevar a média de vida do brasileiro (expectativa de vida ao nascer) de 45,5 anos de idade, em 1940, para 72,7 anos, em 2008, ou seja, mais 27,2 anos de vida. [...] o país continuará galgando anos na vida média de sua população, alcançando em 2050 o patamar de 81,29 anos, basicamente o mesmo nível atual da Islândia (81,80), Hong Kong, China (82,20) e Japão (82,60). (2008, p. 06)

A partir desta projeção da expectativa de vida, refletimos que apesar de se evidenciarem melhorias nas condições de vida da população como saneamento básico (esgotamento sanitário, água potável e coleta de lixo) e o acesso aos serviços de saúde, ainda tem uma ampla parcela que não acessa os serviços referidos de forma satisfatória, não dispondo de recursos para acessá-los de outro modo, somente via poder público. Dessa maneira, tendo em vista que a expectativa de vida aumentou, ponderamos que a família, o Estado e a sociedade civil em geral, como instâncias que tem a obrigação¹⁶ de promover a proteção social à pessoa idosa, devem priorizar e viabilizar um envelhecimento saudável, de modo que os anos acrescentados sejam vividos de forma intensa. Para tanto, é imprescindível que família, Estado e sociedade civil de maneira conjunta, assim como individualmente, cada uma em sua esfera, observem e apreendam as demandas, necessidades sociais e preferências da pessoa idosa, com vistas a garantir a longevidade com qualidade de vida.

Em fins do século XIX, a sociedade norte-americana deixou de aceitar a velhice como um processo natural, passando a entendê-la como um período diferente da vida, marcado pelo declínio, fraqueza e dependência. E no mesmo período citado, os franceses

¹⁶ Conforme o Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03 regulamenta no Art. 3º, das disposições gerais.

passaram a prestar um tratamento social à velhice, de modo a diferenciar os idosos dos mendigos internados nos asilos¹⁷ públicos (HAREVEN, 1999; PEIXOTO, 1998).

Neste período, nas sociedades norte-americana e francesa, a velhice como um fenômeno biológico, psicológico, social e cultural passa a ser entendida como um estágio do curso de vida em que o indivíduo, que vivencia mudanças biopsicossociais¹⁸, demanda cuidados específicos.

Para Minois (1999), biologicamente, a partir do momento em que a pessoa nasce, inicia-se o processo de envelhecimento, porém em velocidades variadas para cada pessoa. É a realidade social que a pessoa está inserida, bem como sua maneira de viver e seu envolvimento com a cultura que irão acelerar ou diminuir o processo de evolução biofisiológica e propiciar a entrada no período velhice em idades muito variadas.

Nesta perspectiva, entendemos que biologicamente do nascimento até a morte o indivíduo vivencia o processo de envelhecimento, que de maneiras distintas é apreendido a partir das representações e experiências culturais que cada membro de um grupo social constrói e desenvolve. Dessa maneira, cada indivíduo inserido em uma sociedade, irá assimilar a etapa da velhice a partir de suas condições de vida, que são determinadas pelo contexto sócio-histórico, político, econômico e cultural.

Contrariando a idéia de Minois (1999), Beauvoir (1990) afirma que durante os 20 primeiros anos de vida as transformações do organismo são consideradas benéficas. Para a autora, apesar de a partir dos 30 anos esboçar-se uma involução dos órgãos, uma degradação¹⁹, física, não se pode falar de envelhecimento no período de tempo em que as deficiências são consideradas esporádicas e com facilidade solucionadas. Nesse aspecto, quando as deficiências tornam-se mais complexas e irremediáveis, percebe-se que o corpo do indivíduo passa a apresentar-se mais frágil, contudo não impedindo que continue o seu processo de desenvolvimento pessoal, intelectual e social e que vivencie de maneira intensa esta etapa singular e ao mesmo tempo natural do curso da vida.

Beauvoir (1990) entende que a velhice é resultante e extensão de mudanças contínuas e irreversíveis decorrentes do processo de envelhecimento. Assim, compreendemos que as transformações físicas, psíquicas, pessoais e sociais, imprimem no idoso singularidades

¹⁷ Atualmente, ao invés de se utilizar a denominação asilo, que gera (pré) conceitos e estigmas para a pessoa idosa, conforme o Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03 utiliza-se a denominação Instituição de Longa Permanência para Idosos.

¹⁸ Mudanças biológicas, psicológicas e sociais.

¹⁹ Para Beauvoir (1990, p. 40), “[...] o declínio é acelerado ou retardado por inúmeros fatores: a saúde, a hereditariedade, o meio, as emoções, os hábitos passados, o nível de vida [...]”

no seu organismo e determinam comportamentos considerados característicos do processo de envelhecimento.

Deste modo, para Beauvoir, a velhice deve ser apreendida em sua totalidade, isto é, não apenas como um fenômeno biológico, mas também como um fenômeno cultural.

De acordo com os estudos de Berzins (2003), em séculos passados, o indivíduo que completava 40 anos já era considerado idoso. Para a autora, as condições de vida influenciam na ampliação ou diminuição dos anos de vida dos indivíduos.

Realizando um retrospecto da época pré-industrial, Hareven (1999), assinala que fatores demográficos, sociais e culturais contribuíram para uma mínima distinção entre os períodos da vida. A infância e a adolescência ainda não eram consideradas como estágios diferentes e entendia-se que a criança era um adulto em miniatura, que antes dos vinte anos de idade entraria na vida adulta. Assim, o adulto entrava no processo de envelhecimento sem nenhum intervalo representando este período, como a aposentadoria, que em algumas sociedades é um rito de passagem para a velhice, assumindo papéis como paternidade e trabalho, os quais permaneciam por toda a vida.

Atualmente, no contexto brasileiro, é considerada pessoa idosa aquela que apresentar idade igual ou superior a 60 anos, conforme estabelecido pelo Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03, em seu Art. 1º, das disposições preliminares.

Debert afirma que

Nas sociedades ocidentais, a idade cronológica é estabelecida por um aparato cultural, um sistema de datação, independente e neutro em relação à estrutura biológica e à incorporação dos estágios de maturidade. Os critérios e normas da idade cronológica são impostos nas sociedades ocidentais não porque elas disponham de um aparato cultural que domina a reflexão sobre os estágios da maturidade, mas por exigência das leis que determinam os deveres e direitos do cidadão. (2003, p. 57)

Sendo assim, a velhice, entendida pela antropologia como uma categoria construída socialmente, a cada período histórico e dependendo do cenário sócio-econômico, político e cultural de cada nação é percebida e tratada de modo diferente. Não existe um conceito pronto e acabado sobre velhice, porque ela assume características distintas dentro de um mesmo país, estado, município, bairro, em cada família. Os valores essenciais à representação que uma sociedade tem da velhice é que darão a direção das ações que irão viabilizar ou não a proteção e a inclusão da pessoa idosa. De igual modo, as concepções acerca do processo de envelhecimento são modificadas ao longo da história entre as distintas culturas (BRUNO, 2003; HAREVEN, 1999).

Em análise, compreendemos que as definições de velhice e envelhecimento são determinadas social e culturalmente e, sofrem variações nas distintas conjunturas sócio-históricas, políticas, econômicas e culturais.

Assim, os membros de determinada sociedade, sob a orientação de sua cultura, constroem grades de idade específicas, as quais são institucionalizadas política e juridicamente. E por meio de rituais²⁰, que definem fronteiras entre idades – que não são fundamentalmente as mesmas nas diversas sociedades –, são transmitidos poder e autoridade jurídica aos indivíduos (DEBERT, 2003).

Na concepção de Debert (2003), cada sociedade irá elaborar as fronteiras entre idades a partir das suas perspectivas sócio-políticas, econômicas e culturais, as quais determinam não somente os recortes de idades, que a cada momento histórico podem ser alterados, mas também as práticas, consideradas cultura e socialmente, pertinentes a cada etapa da vida.

Desta maneira, Debert reflete que a padronização dos períodos da vida – infância, adolescência, fase adulta e velhice – se configura como resposta as transformações ocorridas no sistema econômico, que deixa de ter como base a unidade familiar e passa a alicerçar-se em mercado de trabalho.

A partir do século XX a velhice passa a ser reconhecida socialmente como um período singular, parte de um processo histórico que abrange a origem de novos estágios da vida e sua importância social. Assim, a preocupação com a velhice surge e intensifica-se com o processo de industrialização, em que se começa a perceber as limitações de eficiência das pessoas idosas frente ao trabalho, bem como com o movimento por proteção social para os idosos (HAREVEN, 1999).

À medida que as primeiras gerações de operários envelhecem, a velhice passa a ser entendida como uma questão social. Como resposta a esse “problema”, a aposentadoria configura-se como um meio de separação da velhice de outras categorias populacionais que eram alvo da assistência (LIMA, 2001).

Ao longo da história, em cada país, desenvolvido ou em desenvolvimento, caracterizado por determinada cultura política, econômica e social, a expectativa de vida vem crescendo de forma desigual, tendo em vista que em alguns países é considerada baixa e em outros alta. Embora a expectativa de vida seja diferente entre os países, compreendemos que a

²⁰ Exemplificando um ritual, é pertinente evidenciar Hareven (1999, p. 21), que assinala que “[...] na sociedade norte-americana a “velhice” é [...] reconhecida como um período específico da vida adulta. [e] institucionalizada por um rito de passagem – a aposentadoria e o ingresso na previdência social”.

longevidade da população é fenômeno mundial, apesar de também se manifestar de maneiras distintas em cada país (BERZINS, 2003; VERAS, 2003).

Segundo Veras (2003), nos países desenvolvidos o processo de envelhecimento da população se deu de maneira lenta, ao longo de mais de cem anos, estendendo-se após a Revolução Industrial. Já nos países em desenvolvimento, o processo de envelhecimento expande-se de modo acelerado, modificando a estrutura etária populacional.

Neste sentido, percebemos que são necessárias a elaboração e execução de políticas e programas sociais que vislumbrem direitos, necessidades e preferências da pessoa idosa e, que a considerem como parte importante no processo de desenvolvimento social. No entanto, para que a pessoa idosa tenha participação efetiva na sociedade, entendemos que é imprescindível que se formule e se execute políticas públicas que promovam a manutenção da autonomia, priorizando assim, um envelhecimento ativo.

Conforme Ceccone,

[...] O idoso é um ser humano com todas suas características, ou seja, tem um corpo físico e as necessidades inerentes a este, tem o aspecto emocional baseado nos relacionamentos afetivos; tem suas raízes ligadas a expressões e manifestações culturais e artísticas que lhe agradam; tem sua religiosidade que exprime através de sua fé em algo transcendente da realidade material; e, a sua cidadania que lhe permite atuar de forma participativa e opinativa no sentido de contribuir para a coletividade, seja através de um trabalho produtivo, seja participando de grupos, partidos ou outras organizações. (2004, p. 79)

Para complementar, cabe trazer o que o Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03 dispõe em seu Art. 9º, do Capítulo I, do direito à vida, que preconiza que “é obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”.

Particularizando a realidade brasileira, compreendemos que foi a partir do processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, que se passou a garantir a formulação de diversas leis que vieram ao encontro dos interesses de segmentos sociais específicos como os de idosos.

Nesta conjuntura, também foi elaborada a Lei nº 8.842/94, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 1948/96, que passa a reconhecer o idoso como sujeito possuidor de direitos, assegurando-lhe o acesso aos mesmos a partir de dois eixos básicos, quais sejam: da proteção social, que abarca as questões de saúde, habitação, transporte, renda mínima, etc; e da inclusão social, que abrange a inserção ou reinserção social da pessoa idosa através da construção de espaços em que possam ser

praticadas atividades socioculturais, educativas, organizativas, desportivas, bem como de saúde preventiva e de ação comunitária (BRUNO, 2003).

Então, em 2003, foi elaborado o Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03, que se destina a regulamentar direitos especiais a pessoas com 60 anos ou mais e, a assegurar direitos fundamentais e de cidadania.

A partir das legislações referidas acima, dentre os diversos direitos que prevêem ao idoso, podemos citar o direito de participação em atividades culturais e de lazer, com vistas ao envelhecimento saudável.

Diante desta perspectiva, é pertinente evidenciar o pensamento de Teixeira, que afirma que

[...] A participação dos idosos em grupos voltados para o envelhecimento, favorece o empoderamento, expressa em autonomia positiva, na medida em que os grupos atuam como apoio social aumentando a rede social dos idosos proporcionando a diminuição da alienação através de uma reflexão crítica acerca dos valores negativos associados à velhice. (2002, p. 01)

Nesta direção, compreendemos que a participação da pessoa idosa, sobretudo aquelas abrigadas em Instituição de Longa Permanência, em grupos de atividades culturais e de lazer, oportuniza o convívio e relacionamento social, a melhora da auto-estima e ganhos referentes à autopercepção e valorização das suas próprias experiências.

Complementando o pensamento, vale trazer a análise de Soares e Reis (2006, p. 06), que afirmam que “[...] a participação dos idosos em vivências que o priorizem, incentivam os relacionamentos, reforçam os laços de amizades, melhora a auto-estima, afetividade e bem-estar”. A partir dessa análise, refletimos que a participação dos idosos em atividades que valorizam a sua experiência de vida, faz com que os mesmos se percebam como protagonistas e não como coadjuvantes do processo social.

Assim, apreendemos que de igual modo, a participação dos idosos em grupos socioculturais, viabiliza aos mesmos um espaço em que podem afirmar a sua própria identidade, ampliarem as fronteiras do seu valor e reconhecerem-se como participantes da vida atual (SOARES e REIS, 2006).

Do exposto, entendemos que a velhice é um período da vida como qualquer outro – infância, adolescência, fase adulta – que tem que ser vivido e experienciado de maneira intensa, apesar das mudanças que ocorrem em função da idade, as quais podem proporcionar limitações, sejam físicas, auditivas, visuais ou cognitivas. Para tanto, é preciso que a família, o Estado e a sociedade em geral, apreendam as particularidades, necessidades e preferências

da pessoa idosa, auxiliando-a na compreensão do processo de envelhecimento, em que alterações biológicas, psicológicas e pessoais ocorrem.

Com esta contextualização da questão da velhice e do processo de envelhecimento, refletimos que se tem o embasamento para apresentar a seguir a conjuntura de surgimento e desenvolvimento do processo de institucionalização da pessoa idosa.

2.2 A institucionalização da pessoa idosa

Nesta parte evidenciamos a questão da velhice como uma preocupação social, bem como o contexto antecedente e de surgimento da institucionalização da pessoa idosa.

Como apresentado no subitem anterior, nas sociedades pré-industriais o idoso tinha uma posição de destaque na família, que estava atrelada às atividades produtivas, ainda integradas à vida familiar.

Hareven (1999) afirma que no meio rural, o idoso dava continuidade ao controle do patrimônio da família, atrasando assim, a independência econômica dos filhos adultos. Com o controle das atividades econômicas, o idoso detinha em suas mãos o poder de barganha para a obtenção do seu sustento. Tendo em vista que o idoso mantinha sua posição familiar e econômica até o final de sua vida, consideramos que era menos constante a segregação social e econômica. Quando o idoso tornava-se dependente, em decorrência de alguma doença ou de uma situação de miserabilidade, seus cuidados ficavam sob a responsabilidade de seus filhos e de outros parentes, ou ainda, as autoridades locais solicitavam o abrigo do mesmo na casa de um vizinho. Assim, a institucionalização configurava-se como última opção.

Conforme Beauvoir (1990), em fins do século XIX, as pessoas consideradas idosas foram “expulsas” de seu emprego e lançadas ao abandono.

Assim, foi diante da condição de pobreza e marginalidade envolvendo parcela da população idosa, que a velhice passa a fazer parte da esfera das preocupações sociais, se tornando uma questão de ordem pública (LIMA, 2001).

Lima evidencia que

[...] O envelhecimento das primeiras gerações de operários marcou a associação entre velhice, pobreza e incapacidade, pois se tratava de um segmento da população que não podia, em função do avanço da idade ou da incapacidade física, vender a sua força de trabalho, constituindo-se como um grupo dependente de algum tipo de assistência. [...]. (2001, p. 132).

Na perspectiva de Lima, a velhice como sinônimo de incapacidade para o trabalho denotaria inutilidade nas sociedades modernas.

Além disto, as mudanças e as redefinições das funções e valores da família contribuíram para o enfraquecimento da interdependência e conseqüentemente, para fragilidade das relações entre seus membros, levando ao isolamento das pessoas idosas na sociedade (HAREVEN, 1999; LIMA, 2001).

Entendemos família conforme Mioto (2000, p. 217), que afirma que “[...] família [pode ser compreendida] como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar [...] e se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. É marcado por relações de gênero e, ou de gerações, e está dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida.”

De acordo com Hareven,

Sob o impacto da industrialização, a família acabou deixando para outras instituições sociais muitas das funções previamente concentradas no lar. [...] A transferência de funções de bem-estar, outrora concentradas na família, para instituições na sociedade mais ampla contribuiu ainda mais para a segregação dos idosos. (1999, p. 33)

Com efeito, o aumento da longevidade é um processo gradual, contínuo e irreversível, que torna necessária a criação de mecanismos de convívio e acolhimento dos idosos que assegurem aos mesmos uma melhor qualidade de vida (BERZINS, 2003; BRUNO, 2003).

Este novo contexto tem exigido do Estado à formulação e operacionalização de políticas públicas²¹ e um preparo da família, do Estado e da sociedade civil, acerca dos mecanismos de acesso aos recursos e serviços que garantam a este segmento da população atendimento às suas necessidades específicas.

Contudo, como o fenômeno do envelhecimento vem ocorrendo sob a égide de um tipo de regulação econômica e social orientado pelo mercado, em que o Estado desresponsabiliza-se com os seus compromissos sociais, transferindo-os para a sociedade civil – comumente chamada de “parceira” – e operando o desmonte dos direitos sociais, políticos, trabalhistas, dentre outros, ou seja, num contexto de desproteção social em geral, compreendemos que os serviços, as instituições e os agentes de proteção social não têm respondido adequadamente as necessidades da população idosa, as quais são decorrentes de um processo amplo, que abrange as dimensões biológica, psicológica, econômica, social e de

²¹ Que assegurem ao idoso, “(...) com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03, Art. 3º das Disposições Preliminares).

cidadania. De igual modo, a conjuntura de reestruturação produtiva e de desmonte dos direitos sociais vem refletindo mudanças na estrutura e nas funções da família, que passa a apresentar demandas e necessidades crescentes que exigem atendimento prioritário (PEREIRA, 2005).

Assim, a família, considerada esfera de cuidado dos seus membros, passa também a aspirar cuidados. Em outras palavras, a família como mediadora das relações entre sujeitos e coletividade precisa ser cuidada.

Mioto (2000, p. 219-220) confirma a perspectiva enfatizando que [...] “a proposição de cuidados a serem dirigidos às famílias deve partir do princípio de que elas não são apenas espaços de *cuidados*, mas, principalmente, *espaços a serem cuidados*.”

Nesta perspectiva, o Estado e as instituições privadas e filantrópicas passam a dividir com a família as responsabilidades no cuidado com o idoso, oferecendo diversas modalidades de serviços para a sua assistência, como o abrigamento em Instituição de Longa Permanência, previsto como medida de proteção no Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/03.

Segundo os estudos de Goffman (1961), as Instituições de Longa Permanência representam uma instituição total, que é um local tanto de residência como de trabalho, em que ocorre atividade de determinado tipo. Especificando o que podem ser instituições totais, o autor referido enumera cinco grupamentos em que as classifica, quais sejam: 1. instituições criadas para cuidar de pessoas que precisam de auxílio para a realização das atividades da vida diária, como idosos, pessoas que não tem família, dentre outros; 2. para o atendimento de pessoas com deficiência mental; 3. para proteger a sociedade contra perigos intencionais são criadas cadeias e penitenciárias; 4. para realizar de modo mais adequado a tarefa de trabalho nos quartéis e escolas internas; 5. para servir de refúgio do mundo e para a instrução religiosa, realizada em conventos e mosteiros.

Apesar de se caracterizar cada um dos cinco grupamentos, para se ter uma noção geral como se expressa cada um deles na sociedade, nos atentamos somente no primeiro, que vem ao encontro do objetivo deste subitem, que é evidenciar o processo de institucionalização da pessoa idosa.

Desta maneira, conforme Ornellas (1997), a institucionalização de pessoas, efetivada pelos atores sociais, é uma prática reconhecida e aceita pela sociedade para viabilizar a proteção social através da assistência e do cuidado a portadores de doenças contagiosas, crianças, idosos e deficientes.

Beauvoir apresenta quatro causas que motivam a institucionalização da pessoa idosa que podem ser caracterizadas da seguinte maneira:

[...] Primeiro, a insuficiência de seus recursos. [...] Em seguida, a impossibilidade de encontrar uma moradia, ou a fadiga que representa sustentá-la. Em terceiro lugar, vêm as razões familiares: os filhos recusam-se a assumir o encargo do velho, ou resolvem livrar-se desse encargo. [...] Certos velhos, enfim, têm necessidade de cuidados médicos. Em geral, eles entram no asilo do seu departamento, uns como indigentes, outros pagando uma parte do montante de sua pensão. Encontram-se, também, “rotativos” que mudam o tempo todo de asilo [...]. Certos estabelecimentos recusam os velhos doentes; outros aceitam os doentes, mesmo jovens. (1990, p. 313)

Ao analisarmos a concepção de Beauvoir, apreendemos que as Instituições de Longa Permanência para idosos devem ter por objetivos primordiais o suprimento das necessidades físicas, econômicas e sociais da pessoa idosa, com vistas à sua reabilitação, por meio de mecanismos de promoção da saúde e ao seu bem-estar, através do convívio e relacionamento social.

É imprescindível ressaltar que quando o idoso tem família, a responsabilidade com o mesmo deve ser partilhada entre família e instituição. Entendemos que é de suma importância o relacionamento entre o idoso e sua família, para o fortalecimento do vínculo afetivo entre os mesmos. Para tanto, reflete-se que a instituição tem a função de proteger o idoso e resguardar os seus direitos para que não sejam ameaçados e ou violados e de estimular a convivência familiar, com vistas à desinstitucionalização²². Nessa direção, a Política Nacional de Assistência Social – Resolução 145 (2004, p. 37), na parte que dispõe sobre a proteção social especial²³, enfatiza que a mesma “deve priorizar a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que [...] não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, para as novas modalidades de atendimento. [...]” E a Política Nacional do Idoso – Lei 8.842/94 enfatiza que se deve estimular a criação de formas alternativas de atendimento não “asilar”.

No sentido de assegurar a legalidade destas intenções quanto a esta realidade, o Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03, no que concerne as entidades de atendimento ao idoso que desenvolvem programas de institucionalização de longa permanência, prevê que devem adotar os seguintes princípios:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;
- IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;

²² Aqui a palavra desinstitucionalização pode ser entendida no seu sentido literal, isto é, de retirar o idoso do âmbito institucional, reintegrando-o à família, ou de tornar a esfera institucional mais acolhedora possível, assemelhando-a a um “lar”.

²³ De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – Resolução nº 145 (2004, p. 38), as Instituições de Longa Permanência para Idosos se enquadram nos “serviços de proteção social especial de alta complexidade, que garantem a proteção integral como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.”

V – observância dos direitos e garantias dos idosos;
VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade. (2003, Capítulo II, Art. 49)

Ao observarmos as regulamentações do Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03, percebemos que as mesmas contribuem para o entendimento acerca das Instituições de Longa Permanência como espaços de proteção social, buscando a desconstrução da representação social que ainda as afirmam como abrigos de pessoas abandonadas e doentes.

Conforme expresso na Política Nacional da Assistência Social – Resolução 145/04, a proteção social deve garantir algumas seguranças, dentre as quais, é relevante destacar a de acolhida, que objetiva proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento de idosos – crianças, adolescentes, jovens e adultos –, restaurando sua autonomia e capacidade de convívio; e a de convívio e de vivência familiar, que tem a finalidade de restabelecer vínculos pessoais, familiares e de segmento social.

Tendo em vista o crescimento da população idosa no Brasil, compreendemos as Instituições de Longa Permanência como medida de proteção social imprescindível, devendo ser acionadas somente quando os direitos da pessoa idosa forem ameaçados ou violados, conforme dispõe o Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03, no seu Art. 43, no que tange as medidas de proteção social, que especifica três situações em que as mesmas devem ser aplicadas, quais sejam: “I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento; III – em razão de sua condição pessoal.”

Nesta perspectiva, o entendimento referente às Instituições de Longa Permanência como *locus* de proteção social a pessoa idosa, remete a reflexão que a mesma deve preservar seus direitos e primar pelo seu bem-estar biopsicossocial, com vistas à recuperação e manutenção da autonomia e melhora da auto-estima, através da promoção de atividades de cultura e lazer que sejam do interesse dos idosos e que atendam as suas demandas e necessidades.

A partir desta explanação da questão da velhice como uma preocupação social e da aproximação do contexto antecedente e de surgimento da institucionalização da pessoa idosa, podemos apresentar na seqüência a Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação – SERTE e o Lar dos Velhinhos Irmão Erasto – L.V.I.E., Instituição de Longa Permanência para Idosos em que realizamos o Estágio Curricular Obrigatório I e II.

2.3 A Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação – SERTE e o Lar dos Velhinhos Irmão Erasto – L.V.I.E.

Nesta parte apresentamos o espaço organizacional em que realizamos o Estágio Curricular Obrigatório I e II, denominada SERTE, mais especificamente no L.V.I.E., bem como o Serviço Social inserido no mesmo e o seu público-alvo.

Contextualizando brevemente a SERTE, é relevante destacar que foi fundada por Leonel Timóteo Pereira²⁴ em ato formal em 26 de dezembro de 1956, a partir da inauguração do “Ranchinho dos Trabalhadores do Espaço”²⁵, na localidade da Cachoeira do Bom Jesus, em Florianópolis, Santa Catarina. Nesse local eram ministradas palestras, passes e atendimento espiritual a um pequeno público (FILHO, 2006).

Tendo em vista o período de criação da organização²⁶ referida, década de 1950, ponderamos que é pertinente evidenciar algumas características do momento político para compreender a conjuntura em que foi fundada.

A década de 1950 foi marcada pelo período populista/desenvolvimentista. Nesse período, de 1950 a 1954, Getúlio Vargas assumiu o poder por meio de eleições diretas. A retórica nacionalista era enfatizada em oposição ao liberalismo apregoado na Era Dutra. A questão social era compreendida a partir de regulamentos administrativos e jurídicos, portanto, despolitizada. Havia maior intervenção do poder público nas questões trabalhistas, visando à desmobilização da classe trabalhadora. E a política social era entendida como um instrumento de barganhas políticas entre Estado e sociedade. Já no período de 1956-1961, denominado de desenvolvimentista, Juscelino Kubitschek governou o país sob retórica internacionalista, a qual reforçava a criação de um padrão de investimento do capital externo, de modo a consolidar o capitalismo dependente nacional. Nesse contexto, os aspectos sociais continuaram marginalizados, sendo considerados somente com vistas à rentabilidade econômica e ao crescimento industrial. E a política social era entendida meramente como investimento em recursos humanos para a indústria de bens de consumo duráveis (CARTAXO, 1992; PEREIRA, 2000).

²⁴ Anexo A: Foto do fundador da SERTE Leonel Timóteo Pereira.

²⁵ Anexo B: Foto do Ranchinho dos Trabalhadores do Espaço.

²⁶ Utilizamos o termo organização ou invés de instituição porque segundo Barenblitt (1992), as instituições são entidades abstratas que se concretizam através das organizações, as quais são formas materiais que abrangem tanto grandes complexos organizacionais quanto ministérios, como o da Educação e, pequenos estabelecimentos, como escolas e conventos. Sob essa perspectiva, apreendemos que as instituições informam e direcionam como as organizações devem funcionar para que materializem na realidade social os seus objetivos, que podem ser educacionais, religiosos, filantrópicos, dentre outros.

Ao analisarmos esta conjuntura, compreendemos que a ênfase estava no desenvolvimento da economia e da política do país e que a administração das expressões da questão social era realizada somente com a finalidade do crescimento econômico, na medida em que as políticas sociais não tinham por objetivo primordial a viabilização da proteção social aos indivíduos, para que estes pudessem usufruir do bem-estar biopsicossocial, mas de estimular os mesmos a ingressarem como trabalhadores nas indústrias, aceitarem as condições de trabalho e não lutarem por mudanças e melhorias. Dessa maneira, com a saída da população do meio rural para a cidade, a qual não tinha estrutura para receber os indivíduos que vinham para trabalhar nas indústrias, pois além do trabalho, precisavam de moradia, acesso a saúde, a educação, dentre outros, evidencia-se o agravamento da questão social.

Após este panorama histórico, apreendemos que se faz necessário assinalar que a SERTE²⁷ é uma entidade civil, de fins não lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado e objetivos religiosos, filantrópicos, educacionais e assistenciais, de recuperação física, psíquica, social e espiritual. E, que se mantém por meio de doações, parcerias e convênios com organizações públicas e privadas, bem como com a comunidade.

Neste sentido, tem por missão²⁸ proporcionar a inclusão social do ser humano e o seu aprimoramento por intermédio de vivências em empreendimentos inovadores e de excelência no campo assistencial, que tenham como foco o conhecimento intelecto-moral do homem, o ambiente em que vivencia e no qual se encontra inserido, por eleição, e a sociedade que experencia, inserindo-o, amparando-o e assistindo-o, por intermédio de serviços diferenciados, de assistência social, saúde, educação e profissionalização.

Entre seus objetivos, além da promoção da educação integral do ser humano, baseada em ensino de alto padrão, prevê o intercâmbio e a cooperação com outras instituições de ensino, visando o desenvolvimento do saber nas diversas áreas do conhecimento, promovendo cursos de graduação e pós-graduação lato-sensu (Universidade Livre da SERTE – ULISERTE), treinamento profissional, dentre outros.

Tendo em vista o cumprimento de sua missão e de seus objetivos, a SERTE atende a todos os segmentos da população – crianças, adultos, idosos, enfim a toda comunidade, envolvendo, conseqüentemente, suas famílias – através de onze frentes de trabalho, quais sejam: Lar dos Velhinhos – LV (63 idosos)²⁹, Lar das Crianças – LC (25 crianças de 0 a 6 anos), Educandário (120 crianças de 0 a 6 anos), Centro Espírita Allan

²⁷ Trecho retirado do Regimento Interno da SERTE (2003).

²⁸ Trecho retirado do Relatório de Atividades da SERTE de 2005.

²⁹ Anexo C: Foto do início das obras do Lar dos Velhinhos e da primeira parte da construção concluída.

Kardec, Centro de Promoção, Proteção e Defesa de Direitos Humanos – CPPDH³⁰, Centro de Comunicação Comunitária³¹, Plano Diretor da SERTE³², Centro de Atenção à Saúde Irmã Liz – CASIL³³, Universidade Livre da SERTE – ULISERTE³⁴, Terapia Espiritual e Centro Espírita Irmão Erasto.

Colocando o foco das lentes sobre o L.V.I.E.³⁵, *locus* em que realizamos o Estágio Curricular Obrigatório I e II, é pertinente evidenciar que foi formalmente registrado em 14 de abril de 1957. E, em 1969, foi criado o livro de registros do L.V.I.E., no qual passaram a ser anotados os dados pessoais do idoso, como nome, naturalidade, profissão e estado civil, bem como a data e horário de entrada e saída, seja esta por motivo de reintegração familiar ou óbito.

O L.V.I.E. é um estabelecimento filantrópico, sem fins lucrativos e que tem como entidade mantenedora a SERTE. Tem por finalidade prestar serviços assistenciais de qualidade a idosos, preferencialmente com idade superior a 60 (sessenta) anos – em situação de vulnerabilidade social (condição sócio-econômica precária, abandono, maus-tratos, etc) –, em regime de abrigo, com vistas a garantir seus direitos fundamentais, assegurar sua cidadania e promover, sempre que possível, sua participação na família e na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida e à liberdade (REGIMENTO INTERNO DO LAR DOS VELHINHOS IRMÃO ERASTO, 2002).

Para efetivar estes direitos, através da colaboração de funcionários e voluntários, o L.V.I.E. desenvolve diversos projetos, quais sejam: Grupo de Convivência; Grupo Mediúnico; Plantão do Amor; Contador de Histórias; Apadrinhamento Afetivo; Projeto da Naturologia; Projeto “Trabalhos Manuais com Argila”; Projeto “Alfabetização e Pintura de Desenhos”; e Projeto “Prática de Yoga na SERTE”.

De acordo com o Regimento Interno do L.V.I.E. (2002), o programa de abrigo que desenvolve atende aos princípios instituídos na Lei Federal nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social, na Lei Federal nº 8.842/94 – Política Nacional do Idoso, nas Portarias nº

³⁰ Anexo D: Missão e objetivos do CPPDH, retirados do Relatório de Atividades da SERTE de 2005.

³¹ Anexo D: Objetivos do Centro de Comunicação Comunitária, retirados do Relatório de Atividades da SERTE de 2005.

³² Anexo D: Objetivos do Plano Diretor da SERTE, retirados do Relatório de Atividades da SERTE de 2005.

³³ Anexo E: Folder do CASIL.

³⁴ Anexo F: Folder da ULISERTE.

³⁵ Considerações baseadas na pesquisa sobre a SERTE em seus 50 anos de história, realizada em 2006 por Hélio Abreu Filho, presidente da organização.

400³⁶ e nº 810³⁷ do Ministério da Saúde e nas orientações filosóficas e pedagógicas da Doutrina Espírita.

Foi a partir de junho de 1973 que a SERTE “passou a contar com os serviços de um profissional de Serviço Social, através de convênio firmado com a Secretaria de Serviços Sociais” (Relatório de Atividades da SERTE de 1973).

O Serviço Social na SERTE³⁸ (vide organograma institucional³⁹) tem sua intervenção pautada nos direitos humanos universais, nos valores da filosofia espírita, tendo como diretrizes a legislação vigente, voltada para a construção de uma ação intrainstitucional, privilegiando a atuação em equipe interdisciplinar, bem como interinstitucional junto às redes de apoio a pessoa idosa, como Gerência de Atenção ao Idoso, Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Saúde, Fórum do Norte da Ilha, Ministério Público de Florianópolis, dentre outras, com vistas à preservação e consolidação dos direitos do idoso.

Ceccone, em documento que elaborado, no qual apresentava o Serviço Social na SERTE e no L.V.I.E., afirma

O Serviço Social do L.V.I.E. tem por objetivo conjugar pessoas e esforços com vistas a garantir o acesso dos idosos a todos os seus direitos, ao atendimento de todas as necessidades biopsicossociais e espirituais, bem como construir um conhecimento científico, formando indicadores que permitam uma análise mais ampla das instituições asilares, seu papel na problemática que a questão do idoso hoje representa para a sociedade e principalmente de ser o facilitador e fomentador de políticas públicas que contemplem o cidadão idoso e também o desafio de melhor aproveitar o tempo que o idoso ainda tem para viver, de uma maneira saudável, independente, e até produtiva, elevando sua qualidade de vida e sua auto-estima. (2007, p. 08)

No que se refere à prática profissional⁴⁰ do assistente social junto ao público-alvo do L.V.I.E., compreendemos que atua no sentido de propiciar aos idosos assistidos todo atendimento necessário ao seu bem-estar psicossocial, buscando o resgate da alegria de viver, da dignidade como ser humano e principalmente, da sua condição de cidadão de direitos e deveres. Nessa direção, visa garantir aos idosos o acesso aos benefícios da Previdência e Assistência Social e aos serviços de saúde; a representação legal, através dos Processos de Curatela aos idosos que não possuem condições físicas e mentais; a possibilidade de os idosos

³⁶ Portaria nº 400, de 06 de dezembro de 1977, que dispõe sobre normas e padrões de instalação e construção em Serviços de Saúde.

³⁷ Portaria nº 810, de 22 de setembro de 1989, que dispõe sobre as normas e os padrões para o funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos.

³⁸ Trecho retirado do documento elaborado pela Assistente Social: CECCONE (2007).

³⁹ Anexo G: Organograma institucional.

⁴⁰ Trecho retirado do documento elaborado pela Assistente Social: CECCONE (2007).

contribuírem com seu benefício nos gastos da instituição; e de administrarem com autonomia parte de seu benefício, especificamente 30% do valor total, conforme estabelecido pelo Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis, através da Resolução nº 006 de 08 de novembro de 2004⁴¹, que dispõe sobre a forma de participação do idoso no custeio de Entidade de Longa Permanência com caráter de assistência social.

Caracterizando-se o público-alvo do Serviço Social do L.V.I.E., podemos pontuar que das 63 pessoas idosas residentes no mesmo, com idades que variam entre 60 a 100 anos, 22% apresentam grau de dependência I⁴², este grupo é formado por idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de auto-ajuda⁴³; 26% apresentam grau de dependência II⁴⁴, este grupo é formado por idosos com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária tais como: alimentação, mobilidade, higiene; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada; e 52% apresentam grau de dependência III⁴⁵, este grupo é formado por idosos com dependência que requerem assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo.

Ao observarmos os dados relacionados acima, percebemos que a maioria dos idosos residentes no L.V.I.E. apresentam grau de dependência III, ou seja, demandam maior assistência biopsicossocial.

De acordo com o Relatório Anual de Atuação do Serviço Social no L.V.I.E. de 2008⁴⁶, a maioria dos idosos abrigados na SERTE é proveniente de famílias de baixa-renda, que possuem várias limitações no que se refere a garantir ao idoso um atendimento especializado.

Além destes elementos, podemos trazer mais alguns dados estatísticos registrados no escopo do Relatório Anual de Atuação do Serviço Social de 2008 que delineiam o perfil dos idosos abrigados no L.V.I.E.

⁴¹ Anexo H: Resolução nº 006 de 08 de novembro de 2004.

⁴² De acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – RDC nº 283 de setembro de 2005 (vide Anexo I), que dispõe sobre o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial, dependência do idoso pode ser definida como “condição do indivíduo que requer o auxílio de pessoas ou de equipamentos especiais para realização de atividades da vida diária”. Definição do grau de dependência I, segundo a RDC nº 283/05.

⁴³ Conforme a RDC nº 283/05, equipamento de auto-ajuda é “qualquer equipamento ou adaptação, utilizado para compensar ou potencializar habilidades funcionais, tais como bengala, andador, óculos, aparelho auditivo e cadeira de rodas, entre outros com função assemelhada”.

⁴⁴ Definição do grau de dependência II, segundo a RDC nº 283/05.

⁴⁵ Definição do grau de dependência III, segundo a RDC nº 283/05.

⁴⁶ Elaborado pela assistente social Letícia S. Vêras e pela acadêmica Francielle Ferreira Souza Felix.

Sendo assim, segundo o referido relatório, o L.V.I.E. abriga 54% de pessoas do sexo feminino e 46% do sexo masculino. Este dado ratifica a projeção da população do Brasil⁴⁷, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2008, que afirma que em 2050 o Brasil terá 7 milhões de mulheres a mais do que os homens.

No que tange aos motivos do abrigamento, o relatório apresenta que 38% dos idosos são abrigados porque a família não tem condições de assistí-los; 25% porque não possuem familiares; 12% por abandono familiar; 12% por ordem judicial remetida a Prefeitura Municipal de Florianópolis para a mesma efetuar o abrigamento no L.V.I.E.; 7% por vivenciarem conflito familiar; 3% por carência sócio-econômica; e 3% por decisão própria. Ao analisarmos os dados, identificamos que a institucionalização ocorre em grande parte pela falta de condições da família em assistir o idoso no próprio domicílio. As condições de vulnerabilidade social e de saúde do idoso atrelada ao fato de os familiares trabalharem em tempo integral fazem com que optem pelo abrigamento do seu familiar em uma Instituição de Longa Permanência.

Em relação ao encaminhamento para o abrigamento, 68% dos idosos é a família quem solicita o abrigamento; e 32% são abrigados por solicitação de órgãos como a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Gerência de Atenção ao Idoso, bem como por ordem judicial do Ministério Público de Florianópolis.

E, no que dizem respeito às visitas, 56% dos idosos recebem e 44% não recebem. Em análise, percebemos que em relação aos idosos que recebem visitas, não significa que seja somente a família que as realiza, pois muitas vezes são realizadas por amigos, voluntários, parentes distantes, entre outros. Os 44% restantes implicam naqueles idosos que não são visitados regularmente, fato que evidencia a fragilidade e/ou ausência dos vínculos afetivos e familiares. Para complementar esse dado, cabe trazer outro, que mostra que 65% dos idosos possuem familiares diretos, isto é, um parente de 1º grau, como irmãos e filhos e, que 35% não possuem. Porém, entre os 65% que possuem familiares diretos, somente 50% mantém o vínculo, através do contato freqüente e da regularidade das visitas.

Esta realidade aponta que quase 50% destes idosos ficam confinados as paredes institucionais, o que ressalta a preocupação com as alternativas existentes acerca da cultura e do lazer para estes idosos, em especial para aqueles que não recebem visitas.

Com a contextualização da questão da velhice e do processo de envelhecimento e de institucionalização da pessoa idosa como uma preocupação social, bem como com a

⁴⁷ Projeção publicada no site do IBGE em 27 de novembro de 2008.

apresentação da SERTE, do L.V.I.E., do Serviço Social inserido no mesmo e do seu público-alvo, podemos evidenciar na próxima seção o percurso metodológico para a realização do estudo sobre as representações sociais de cultura e lazer na perspectiva dos idosos e seus familiares, dos profissionais e voluntários, os dados obtidos através do mesmo e as análises fundamentadas nos aportes teóricos apresentados ao longo da primeira e da segunda seção.

3 COMO PENSAM E AGEM OS SUJEITOS SOBRE A CULTURA E O LAZER

3.1 Percurso metodológico

Nesta parte apresentamos a metodologia utilizada para a coleta, tabulação e análise dos dados obtidos através deste estudo.

O estudo foi realizado na SERTE, mais especificamente no L.V.I.E., em duas etapas, sendo a primeira referente à revisão bibliográfica a respeito da temática proposta e a segunda, relativa a uma pesquisa exploratória, na qual utilizamos como instrumento um questionário aplicado aos idosos residentes no referido lar e aos seus familiares, aos profissionais e voluntários.

É relevante reafirmar que com este estudo tínhamos por objetivo primordial apreender e compreender as representações sociais de cultura e lazer dos pesquisados e coletar suas sugestões de atividades referentes a estas áreas que poderiam ser proporcionadas para os idosos do L.V.I.E., para posterior formulação, implementação, implantação e execução de um projeto direcionado aos interesses e necessidades dos mesmos, de acordo com as possibilidades da organização, no que tange à sua infra-estrutura física, financeira e de recursos humanos, tendo-se em vista que a mesma é filantrópica e que se mantêm por meio de doações, parcerias e convênios com organizações públicas e privadas, bem como com a comunidade.

Fez parte deste estudo uma amostra de 24 pessoas, mais especificamente, formada por 05 idosos, 05 familiares, 09 profissionais e 05 voluntários. Definimos estes quatro grupos de pesquisados para participar deste estudo pelos seguintes motivos: porque os idosos são o público-alvo das ações profissionais, ou seja, é necessário apreender sua avaliação e sugestão sobre as atividades de cultura e lazer que já são oferecidas pelo L.V.I.E. e as que poderiam ser colocadas em prática; os familiares porque podem contribuir com suas sugestões, na medida em que visam a proteção social⁴⁸ e o bem-estar do idoso; os profissionais porque são os agentes que buscam perceber as demandas e as necessidades sociais dos idosos; e os

⁴⁸ Tendo-se em vista que as Instituições de Longa Permanência para Idosos são consideradas pela Política Nacional do Idoso – Lei 8.842/94 e pelo Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03 como medida de proteção social para a pessoa idosa e, que algumas famílias somente optam pelo abrigo quando não apresentam condições financeiras, ou não possuem domicílio com estrutura física adequada para prestar auxílio necessário ao idoso, dentre outros motivos.

voluntários porque são os parceiros, que apóiam a maioria dos projetos e atividades oferecidas pela organização.

Partindo-se deste contexto, podemos delinear a amostra, que foi idealizada a partir dos seguintes critérios:

- Dos idosos residentes no L.V.I.E., selecionamos de forma intencional apenas 05, porque era alto o índice de idosos que apresentavam limitações cognitivas, provenientes de distúrbios psiquiátricos e demências.
- Dos familiares, selecionamos 05 que mantinham vínculo afetivo com o idoso e que procuravam estarem presentes nas atividades oferecidas pela organização para a família.
- Dos profissionais, refletimos que era importante saber a opinião sobre o tema deste estudo dos 08 profissionais que faziam parte da equipe técnica, quais sejam: uma assistente social, uma psicóloga, uma enfermeira, um médico, duas fisioterapeutas, uma cirurgiã dentista e uma terapeuta corporal. E a de 01 cuidador⁴⁹, que auxiliava o idoso nas atividades da vida diária, que foi selecionado de forma aleatória.
- Dos voluntários, selecionamos 05 que participavam de forma assídua e comprometida das atividades da organização, seja auxiliando ou coordenando um projeto.

O questionário⁵⁰ foi elaborado com base no referencial teórico pesquisado na primeira etapa deste estudo, sendo formado por três blocos de perguntas, quais sejam:

O primeiro referente à identificação do pesquisado, composto por onze questões fechadas, quais sejam: nome, idade, naturalidade, sexo, estado civil, religião, nível de escolaridade, profissão, renda, função na organização (somente direcionada aos profissionais e voluntários) e o grau de parentesco (apenas direcionada aos familiares dos idosos).

O segundo, formado por quatro questões fechadas, que continham de cinco a sete alternativas de resposta e as opções de resposta “todas as alternativas”, “nenhuma das alternativas” e “outras definições” e duas questões abertas, uma direcionada apenas aos idosos solicitando a avaliação dos mesmos acerca das atividades culturais oferecidas pelo L.V.I.E., e outra, requisitando aos grupos de pesquisados sugestões de atividades culturais que poderiam

⁴⁹ De acordo com a RDC nº 283/05, que dispõe sobre as normas de funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos, o “cuidador de idosos é pessoa capacitada para auxiliar o idoso que apresenta limitações para realizar atividades da vida diária”.

⁵⁰ Apêndice B: Formulário e questionário.

ser oferecidas no L.V.I.E. Das questões fechadas, a primeira era referente às noções e/ou concepções de cultura dos pesquisados, a segunda questionava aos mesmos se tinham acesso à cultura, a terceira, sobre os benefícios que a participação em atividades culturais pode trazer para a vida das pessoas e a quarta, sobre a identificação das atividades culturais oferecidas pelo L.V.I.E.

O terceiro, composto por quatro questões fechadas, que continham de cinco a dez alternativas de resposta e as opções de resposta “todas as alternativas”, “nenhuma das alternativas” e “outras definições” e duas questões abertas, uma direcionada apenas aos idosos solicitando a avaliação dos mesmos acerca das atividades de lazer oferecidas pelo L.V.I.E., e outra, requisitando aos grupos de pesquisados sugestões de atividades de lazer que poderiam ser oferecidas no L.V.I.E. Vale ressaltar que as questões fechadas seguiram o mesmo direcionamento descrito anteriormente no segundo bloco, mas questionando sobre o lazer.

É importante evidenciar, que inicialmente, para a coleta de dados, tínhamos selecionado como instrumento de pesquisa a entrevista semi-estruturada, pois se acreditava que este instrumento permitiria captar de modo mais efetivo o que os pesquisados compreendiam sobre o tema deste estudo. Porém, ao perceber e refletir sobre as limitações cognitivas dos idosos, as quais dificultavam o processo de entendimento destes e, sobre a reduzida disponibilidade de tempo dos familiares dos idosos, profissionais e voluntários, considerou-se mais relevante utilizar o instrumento questionário, contendo perguntas com opções de resposta para facilitar para os idosos e seus familiares, profissionais e voluntários e, de forma objetiva coletar, tabular e analisar os dados. Dessa maneira, para obter os dados, tabulá-los e analisá-los, refletiu-se que era necessário elaborar um formulário e um questionário idênticos para aplicar ao grupo de pesquisados.

Para a realização deste estudo, entregamos pessoalmente o instrumento de coleta de informações aos sujeitos, pedindo sua autorização para participar do levantamento, assim como lhes explicando o objetivo da pesquisa e as questões que compunham o questionário.

O período de aplicação do questionário se deu ao longo da primeira quinzena do mês de janeiro de 2009.

Após a coleta das informações e tratamento dos dados, organizamos em gráficos e tabelas os resultados quantitativos e qualitativos obtidos. Desta maneira, os resultados foram analisados quantitativa e qualitativamente.

A partir da apresentação da metodologia, que revela a forma como os dados foram coletados, tabulados e analisados, podemos evidenciar na sequência os resultados obtidos e as

respectivas análises fundamentadas no referencial teórico pesquisado na primeira etapa deste estudo.

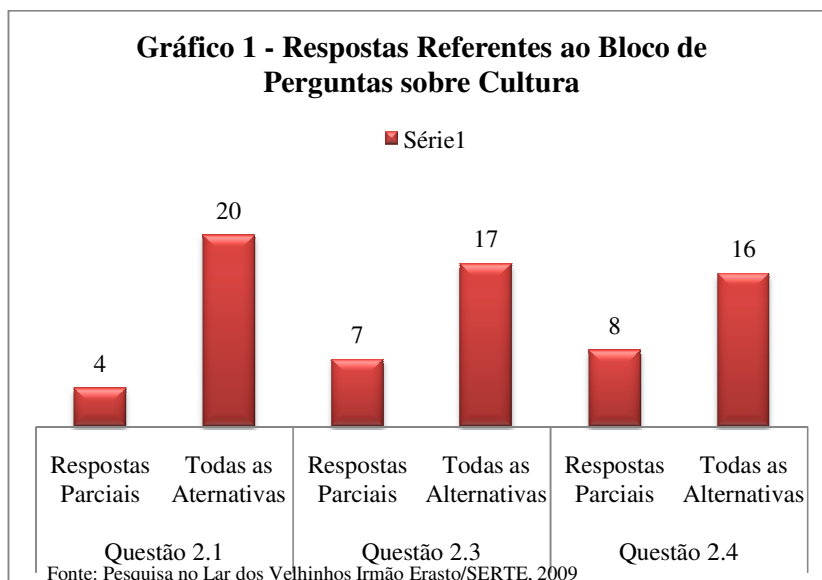
3.1.1 Representação social de cultura

Nesta parte evidenciamos as representações sociais de cultura e lazer na perspectiva dos idosos e seus familiares, dos profissionais e voluntários do L.V.I.E. e a análise dos dados obtidos, fundamentada nos aportes teóricos apresentados na primeira e segunda seção deste estudo.

Primeiramente, é pertinente explicitar que dos 24 pesquisados, 83% eram do sexo feminino e 17% do sexo masculino, sendo que 33% apresentavam idades que variavam entre 26 a 46 anos, 42% entre 47 a 67 anos e 25%, entre 68 a 88 anos. No que tange ao estado civil, 37% eram solteiros, 21% casados, 25% divorciados e 17% viúvos. No que diz respeito à religião, 59% se declararam católicos, 25% espíritas, 8% católicos e espíritas, 4% evangélico e 4% materialista. E no que se refere à profissão, 01 era agente operacional, 01 agente de saúde, 08 aposentados, 01 assistente social, 01 autônomo, 01 auxiliar de enfermagem, 01 cirurgiã dentista, 01 enfermeiro, 02 fisioterapeutas, 01 médico, 01 naturólogo, 01 terapeuta corporal, 01 psicólogo, 01 serviços gerais, 02 não trabalhavam.

Após esta breve caracterização dos grupos de pesquisados, podemos demonstrar os demais dados obtidos através de gráficos e de forma descritiva, bem como a análise dos mesmos a partir da base teórica apresentada e refletida no escopo deste trabalho.

Sendo assim, apresentamos abaixo o gráfico 1, que demonstra as respostas das questões 2.1, referente **as noções e ou concepções de cultura** dos idosos, familiares, profissionais e voluntários, 2.3 referente à **opinião dos pesquisados acerca dos benefícios que a participação em atividades culturais** pode trazer para a vida das pessoas e 2.4, referente à **identificação** realizada pelos pesquisados acerca **das atividades culturais** oferecidas pelo L.V.I.E. aos idosos.



Ao observarmos o gráfico 1, percebemos que em relação à questão 2.1, que objetivava apreender as noções e ou concepções de cultura, 83% assinalaram todas as alternativas, que definiam cultura como crenças e costumes de um povo, estudo, conhecimento e educação, atividades artísticas como teatro, música e dança, festas e cerimônias tradicionais e modo de vestir, comer e idioma de um povo, em detrimento de 17% que optaram somente por algumas alternativas, apontando que a maioria tem um entendimento amplo sobre o conceito de cultura.

No que tange à questão 2.3, referente à opinião dos pesquisados acerca dos benefícios que a participação em atividades culturais pode trazer para a vida das pessoas, 71% assinalaram todos os benefícios sugeridos como: a ampliação do conhecimento, o desenvolvimento pessoal, o convívio e o relacionamento social, a melhora da auto-estima e a manutenção da autonomia, enquanto 29% optaram apenas por algumas alternativas, demonstrando que a maioria apresenta uma compreensão abrangente dos benefícios do acesso à cultura.

E, no que se refere à questão 2.4, que requisitava aos pesquisados que identificassem, a partir das atividades oferecidas pelo L.V.I.E., quais delas representavam atividades culturais, 67% assinalaram todas as atividades elencadas nas alternativas, quais sejam: oficina de alfabetização e pintura de desenhos, pintura em tecido, trabalhos manuais com argila, grupo de convivência, aula de informática, aula de Yoga e aula de teatro, enquanto 33% assinalaram apenas algumas alternativas, assinalando assim, que a maioria

compreende que a maior parte das atividades oferecidas pelo lar aos idosos é atividade cultural.

Nas três questões os sujeitos tiveram oportunidade de se manifestar sugerindo outros tipos de definições, benefícios e atividades de cultura.

Sendo assim, em relação à questão 2.1, dos 24 pesquisados apenas 01 apresentou outra definição de cultura: “Cultura também pode ser o cultivo de frutas e plantas”. (R. J. D., 72 anos, residente no L.V.I.E.). E na questão 2.3, dos 24 pesquisados somente 01 apresentou outro benefício que a participação em atividades culturais pode trazer para a vida das pessoas: “A cultura dá a direção para perceber a solução de um problema”. (R. S., 79 anos, residente no L.V.I.E.). E na questão 2.4, dos 24 pesquisados, nenhum identificou outras atividades culturais oferecidas pelo lar, demonstrando que todos compreendiam como atividades culturais apenas aquelas relacionadas nas alternativas da questão.

Ao refletirmos sobre a noção e ou concepção de cultura apresentada pelo idoso, apreendemos que está associada ao ato ou modo de cultivar alimentos e plantas, ou seja, à atividade econômica destinada à criação e desenvolvimento de animais e plantas. E, em relação ao benefício relativo à participação em atividades culturais trazido por outro idoso, compreendemos que está atrelado à representação da cultura entendida como normas e regras, que direcionam o pensamento, comportamento e atitudes de um povo.

Desta maneira, percebemos a primeira concepção mais ligada à questão da necessidade de ter contato com a terra, como por exemplo, através de uma horta suspensa, a qual aparece como sugestão de atividade de lazer tanto na perspectiva dos idosos quanto na dos profissionais e voluntários, para ser oferecida aos residentes do lar. Assim, tendo em vista que o L.V.I.E. é uma Instituição de Longa Permanência para Idosos, entendemos que atividades relacionadas à terra configuram-se como atividades terapêuticas, que podem contribuir para a melhora da auto-estima e para a manutenção da autonomia da pessoa idosa. E a segunda concepção, referente ao benefício relativo à participação em atividades culturais, apreendemos que a mesma está mais associada às crenças, costumes e tradições, as quais elaboradas, incorporadas e vivenciadas por um povo, significam o seu norte, a sua direção para a tomada de decisões.

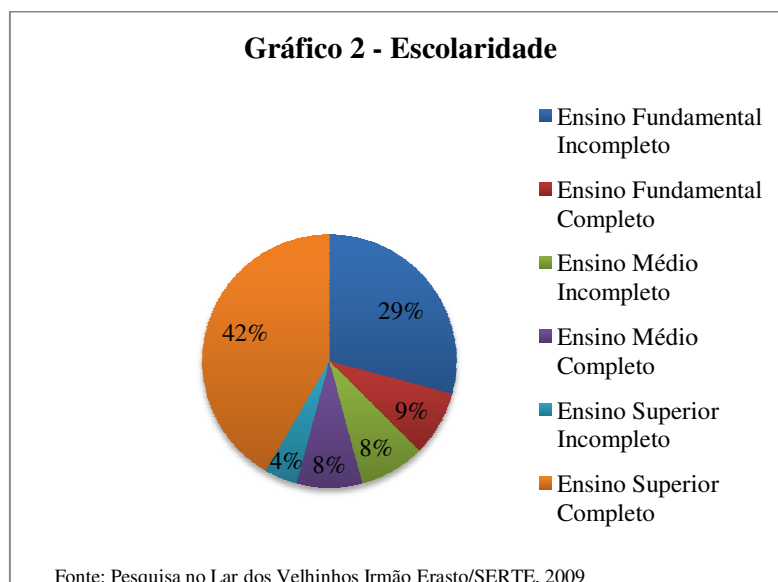
A exposição dos dados acima remete a uma reflexão do por que apenas dois dos vinte e quatro pesquisados apresentaram outra definição acerca do conceito de cultura e outro benefício que a participação em atividades culturais pode trazer para a vida das pessoas. Refletimos que apesar de cada pergunta apresentar respostas de múltipla escolha, as mesmas

não esgotavam os conceitos e ou benefícios das atividades culturais, pois não representavam conceitos prontos e acabados.

A idéia que se tinha com as alternativas era apenas de apresentar algumas sugestões de conceitos e não de estabelecer conceitos únicos, ou mesmo facilitar que os mesmos pudessem falar sobre o assunto. Porém, tínhamos ciência do risco da possibilidade de indução de resposta

O interessante neste resultado, é que apesar da diferenciação dos perfis dos sujeitos, foram os idosos, que se encontram numa situação quase que de confinamento, mais debilitados fisicamente, vistos de certa forma pela sociedade como improdutivos (embora a partir do Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03 esta visão esteja mudando), conseguiram pensar sobre si e sugerir uma representação que corresponde ao seu vivido presente, ou seja, considerando suas horas de ociosidade e os possíveis nós que não desataram até hoje.

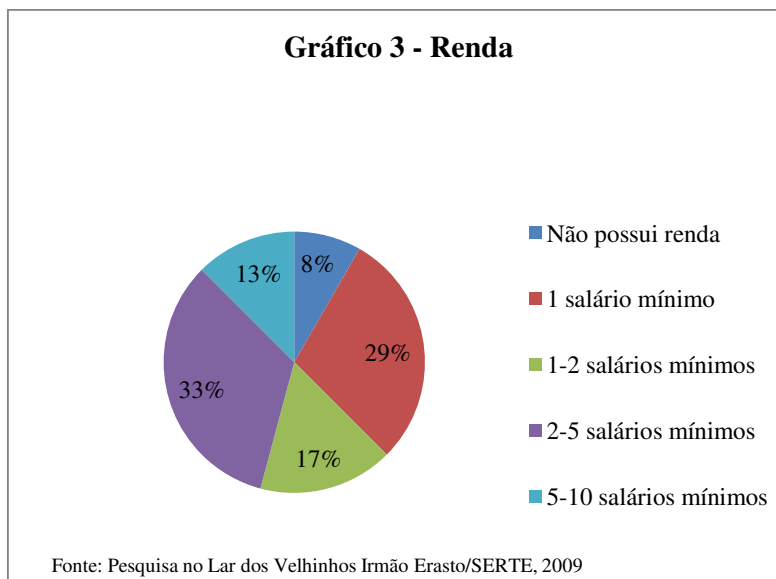
A partir desta aproximação de que a representação social de cultura é ampla e diversificada, é possível cruzar com as informações de escolaridade e renda e verificar em que estes fatores puderam influenciar este grupo de sujeitos. Na seqüência, apresentamos o gráfico 2, que demonstra o nível de escolaridade dos pesquisados.



Como se pode perceber no gráfico 2, referente ao nível de escolaridade dos pesquisados, 29% cursaram o ensino fundamental incompleto, 9% o ensino fundamental completo, 8% o ensino médio incompleto, 8% o ensino médio completo, 4% o ensino superior incompleto e 42% o ensino superior completo. Esses dados retratam que a maioria

dos pesquisados cursaram o ensino superior completo, tendo em vista que a maior parte dos pesquisados foram os profissionais da equipe técnica do L.V.I.E.

Com relação ao nível de renda dos pesquisados o gráfico 3 sugere a seguinte situação.



Observando o gráfico 3, que se refere à renda dos pesquisados, verificamos que 8% não possuem renda, 29% recebem 1 salário mínimo, 17% de 1 a 2 salários mínimos, 33% de 2 a 5 e 13% de 5 a 10. Ao analisarmos os dados, percebemos que a maioria dos pesquisados possuem renda, tendo-se um maior número de pessoas que recebem 1 salário mínimo, em sua maioria aposentados, seguido daqueles que recebem de 2 a 5 salários mínimos, que em sua maioria fazem parte da equipe de profissionais do L.V.I.E.

Em seguida, apresentamos a tabela 1, que demonstra as noções e ou concepções de cada grupo de pesquisados acerca das questões 2.1, 2.3 e 2.4 referentes à cultura.

Tabela 1 – Noções e ou Concepções de Cultura dos Idosos, Familiares, Profissionais e Voluntários

		CULTURA					
		Questão 2.1*		Questão 2.3**		Questão 2.4***	
		Res. Parciais	Todas Altern.	Res. Parciais	Todas Altern.	Res. Parciais	Todas Altern.
GRUPOS DE PESQUISADOS	Idosos	2	3	3	2	4	1
	Familiares	1	4	1	4	2	3
	Profissionais	1	8	2	7	0	9
	Voluntários	0	5	1	4	2	3

Fonte: Pesquisa no Lar dos Velhinhos Irmão Erasto/SERTE, 2009

***Questão 2.1:** Referente às noções e ou concepções de cultura dos idosos, familiares, profissionais e voluntários.

****Questão 2.3:** Referente à opinião dos pesquisados acerca dos benefícios que a participação em atividades culturais pode trazer para a vida das pessoas.

*****Questão 2.4:** Referente à identificação realizada pelos pesquisados acerca das atividades culturais oferecidas pelo L.V.I.E. aos idosos.

No que tange a questão 2.1, referente às **noções e ou concepções de cultura**, do grupo de pesquisados formado pelos idosos, 40% a assinalaram parcialmente e 60% todas as alternativas; dos familiares, 20% parcialmente e 80% todas; dos profissionais, 11% parcialmente e 89% todas; e dos voluntários, 100% todas. Em relação à questão 2.3, referente à **opinião dos pesquisados acerca dos benefícios que a participação em atividades culturais pode trazer para a vida das pessoas**, dos idosos, 60% parcialmente e 40% todas; dos familiares, 20% parcialmente e 80% todas; dos profissionais, 22% parcialmente e 78% todas; e dos voluntários, 20% parcialmente e 80% todas. No que diz respeito à questão 2.4, **referente à identificação** realizada pelos pesquisados acerca **das atividades culturais oferecidas pelo L.V.I.E.**, dos idosos, 80% parcialmente e 20% todas; dos familiares, 40% parcialmente e 60% todas; dos profissionais, 100% todas; e dos voluntários, 40% parcialmente e 60% todas.

Compreendemos que em cada grupo de pesquisados a maioria assinalou todas as alternativas. Além disso, podemos compreender, que dentre os grupos de pesquisados, mesmo havendo predominância quantitativa dos profissionais que têm a escolaridade mais alta e a renda maior, as demais categorias de sujeitos evidenciaram a mesma tendência na concepção acerca do conceito de cultura, dos benefícios que a participação em atividades culturais traz para a vida das pessoas e na identificação das atividades culturais oferecidas no L.V.I.E., apesar de apresentarem nível de escolaridade e de renda diferentes.

Nesta direção, através deste estudo, verificamos que as noções e ou concepções de cultura e dos benefícios que a participação em atividades culturais pode trazer para a vida destes sujeitos se confirmou com as trazidas pelos autores na primeira seção deste trabalho,

que entendem cultura como um conceito amplo, que abrange desde crenças, costumes, tradições, conhecimento, educação, artes, dentre outros, formulados e transmitidos pelos membros de um grupo social a partir da realidade em que estão inseridos e de suas vivências históricas, políticas e econômicas e, que o seu acesso pode trazer benefícios para a vida das pessoas como ampliação do conhecimento, convívio e relacionamento social, dentre outros.

Assim, como afirma Laraia (2000, p. 69), “cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo”. Sob essa perspectiva, a maneira de ver o mundo, as concepções de ordem moral e valorativas e os distintos comportamentos sociais são resultado da vivência de determinada cultura.

Neste viés, compreendemos que os sistemas político, econômico e social que regulam a produção e reprodução material dos membros de um grupo social influenciam no seu modo de pensar, ou seja, na sua visão de mundo, noções e/ou concepções de cultura e dos padrões culturais que idealizam, elaboram, incorporam e vivenciam. De igual modo e talvez de maneira mais intensa, o mesmo ocorre no âmbito de uma Instituição de Longa Permanência, que possui características históricas, normas e regras que revelam a cultura institucional, as quais vão sendo transmitidas aos residentes desde o momento do abrigamento e reproduzidas no cotidiano dos mesmos.

Entendemos que nas sociedades capitalistas, o indivíduo que apresenta uma condição financeira entre média a alta, acessa mais facilmente os mecanismos de educação, comunicação e informação, que podem oportunizar ao mesmo uma compreensão mais ampla, porém não total, porque não se tem um conceito pronto e acabado, sobre cultura em seus diversos significados. A partir deste indicador da renda e considerando a amostra pesquisada, 96% afirmaram que tinham acesso a cultura e 4% não.

Porém, um dos pesquisados justificou no próprio questionário que apesar de afirmar que tem acesso à cultura, explicitou que não participa de algumas atividades culturais porque não estão dentro da sua realidade financeira. Esta observação evidencia que apesar de o acesso e a fruição da cultura e dos bens culturais estarem previstos e assegurados na Constituição Federal de 1988, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1947, na Política Nacional do Idoso – Lei 8.842/94, no Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03, dentre outras legislações, nem sempre as condições materiais permitem que se acesse este direito com facilidade.

Sobre o direito à cultura, a Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, no Art. 215 dispõe que “o Estado garantirá a todos o pleno

exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1947, em seu Art. XXVII, parágrafo 1, ressalta que “toda a pessoa tem direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”.

A Política Nacional do Idoso – Lei 8.842/94, em seu Capítulo IV – Das Ações Governamentais, na parte que dispõe sobre cultura, esporte e lazer, garante “ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais”.

E o Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03, em seu Capítulo V – Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Art. 21, inciso 2º, dispõe que “os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais”.

No que diz respeito à questão 2.5, somente direcionada aos idosos, que **requisitava a avaliação dos mesmos em relação às atividades culturais oferecidas pelo L.V.I.E.**, quais sejam: alfabetização e pintura de desenhos, pintura em tecido, trabalhos manuais com argila, grupo de convivência, aula de informática, aula de Yoga e aula de teatro, 60% expressaram que as atividades eram úteis e alcançavam os seus objetivos e 40% comentaram que não as consideravam úteis. Como a amostra deste grupo era de cinco pesquisados, é pertinente evidenciar a avaliação que cada um expressou. Sendo assim, segue abaixo a avaliação de cada idoso sobre as atividades culturais oferecidas pelo L.V.I.E.:

“Estas atividades não estão sendo úteis e não estão alcançando os seus objetivos. Sinto-me constrangida durante as atividades em que são aplicadas dinâmicas de grupo”. (C. L. D., 86 anos)

“Estas atividades são ótimas de praticar”. (R. J. D., 72 anos)

“Estas atividades são importantes culturalmente”. (I. V., 73 anos)

“Não gosto destas atividades, pois são apenas passatempo e não tem futuro”. (O. D. V., 72 anos)

“Estas atividades são úteis, uma distração para os idosos”. (R. S., 79 anos)

Ao analisarmos as avaliações apresentadas acima, percebemos que a maioria dos idosos que aprovou as atividades oferecidas pelo L.V.I.E responderam de forma adjetivada ampla e rasa, ou seja, são ótimas, úteis e importantes, mas não dão profundidade a estes adjetivos, não sabendo-se de fato o que está sendo proveitoso para eles e qual o entendimento disso para suas vidas neste presente. Em contrapartida, aqueles que rejeitaram, parecem mais verdadeiros em seus sentimentos de rejeitar a sua exposição perante outros e de não verem

significado em atividades para um futuro que nesta idade em que se encontram se torna incerto, porque vivem um dia-a-dia em que o mais importante é contar o tempo. Muitas vezes, presenciando a chegada de mais um ou a partida definitiva de outro para um lugar que também a realidade presente não lhes explica. Restando-lhes a atitude negativa de só esperar o tempo passar.

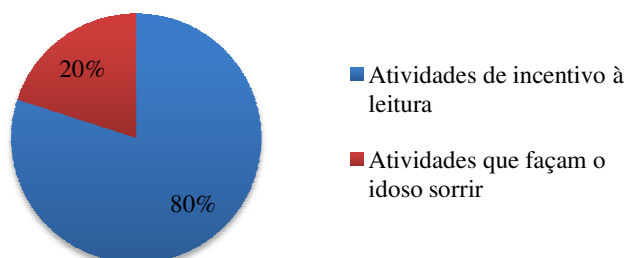
Como desenvolvemos o estudo em uma Instituição de Longa Permanência, pensamos que estes depoimentos precisam ser devidamente observados porque estão anunciando possibilidades e/ou denunciando a necessidade da equipe profissional se tornar alerta para as técnicas escolhidas para o trabalho com este público ou mesmo para o tipo de trabalho que se vem propondo a ele. Não seria uma oportunidade de se reeditar a prática da consulta ao conselho de idoso tal qual vigorava nos idos tempos de nossa história? Ainda hoje, no oriente, os idosos são respeitados como o exemplo da sabedoria. Por que então, não solicitar do idoso (que está com sua capacidade cognitiva ativa e lúcida) a sua opinião sobre as atividades propostas e/ou como executá-las, valorizando-os em seu saber e priorizando de fato sua participação.

Neste sentido, é pertinente trazer o pensamento de Soares e Reis (2006) que afirmam que alguns idosos passam a se sentir solitários em decorrência das perdas que sofrem ao longo da vida e do preconceito da sociedade. Dessa maneira, é importante, sobretudo para a pessoa idosa residentes em Instituições de Longa Permanência, oportunizar atividades que a priorizem, estimulem a participação efetiva, incentivem relacionamentos e reforcem laços de amizade, com vista à melhora da sua da auto-estima, afetividade e bem-estar.

No que tange à questão 2.6, que **solicitava aos pesquisados que sugerissem atividades culturais que poderiam ser oferecidas pelo L.V.I.E.** Dos vinte e quatro pesquisados, 71% deram sugestões de atividades e 29% expressaram que as já oferecidas pelo lar eram satisfatórias. Esses dados demonstram que a maioria sugeriu que poderiam ser oferecidos outros tipos de atividades culturais de acordo com os interesses dos idosos e possibilidades do lar. Dessa maneira, os gráficos a seguir demonstram como ficou este resultado.

O gráfico 4 evidencia as sugestões de atividades culturais dos idosos que podem ser oferecidas aos residentes do L.V.I.E.

Gráfico 4 - Sugestões de Atividades Culturais (Idosos)

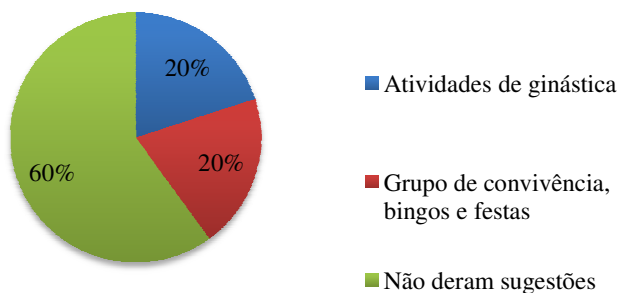


Fonte: Pesquisa no Lar dos Velhinhos Irmão Erasto/SERTE, 2009

Ao visualizarmos o gráfico 4, percebemos que o mesmo demonstra que do grupo de pesquisados formado pelos idosos, 80% sugeriram que fossem oferecidas atividades culturais relacionadas ao incentivo à leitura, porém, não especificaram quais os tipos que poderiam ser realizadas; e 20% não sugeriram uma atividade específica, apenas expressou que o lar deveria oferecer atividades que fizessem o idoso sorrir mais. Como pode se observar, nas sugestões dos idosos prevaleceu a atividade relativa ao incentivo à leitura.

Na sequência, apresenta-se o gráfico 5 que revela as sugestões de atividades culturais dos familiares dos idosos que podem ser oferecidas aos idosos residentes no L.V.I.E.

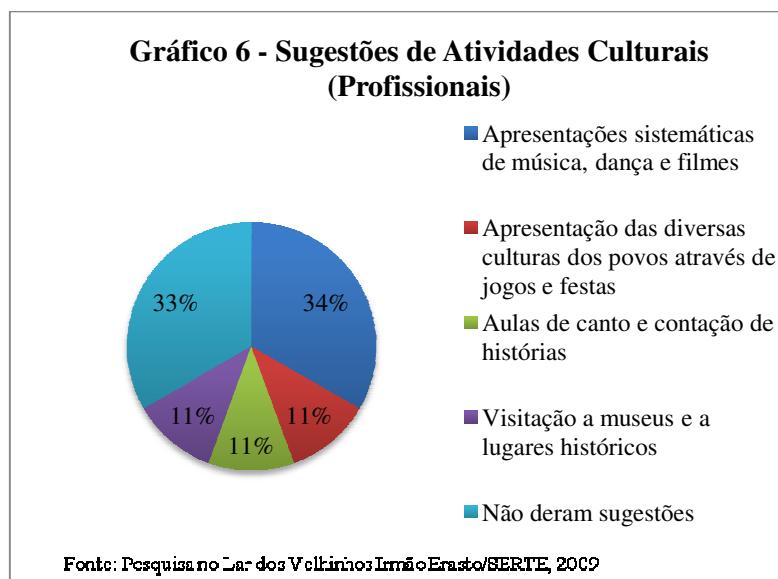
Gráfico 5 - Sugestões de Atividades Culturais (Familiares)



Fonte: Pesquisa no Lar dos Velhinhos Irmão Erasto/SERTE, 2009

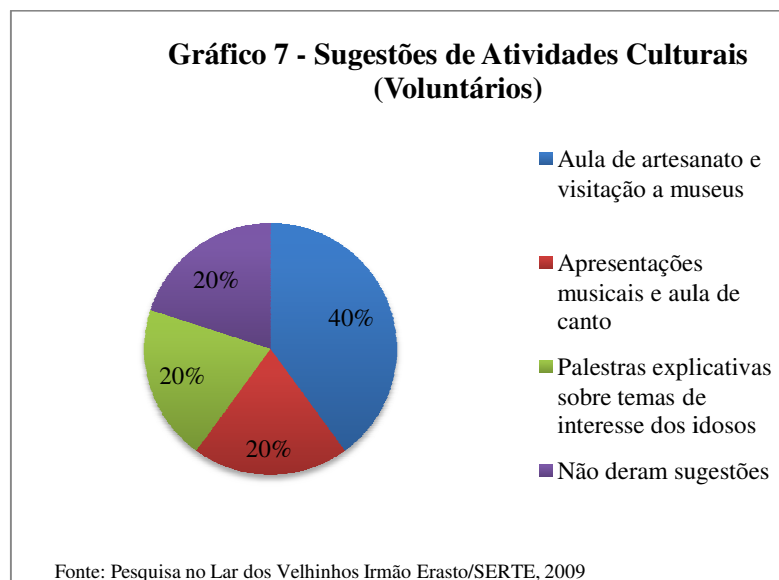
O gráfico 5 demonstra que do grupo de pesquisados composto pelos familiares dos idosos, 20% sugeriram atividades de ginástica; 20% sugeriram a continuidade dos encontros do grupo de convivência já realizados no lar e a realização de bingos e festas com maior frequência; e 60% não sugeriram outras atividades, mas expressaram que as atividades já oferecidas pelo lar aos idosos, eram satisfatórias. Observando-se os dados, percebemos que nas sugestões dos familiares dos idosos predominaram as atividades de ginástica, grupo de convivência, bingos e festas.

Posteriormente, o gráfico 6 apresenta as sugestões de atividades culturais dos profissionais que podem ser oferecidas aos idosos pelo L.V.I.E.



Ao observar o gráfico 6, do grupo de pesquisados formado pelos profissionais, percebemos que 34% sugeriram apresentações sistemáticas de música, de dança como balé, tango, etc, e de filmes de época e educativos, estes últimos, relativos à alimentação, higiene, etc; 11% sugeriram a apresentação das diversas culturas dos povos através de jogos e festas; 11% sugeriram aulas de canto e contação de histórias; 11% visitação a museus e a lugares históricos; e 33% não deram sugestões. Nas sugestões dos profissionais, predominaram as apresentações sistemáticas de música, dança e filmes.

Em seguida, o gráfico 7 demonstra as sugestões de atividades culturais dos voluntários, as quais podem ser oferecidas aos idosos residentes no L.V.I.E.



Observando-se o gráfico 7, do grupo de pesquisados formado pelos voluntários, 40% sugeriram aula de artesanato e visitação a museus; 20% apresentações musicais e aula de canto; 20% palestras explicativas sobre temas de interesse dos idosos; e 20% não sugeriram outros tipos de atividades, mas reafirmaram as atividades culturais já oferecidas pelo lar como satisfatórias. Nas sugestões dos voluntários, prevaleceram as atividades relativas à aula de artesanato e a visitação a museus.

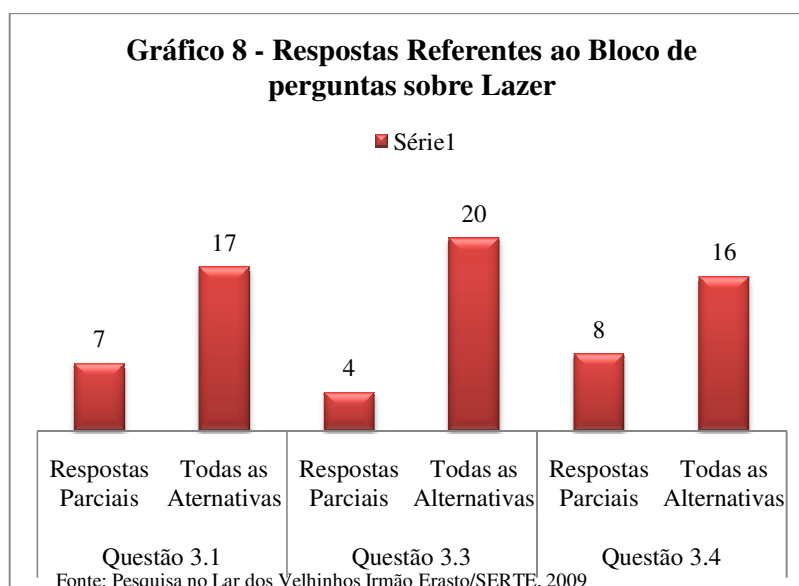
A partir da apresentação dos dados acima, apreendemos que nas sugestões de atividades culturais dos pesquisados predominaram as atividades ligadas ao conhecimento, através do incentivo a leitura, ao condicionamento físico, por meio da ginástica, à interação e integração entre os idosos, no grupo de convivência, nas festas e nos bingos e à música, dança, teatro e artesanato.

Ao analisarmos as sugestões, percebemos que a maioria é possível de serem executadas em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos filantrópica, levando-se em consideração as necessidades e interesses dos idosos, as condições financeiras, de infraestrutura física e de recursos humanos da organização. Só resta saber se realmente os faria sorrir.

3.1.2 Representação social do lazer

Após a apresentação dos dados referentes ao bloco de questões sobre cultura, podemos evidenciar os dados que se referem ao bloco de questões relativas ao lazer.

Sendo assim, apresenta-se abaixo o gráfico 8, que demonstra os dados das questões 3.1, referente às **noções e ou concepções de lazer** dos idosos, familiares, profissionais e voluntários, 3.3 referente à opinião dos pesquisados acerca **dos benefícios que a participação em atividades de lazer pode trazer** para a vida das pessoas e a 3.4 referente a identificação realizada pelos pesquisados **das atividades de lazer oferecidas** pelo L.V.I.E.



Ao observar o gráfico 8, percebemos que em relação à questão 3.1, que tinha por objetivo apreender as noções e ou concepções de lazer, 29% dos pesquisados a assinalaram parcialmente, ou seja, optaram somente pela alternativa que afirmava que lazer era ir ao teatro e ao cinema, outros assinalaram esta e outra em que lazer significava ler livros e dançar; e 71% assinalaram todas as alternativas, que compreendiam que lazer era ir ao teatro e ao cinema; assistir televisão, ouvir música, dançar, ler livros, passear e viajar, fazer trabalhos manuais (artesanato), participar de grupos de convivência, bingo e jogos como dominó, baralho, etc. Dessa maneira, compreendemos que a maioria dos pesquisados assinalaram todas as alternativas, que abrangiam as diversas noções e/ou concepções de lazer sugeridas.

No que tange a questão 3.3, que se refere à opinião dos pesquisados acerca dos benefícios que a participação em atividades de lazer pode trazer para a vida das pessoas, 17% a assinalaram parcialmente, ou seja, alguns assinalaram as alternativas que afirmava que o lazer traz distração e divertimento e melhora da auto-estima, manutenção da autonomia e desenvolvimento pessoal; e 83% assinalaram todas as alternativas, que compreendiam distração e divertimento, momento para construir e desenvolver amizades, melhora da auto-estima, manutenção da autonomia e desenvolvimento pessoal como benefícios da participação em atividades de lazer. Nesse sentido, apreendemos que a maioria dos pesquisados assinalaram todas as alternativas, que abarcava os diversos benefícios das atividades de lazer.

No que diz respeito à questão 3.4, relacionada à identificação realizada pelos pesquisados das atividades acerca das atividades de lazer oferecidas pelo L.V.I.E. aos idosos, 33% a assinalaram parcialmente, ou seja, alguns consideraram atividades de lazer oferecidas pelo L.V.I.E somente o grupo de convivência, passeio e baile, pintura de desenhos e festas; e 67% assinalaram todas as alternativas, que abarcava pintura de desenhos e em tecido, trabalhos manuais com argila, grupo de convivência, aula de Yoga, passeio, baile e festas temáticas como festa do dia das bruxas; de natal, etc. Sendo assim, percebemos que a maioria dos pesquisados assinalaram todas as alternativas, o que denota que os mesmos identificaram todas as atividades elencadas na questão como de lazer.

Nas três questões os sujeitos tiveram oportunidade de se manifestar sugerindo outros tipos de definições, benefícios e atividades de lazer. No entanto o resultado obtido não foi expressivo, valendo destacar que dos 24 pesquisados apenas 02 apresentaram outra definição de lazer: “Lazer é brincar com uma criança”. (R. S., 79 anos, residente no L.V.I.E.); “Lazer é fazer compras no mercado”. (R. J. D., 72 anos, residente no L.V.I.E.). Dos 24 pesquisados somente 02 apresentaram outros benefícios que a participação em atividades de lazer pode trazer para a vida das pessoas: “As atividades de lazer trazem o incentivo e a prática da cultura de cada um”. (V. R. G., 28 anos, profissional do L.V.I.E.); “As atividades de lazer trazem relaxamento físico e mental”. (A. G., 26 anos, profissional do L.V.I.E.) E na questão 3.4, dos 24 pesquisados, nenhum identificou outras atividades de lazer oferecidas pelo lar, demonstrando que todos compreendiam como atividades de lazer somente aquelas relacionadas nas alternativas da questão.

Refletindo sobre as noções e ou concepções de lazer apresentadas pelos idosos, compreendemos que estão atreladas a questão da interação e integração com outras gerações – como as crianças – e do consumo. Assim, percebemos a primeira mais ligada à questão da necessidade de convivência familiar e comunitária e a segunda construída sob as influências

dos sistemas econômico, político, social e cultural, que por sua vez, influenciam os meios de comunicação de massa, que transmitem e estimulam o consumo. No que tange aos outros benefícios que a participação em atividades de lazer pode trazer para a vida das pessoas, compreendemos que os apresentados pelos profissionais estão associados à fruição dos conteúdos culturais do lazer e, ao descanso, o qual pode ser em relação às obrigações profissionais, familiares e sociais.

Na seqüência, apresentamos a tabela 2, que demonstra as noções e ou concepções de cada grupo de pesquisados acerca das questões 3.1, 3.3 e 3.4 referentes ao lazer.

Tabela 2 – Noções e ou Concepções de Lazer dos Idosos, Familiares, Profissionais e Voluntários

		CULTURA					
		Questão 3.1*		Questão 3.3**		Questão 3.4***	
		Res. Parciais	Todas Altern.	Res. Parciais	Todas Altern.	Res. Parciais	Todas Altern.
GRUPOS DE PESQUISADOS	Idosos	3	2	1	4	3	1
	Familiares	2	3	0	5	1	4
	Profissionais	1	8	2	7	2	7
	Voluntários	1	4	1	4	1	4

Fonte: Pesquisa no Lar dos Velhinhos Irmão Erasto/SERTE, 2009

***Questão 3.1:** Referente às noções e ou concepções de lazer dos idosos, familiares, profissionais e voluntários.

****Questão 3.3:** Referente à opinião dos pesquisados acerca dos benefícios que a participação em atividades de lazer pode trazer para a vida das pessoas.

*****Questão 3.4:** Referente à identificação realizada pelos pesquisados acerca das atividades de lazer oferecidas pelo L.V.I.E. aos idosos.

No que tange a questão 3.1, referente **às noções e ou concepções de lazer**, do grupo de pesquisados formado pelos idosos, 60% a assinalaram parcialmente e 40% todas as alternativas; dos familiares, 40% parcialmente e 60% todas; dos profissionais, 11% parcialmente e 89% todas; e dos voluntários, 20% parcialmente e 80% todas. Em relação à questão 3.3, referente à **opinião dos pesquisados acerca dos benefícios que a participação em atividades de lazer pode trazer para a vida das pessoas**, dos idosos, 20% parcialmente e 80% todas; dos familiares, 100% todas; dos profissionais, 22% parcialmente e 78% todas; e dos voluntários, 20% parcialmente e 80% todas. No que diz respeito à questão 3.4, referente à **identificação** realizada pelos pesquisados acerca **das atividades de lazer oferecidas pelo L.V.I.E.**, dos idosos, 60% parcialmente e 40% todas; dos familiares, 20% parcialmente e 80% todas; dos profissionais, 22% parcialmente e 78% todas; e dos voluntários, 20% parcialmente e 80% todas.

Correlacionando os dados apresentados, percebemos que o nível de escolaridade e de renda são fatores que podem ou não influenciar nas noções e ou concepções de lazer, na compreensão dos benefícios que o acesso ao mesmo pode trazer para a vida das pessoas e na identificação das atividades de lazer que oferecidas pelo L.V.I.E., pois geralmente aqueles que possuem uma condição econômica acima da média da população, na maioria das vezes, acessam de modo mais fácil os meios de ensino superior e de informação, tendo a oportunidade e condições financeiras de participar e usufruir as mais variadas atividades de lazer.

Desta maneira, ao longo da aplicação dos formulários aos idosos e seus familiares e da análise das respostas do questionário entregue aos profissionais e voluntários, foi possível perceber que os grupos de pesquisados, de maneira geral, apresentaram a mesma concepção acerca do conceito de lazer, dos benefícios que a participação em atividades de lazer traz para a vida das pessoas e na identificação das atividades de lazer oferecidas no L.V.I.E., apesar de apresentarem nível de escolaridade e de renda distintos.

A representação social de lazer evidenciada pelos grupos de pesquisados correspondeu à perspectiva dos autores apresentadas na primeira seção deste trabalho, que de maneira geral compreendem lazer como um “tempo livre” – o qual é determinado pelos sistemas econômico, político, social e cultural – das obrigações profissionais, familiares e sociais, em que se pode descansar e divertir-se, como também desenvolver-se pessoal e socialmente. Nessa direção, o lazer também pode ser considerado um “tempo privilegiado” para vivenciar valores que contribuem para transformações tanto de ordem moral como cultural (DUMAZEDIER, 1976; MARCELLINO, 1996).

Por este viés, entendemos que o momento destinado ao lazer, é um tempo não somente para entreter-se, mas para se apreender e usufruir os seus conteúdos culturais e sociais, por meio do convívio e relacionamento social.

Com a apresentação das análises acerca das noções e ou concepções de lazer dos grupos de pesquisados, podemos expor os demais resultados deste estudo sobre lazer.

Sendo assim, em relação à questão 3.2, **direcionada aos pesquisados para saber se tinham acesso ao lazer**, 96% afirmaram que tinham acesso e 4% que não. Analisando-se esses dados, percebe-se que a maioria dos pesquisados afirmou que tem acesso ao lazer, tendo em vista as noções e/ou concepções de lazer que os mesmos apresentaram na questão 2.1. Porém, quando um dos pesquisados expressou que não tinha acesso ao lazer, podemos considerar que vários são os fatores, dentre os quais, a classe social, o nível de instrução, a faixa etária, o acesso ao espaço, entre outros, que restringem o lazer, no que tange a

frequência na prática e a sua qualidade, a uma pequena parcela da população (MARCELLINO, 1996).

Sendo assim, apreendemos que para ultrapassar estas barreiras, estes fatores que determinam as oportunidades de fruição do lazer, é necessário que se realize a democratização cultural através de políticas públicas.

Instituído como um direito social, o lazer é previsto e assegurado na Constituição Federal de 1988 em seu Capítulo II Dos Direitos Sociais, art. 6º, na Política Nacional do Idoso – Lei 8.842/94, no Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03, dentre outras legislações. Sendo assim, é relevante evidenciar como é prevista a sua fruição na Política Nacional do Idoso, no Estatuto do Idoso e na RDC nº 283/05, que dispõe sobre as normas de funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos.

A Política Nacional do Idoso – Lei 8.842/94, em seu Capítulo IV Das Ações Governamentais, na área de cultura, esporte e lazer, prevê a fruição do lazer através de programas que oportunizem ao idoso a melhoria de qualidade de vida e estimulem sua participação na sociedade.

O Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03, em seu Capítulo V Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, art. 23, prevê desconto de pelo menos 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, como também o acesso preferencial aos respectivos locais. E a RDC nº 283/05, dispõe que as Instituições de Longa Permanência para Idosos devem “promover condições de lazer para os idosos tais como: atividades físicas, recreativas e culturais”.

Apesar de o lazer ser previsto e assegurado como um direito social nas legislações vigentes, de acordo com Marcellino (1996, p. 23) “o fator econômico é determinante desde a distribuição do tempo disponível entre as classes sociais, até as oportunidades de acesso à Escola, e contribui para uma apropriação desigual do lazer”.

No que diz respeito à questão 3.5, somente direcionada aos idosos, que **requisitava a avaliação dos mesmos em relação às atividades de lazer oferecidas pelo L.V.I.E.**, quais sejam: aula de pintura de desenhos e em tecido, oficina de trabalhos manuais com argila, grupo de convivência, aula de Yoga, passeio, baile e festas temáticas, 100% as avaliaram positivamente. É relevante evidenciar a avaliação que cada um expressou. Sendo assim, segue abaixo a avaliação de cada idoso sobre as atividades de lazer oferecidas pelo L.V.I.E.:

“A aula de pintura de desenhos satisfaz os meus anseios, para mim é ao mesmo tempo um descanso e um divertimento”. (C. L. D., 86 anos)

“Estas atividades são úteis”. (R. J. D., 72 anos)

“Estas atividades são produtivas, unem as pessoas e as desenvolvem intelectualmente”. (I. V., 73 anos)

“O passeio é bom, baile é melhor ainda e festas nem se fala”. (O. D. V., 72 anos)

“O passeio e o baile são muito importantes para a distração. Estou sonhando para realizar outro passeio. O passeio é muito bom para os idosos”. (R. S., 79 anos)

Observando as avaliações apresentadas acima, percebemos que a maioria dos idosos aprovou as atividades de lazer oferecidas pelo L.V.I.E. Em análise, durante o momento da avaliação das atividades os idosos demonstraram entusiasmo e satisfação em relação a algumas atividades como o passeio e o baile. Apreendemos que estas atividades têm um significado importante para o idoso, principalmente para aquele que reside em Instituição de Longa Permanência, pois é durante o passeio que saem do âmbito institucional, tendo a oportunidade de deixar a rotina cotidiana, pelo menos por algumas horas, integrar-se com outras pessoas e ampliar sua teia de relacionamentos e amizades e, no momento do baile, entreter-se e divertir-se com as músicas, dança e diálogos com os participantes do evento.

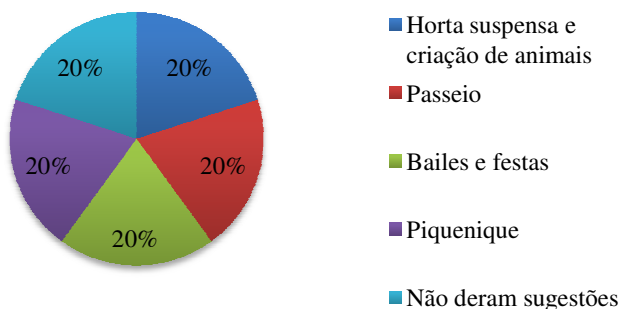
Nesta perspectiva, compreendemos que como uma cultura vivenciada no tempo disponível das obrigações profissionais, familiares e sociais, o momento do lazer é necessário, na medida em que proporciona não somente descanso e divertimento como também desenvolvimento pessoal e social (MARCELLINO, 2001).

No que tange à questão 3.6, que **solicitava aos pesquisados que sugerissem as atividades de lazer que poderiam ser oferecidas pelo L.V.I.E.** aos idosos, dos cinco idosos pesquisados 80% deram sugestões de atividades e 20% não deu; dos cinco familiares, 60% deram sugestões e 40% expressaram que as já oferecidas pelo lar eram satisfatórias; dos nove profissionais, 89% deram sugestões e 11% expressaram que as já oferecidas pelo lar eram satisfatórias; e dos cinco voluntários, 60% deram sugestões e 40% não deram. De modo geral, dos vinte e quatro pesquisados, 75% deram sugestões de atividades e 25% expressaram que as já oferecidas pelo lar eram satisfatórias.

Com esta apresentação geral, podemos revelar as sugestões de atividades de lazer de cada grupo de pesquisados através de gráficos.

Deste modo, apresentamos o gráfico 9 que evidencia as sugestões de atividades de lazer proposta pelos idosos.

Gráfico 9 - Sugestões de Atividades de Lazer (Idosos)

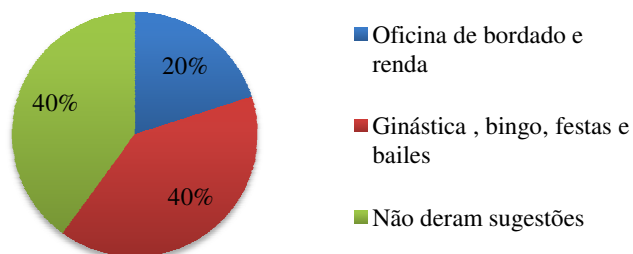


Fonte: Pesquisa no Lar dos Velhinhos Irmão Erasto/SERTE, 2009

Observando o gráfico 9, percebemos que o mesmo demonstra que do grupo de pesquisados formado pelos idosos, 20% sugeriu como atividades de lazer a horta suspensa e a criação de animais; 20% passeio; 20% bailes e festas; 20% piquenique; e 20% não deram sugestões. Ao analisar os dados obtidos, compreendemos que cada idoso especificou a atividade de lazer que mais apreciava, ou seja, não teve unanimidade nas sugestões.

Em seguida, apresentamos o gráfico 10, que demonstra as sugestões de atividades de lazer proposta pelos familiares.

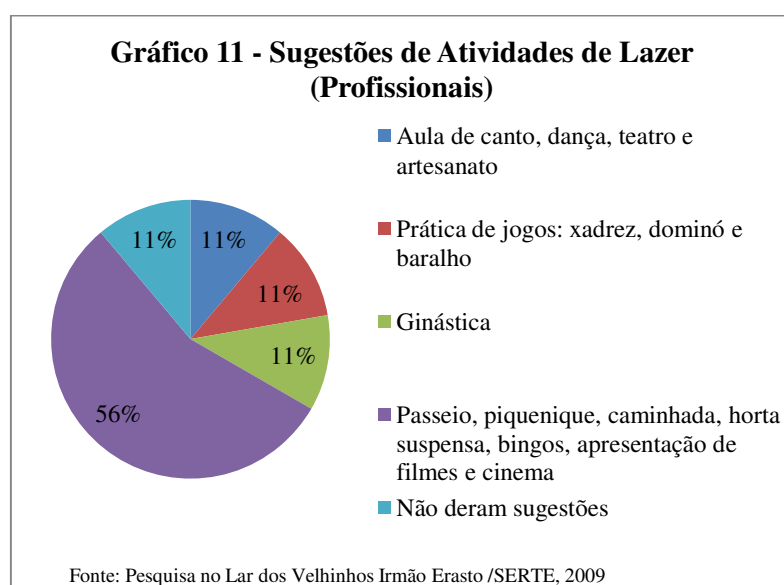
Gráfico 10 - Sugestões de Atividades de Lazer (Familiares)



Fonte: Pesquisa no Lar dos Velhinhos Irmão Erasto/SERTE, 2009

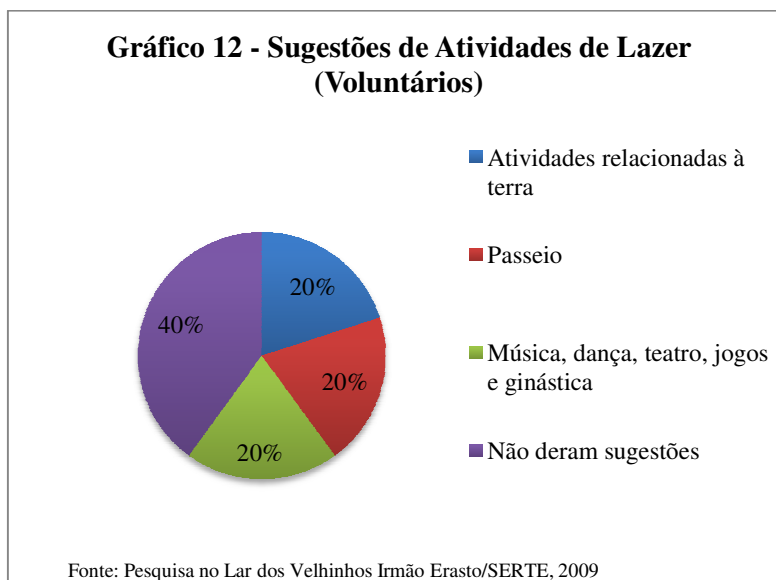
Visualizando o gráfico 10 percebemos que o mesmo apresenta que do grupo de pesquisados formado pelos familiares, 20% sugeriu uma oficina de bordado e renda; 40% sugeriram ginástica, bingos, festas e bailes e 40% não deram sugestões e justificaram que as atividades de lazer já oferecidas pelo lar eram satisfatórias. Apreendemos que nas sugestões dos familiares predominou as atividades de lazer relacionadas à atividade física e de entretenimento.

Abaixo, evidenciamos o gráfico 11, que apresenta as sugestões de atividades de lazer proposta pelos profissionais.



Como percebemos o gráfico 11 demonstra que do grupo de pesquisados composto pelos profissionais, 11% sugeriu atividades de lazer relacionadas a aula de canto, dança, teatro e artesanato; 11% a prática de jogos como xadrez, dominó e baralho; 11% ginástica; 56% passeio, piquenique, caminhada, horta suspensa, bingos, apresentação de filmes e cinema; e 11% não deram sugestão e justificaram que as atividades de lazer já oferecidas pelo lar eram satisfatórias. Compreendemos que nas sugestões dos profissionais prevaleceram atividades relacionadas a distração e entretenimento.

Posteriormente, apresentamos o gráfico 12, que evidencia as sugestões dos voluntários.



Ao observar o gráfico 12 percebemos que o mesmo apresenta que do grupo de pesquisados formado pelos voluntários, 20% sugeriu atividades relacionadas à terra, mas não especificou quais tipos de atividades; 20% passeio; 20% música, dança, teatro, jogos e ginástica; e 40% não deram sugestões, mas justificaram que as atividades de lazer oferecidas pelo lar eram satisfatórias. Apreendemos que nas sugestões dos voluntários prevaleceram as atividades de lazer ligadas à arte e ao entretenimento.

Em síntese, observamos que as atividades de lazer sugeridas pelos pesquisados são convergentes, pois estão relacionadas às áreas artísticas, intelectuais, físicas, manuais, turísticas e sociais. Percebemos que a maioria das atividades sugeridas é de interesse dos idosos e possíveis de ser viabilizadas pelo L.V.I.E.

Com a apresentação e análise dos dados obtidos através deste estudo, podemos finalizar esta seção reafirmando que as atividades culturais e de lazer se constituem como práticas relevantes para a vida do idoso, na medida em que contribuem para o desenvolvimento pessoal e abrem possibilidades de reflexão e participação do mesmo na realidade social em que está inserido. Além disso, a prática de atividades de cultura e de lazer proporciona ao idoso o bem-estar biopsicossocial, melhora da auto-estima e a manutenção da autonomia, bem como oportunizam o convívio e o relacionamento social e ganhos referentes à autopercepção e valorização das suas próprias experiências de vida. Nessa perspectiva, compreendemos que é de suma importância viabilizar ao idoso residente em Instituição de Longa Permanência atividades culturais e de lazer que estimulem a descoberta de novas habilidades e incentivo à criatividade e oportunizem o compartilhamento de suas memórias,

para que possam ampliar as fronteiras do seu valor e reconhecerem-se participantes da sociedade em que está inserido.

O resultado deste trabalho por mais que pareça trazer o que é evidente, não trazendo grandes diferenciações sobre a representação social de cultura e lazer, observamos que a noção ou a idéia que os sujeitos apresentaram não estão distantes da compreensão que os estudiosos desta área têm.

No entanto, a operacionalização destas representações pode sofrer variações se considerarmos o espaço, o tempo, a dinâmica de como é proposta. Por isso são representações. Estão carregadas de vida, de sentimento, de expectativas, pré-noções e porque não dizer de pré-conceitos também.

Ocupar o tempo ocioso com brincadeiras ou atividades de conhecimento merece cuidado. É preciso atenção com a intencionalidade de preenchimento deste tempo, uma vez que para o idoso o tempo pode ser seu grande amigo ou inimigo. E, no caso de se tratar de uma Instituição de Longa Permanência, são horas que demoram a passar.

Talvez por estas considerações este trabalho tenha trazido a impressão de que por mais que os sujeitos tenham se posicionado em separado quanto ao tema em discussão, aproximaram-se em seus posicionamentos. Assim, fica a sugestão de que possa ser formada uma comissão com a representação destas quatro categorias de sujeitos para que de forma sistemática e com o rodízio de participantes possam vivenciar a experiência não só de planejar atividades de cultura e lazer, mas estudar, discutir, sobre o dia-a-dia de viver a cultura e o lazer num espaço fechado onde os que ali residem, tem todo o tempo disponível, mas os que trabalham ali têm o tempo contado. São as realidades da vida, que nos desafiam e nos movem para não desistir de nossa tarefa social.

Quem discordar, fique livre para continuar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o objetivo central deste trabalho era apreender e fazer um mapeamento das noções e ou concepções de cultura e lazer dos idosos e seus familiares, dos profissionais e voluntários que estão envolvidos com o L.V.I.E., com vistas a uma intervenção do Serviço Social coerente com os anseios e necessidades deste público-alvo de suas ações profissionais, procuramos evidenciar ao longo deste estudo a perspectiva teórica dos pesquisadores da área de cultura e lazer, contextualizar a questão da velhice, do processo de envelhecimento e da institucionalização da pessoa idosa e caracterizar a SERTE e o lar, para assim, apresentar as representações sociais de cultura e lazer dos pesquisados e as análises acerca das mesmas a partir dos fundamentos teóricos evidenciados na revisão bibliográfica.

Para tanto, embasaram teoricamente este estudo os conceitos de representações sociais, cultura, lazer, velhice e processo de envelhecimento e de institucionalização.

A partir da reflexão destes conceitos, apreendemos que representações sociais significam as noções e ou concepções que os indivíduos desenvolvem sobre uma determinada realidade observada, visando explicá-la no contexto social mais amplo.

Desta maneira, foi possível entender que cultura apresenta vários significados, tendo assim sentido abrangente, que compreende a produção e transmissão de regras e padrões estabelecidos por determinado grupo social para o desenvolvimento da economia, da política, do conhecimento científico e artístico. Nesse sentido, a cultura retrata e expressa o desenvolvimento e as modificações econômicas, políticas e sociais de uma sociedade, do mesmo modo que as transformações na cultura desencadeiam mudanças na realidade social.

Em relação ao conceito de lazer, podemos apreendê-lo como um “tempo liberado” não somente das obrigações profissionais, mas também das familiares, sociais, políticas e religiosas e que sua fruição é condicionada principalmente por fatores econômicos.

No que se refere à velhice, entendemos que é resultado de mudanças sucessivas e irreversíveis decorrentes do processo de envelhecimento, no qual transformações físicas, psíquicas, pessoais e sociais imprimem no idoso singularidades no seu organismo e determinam comportamentos considerados característicos desta fase da vida.

No que tange ao processo de institucionalização, compreendemos como uma medida de proteção que somente deve ser acionada em situações em que os direitos sociais do idoso forem ameaçados ou violados. Partindo-se desse princípio, refletimos que o abrigo da pessoa idosa em Instituição de Longa Permanência deve configurar-se como

última alternativa, tendo em vista que é imprescindível a permanência do idoso no seio de sua família, na medida em que esta pode contribuir neste processo da vida do idoso, o auxiliando nas atividades da vida diária e a entender as transformações biológicas, psicológicas e pessoais que o mesmo irá passar. De igual modo, apreendemos que quando o idoso é abrigado em Instituição de Longa Permanência, se o mesmo tem família, a responsabilidade deve ser compartilhada entre família e instituição, que por sua vez, deve primar pelo fortalecimento dos vínculos familiares, com vistas ao bem-estar biopsicossocial do idoso.

Após este panorama sobre os objetivos e conceitos trabalhados neste estudo, podemos evidenciar um parecer acerca dos resultados obtidos através da pesquisa exploratória.

Nesta direção, no que se refere aos resultados deste estudo, apreendemos que dentre os grupos de pesquisados, mesmo havendo predominância quantitativa dos profissionais que apresentavam nível de escolaridade mais alto e a renda maior, as demais categorias de sujeitos evidenciaram a mesma tendência na concepção acerca dos conceitos de cultura e de lazer, dos benefícios que a participação em atividades culturais e de lazer pode trazer para a vida das pessoas e na identificação das atividades culturais e de lazer oferecidas no L.V.I.E., apesar de apresentarem nível de escolaridade e de renda diferentes.

Em relação às sugestões de atividades culturais trazidas pelos pesquisados, apreendemos que predominaram as atividades ligadas ao conhecimento, através do incentivo a leitura, ao condicionamento físico, por meio da ginástica, à interação e integração entre os idosos, no grupo de convivência, nas festas e nos bingos e à música, dança, teatro e artesanato. E no que tange às sugestões de atividades de lazer, observamos que prevaleceram as atividades relacionadas às áreas artísticas, intelectuais, físicas, manuais, turísticas e sociais.

Ao refletirmos sobre as sugestões de atividades culturais e de lazer trazidas pelos pesquisados, percebemos que as mesmas visam não somente entreter ou ocupar o idoso, mas manter ou “resgatar” neste sujeito a alegria de viver, por meio de atividades que promovam a interação e integração, convívio e relacionamento social, com vistas a um envelhecimento biopsicossocial saudável.

A partir deste levantamento, compreendemos que é possível elaborar, implementar, implantar e executar um projeto de “resgate” dos direitos à cultura e ao lazer que vislumbre de forma efetiva os interesses e necessidades de satisfação destes idosos e não apenas para responder a objetivos e metas organizacionais, de preenchimento da ociosidade, ou ainda, para enquadrar-se ao modismo da era da qualidade de vida.

Para tanto, durante a execução deste projeto, recomendamos que fossem realizadas avaliações periódicas tanto pelos coordenadores quanto pelo público-alvo de suas ações profissionais. Entendemos que através destas avaliações e da intervenção do Serviço Social, a partir do acompanhamento individual e da escuta qualificada junto ao idoso, em que ouve e decodifica os seus anseios, será possível apreender as suas demandas e necessidades em relação a estas atividades.

Assim, apreendemos que os profissionais, com o apoio dos familiares e voluntários, que participam do cotidiano destes idosos, de forma direta ou indireta, podem promover atividades culturais e de lazer que contribuam para o processo de (re) construção e manutenção da autonomia e de melhora da auto-estima.

Do exposto, depreendemos que como estudamos um contexto específico, retratamos uma realidade peculiar, ou seja, a de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos, filantrópica, denominada de Lar dos Velhinhos Irmão Erasto e, a concepção de sujeitos que estão vivenciando suas histórias nesse âmbito, de familiares destes e daqueles que estão envolvidos com os mesmos, seja profissionalmente ou voluntariamente.

Neste sentido, tendo em vista que as análises realizadas no escopo deste trabalho se referem a apenas esta realidade, não temos uma perspectiva pronta, acabada e única a respeito das noções e ou concepções de cultura e lazer de todos os idosos residentes em outras Instituições de Longa Permanência filantrópicas, assim como de seus familiares, profissionais e voluntários, o que nos incita a darmos continuidade a este estudo em outra oportunidade.

Finalizamos esta monografia expressando que este estudo contribuiu para apreendermos não somente as concepções acerca da cultura e do lazer dos grupos de pesquisados, mas o entendimento prevalecente destes conceitos para estes sujeitos.

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, Gregório F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 27-38.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, 711 p. [Tradução de Maria Helena Franco Monteiro].

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, nº 75, p. 19-34, outubro 2003.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.

BRASIL, LEI Nº. 10.741/2003 – Lei Especial – **Estatuto do Idoso**. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL, LEI Nº. 8.842/1994 – Dispõe sobre a **Política Nacional do Idoso**, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1994.

BRASIL, Portaria nº 400, de 06 de dezembro de 1977, que dispõe sobre **normas e padrões de instalação e construção em Serviços de Saúde**. Disponível em: <http://legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php#>. Acesso em 12/02/2009.

BRASIL, Portaria nº 810, de 22 de setembro de 1989, que dispõe **as normas e os padrões para o funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/conleg/idoso/DOCS/Federal/Portaria810.doc>
Acesso em: 12/02/2009.

BRASIL, Resolução nº 145/2004 – Dispõe sobre a **Política Nacional de Assistência Social**. Diário Oficial da União, Brasília, 2004.

BRASIL, Resolução nº 006 de 08 de novembro de 2004, que dispõe sobre a **forma de participação do idoso no custeio de Entidade de Longa Permanência com caráter de assistência social**.

BRASIL, Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 283 de 26 de setembro de 2005, que dispõe sobre o **Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial**. Disponível em: <http://legis.anvisa.gov.br/leisref/public/showAct.php?id=18850&word#>. Acesso em: 01/02/2009.

BRUHNS, Heloisa Turini (org.). **Introdução aos estudos do lazer**. In: BRUHNS, Heloisa Turini. Relações entre a educação física e o lazer. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997, p. 33-59.

BRUNO, Marta Regina Pastor. Cidadania não tem idade. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, N° 75, outubro 2003, p. 74-82.

CARAMELLI, Paulo; NITRINI, Ricardo. Conduta diagnóstica em demência. In: FORLENZA, Orestes V.; ALMEIDA, Osvaldo do P. (Editores). Depressão e demência no idoso – tratamento psicológico e farmacológico. São Paulo: Lemos Editorial, 1997, 200 p.

CARTAXO, Ana Maria Baima. Análise da política previdenciária brasileira na conjuntura nacional – da velha república ao Estado autoritário. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XIII, nº 40, dezembro de 1992, p. 58-80.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. São Paulo, Brasiliense, 1986, 100 p.

CECCONE, Jádina. Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. FILHO, Hélio Abreu (Org.). **Estatuto do Idoso – comentários**. Ed. Editograf, Florianópolis, 2004, 154 p.

_____. **O Serviço Social na Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação – SERTE e no Lar dos Velhinhos Irmão Erasto – L.V.I.E**. Florianópolis. Mimeo, 2007.

DAMATTA, Roberto. **Explorações: ensaios de sociologia interpretativa**. In: Você tem cultura. Rio de Janeiro: Rocco ed., 1986, p. 121-128.

DAWSEY, John C. Coisa de macunaíma: cultura e dialética da qualidade de vida. In: MOREIRA, Wagner Wey (org.). **Qualidade de vida: complexidade e educação**. Campinas, Papirus, 2001, p. 27-44.

DEBERT, Guita Grin. Antropologia e os estudos dos grupos e das categorias de idade. In: Barros, Myriam M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** 3º ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 49-67.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em:

http://www.google.com/search?q=cache:JuFAM8pf3kwJ:www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm+Declara%C3%A7%C3%A3o+Universal+dos+Direitos+Humanos,+1947&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=4&gl=br&lr=lang_pt. Acesso em: 29/04/2008.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976, 333 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S. A., 2ª edição, 1986, 1838 p.

FILHO, Hélio Abreu (Org.). **Relatório de atividades da Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação – SERTE**. Florianópolis, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, 323 p. [Tradução de Fanny Wrobel].

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961, 312 p. Coleção Debates. [Tradução de Dante Moreira Leite].

GEBARA, Ademir. Considerações para uma história do lazer no Brasil. In: BRUHNS, Heloisa Turini (org.). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 61-81.

HAREVEN, Tâmara K. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso de vida. In: DEBERT, Guita Grin (Org.). **Cadernos PAGU**. Campinas: UNICAMP, nº. 13, 1999, p. 11-35.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População brasileira envelhece em ritmo acelerado**. Comunicação social publicada no site do IBGE em 27 de novembro de 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1272. Acesso em: 02/12/2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, 116 p.

LIMA, Marcelo Alves. A velhice como “estado de espírito”: reprivatização da velhice e a constituição de um campo de saber. **Praia Vermelha**. V. 2, nº 4, p. 123-155, jul./dez. 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996, 100 p.

_____. Lazer e qualidade de vida. In: MOREIRA, Wagner Wey (org.). **Qualidade de vida: complexidade e educação**. Campinas: Papirus, 2001, p. 45-59.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em representações sociais**. 2º Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 89-112.

MINOIS, Georges. **História da velhice no Ocidente**. Lisboa: Teorema, 1999, p. 7-19.

MIOTO, Regina Célia. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo 04. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, continuada à distância, 2000, p. 217-224.

ORNELLAS, Cleuza Panisset. **Paciente excluído: história e crítica das práticas médicas de confinamento**. Editora Revan. Rio de Janeiro, 1997, 254 p.

PARKER, Stanley. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, 184 p. [Tradução de Heloisa Toller Gomes].

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: Barros, Myriam M. L. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 69-84.

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades Humanas. Subsídios a crítica dos mínimos sociais. **Cap. VIII – Políticas de necessidades no contexto brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 125-180.

REGIMENTO interno da Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação – SERTE. Florianópolis, 2003.

RELATÓRIO de atividades da Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação – SERTE. Florianópolis, 1973.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1977, 111 p.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?** São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, Coleção primeiros passos, 1986, 89 p.

SANTOS, Gilson. **Três pilares no conceito secular de cultura**. Ano: 2006. Disponível em: http://64.233.167.104/search?q=cache:XOH9AokzOkgJ:www.gilsonsantos.com.br/htm/post-024.htm+CONCEITO+DE+CULTURA&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=7&gl=br&lr=lang_pt. Acesso em: 27/08/2008.

SOARES, Themis e REIS, Nelba. **Lazer e envelhecimento saudável: um recorte sobre a relevância dos conteúdos culturais**. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 11 - N° 99 - Agosto de 2006. Acesso em: 26/04/2008.

TEIXEIRA, Mirna Barros. **Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde**. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2002. 105 p. Disponível em: http://64.233.169.104/search?q=cache:m2AtJ2s4HX0J:portaldes.cict.fiocruz.br/transf.php%3Fscript%3Dthes_cover%26id%3D000034%26lng%3Dpt%26nrm%3Diso+participa%C3%A7%C3%A3o+de+idosos+em+grupos&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=3&gl=br&lr=lang_pt. Acesso em: 23/04/08.

VÉRAS, Letícia S. e FELIX, Francielle Ferreira Souza. **Relatório anual de atuação do Serviço Social do Lar dos Velhinhos Irmão Erasto**, 2008.

VERAS, Renato P. A longevidade da população: desafios e conquistas. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, nº 75, outubro 2003, p. 5-18.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Projeto de intervenção “O resgate dos direitos a cultura e ao lazer ao idoso institucionalizado”

**O RESGATE DOS DIREITOS À CULTURA E AO LAZER AO IDOSO
INSTITUCIONALIZADO**

1. JUSTIFICATIVA

A idéia de realizar o projeto de intervenção na esfera do acesso aos direitos à cultura e ao lazer⁵¹ ao idoso institucionalizado, surgiu a partir do conhecimento dos benefícios que a prática de atividades culturais e de lazer traz ao envelhecimento biológico, psicológico e pessoal. Tendo-se em vista o interesse – identificado através do acompanhamento individual e da escuta qualificada – dos idosos de participar em atividades como as descritas acima, idealizou-se o acesso à cultura e ao lazer por meio de oficinas de teatro, passeios e atividades afins, objetivando trabalhar a criatividade e a expressão corporal, bem como resgatar a auto-estima e estimular o convívio e relacionamento social.

Contextualizando a questão da velhice/envelhecimento⁵², pode-se afirmar que não existe uma concepção, uma terminologia universalmente aceitável e padronizada, mas conotações políticas e ideológicas agregadas ao conceito. É uma categoria construída socialmente, isto é, a cada período histórico e dependendo do cenário sócio-econômico, político e cultural de cada nação, é percebida e tratada de modo diferente. Em outras palavras, culturalmente, a representação da velhice é diferente em um país com uma expectativa de vida mais baixa se comparada com um país com uma expectativa de vida maior.

Em vista disso, utiliza-se uma abordagem cronológica para definir a população idosa. Dessa forma, em países em desenvolvimento, como o Brasil, convencionou-se que é pessoa idosa aquela que tiver 60 anos de idade ou mais.

⁵¹ Ver: Art. 20, do Capítulo V, do Estatuto do Idoso, Lei 10.741/03 – O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

⁵² Ver: VERAS, Renato P. A longevidade da população: desafios e conquistas. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, nº 75, p. 05-18, outubro 2003.

A partir da redução das taxas de fecundidade e mortalidade, da expansão da urbanização, da incorporação da mulher no mercado de trabalho e das transformações nos padrões socioculturais advindos da migração, altera-se a estrutura etária da população brasileira, evidenciando-se o desenvolvimento heterogêneo dos processos de transição demográfica e epidemiológica no Brasil, atrelados, principalmente, às desigualdades sociais.

Com a elaboração da Lei nº 8842/94, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 1948/96, o idoso passa a ser reconhecido enquanto sujeito possuidor de direitos. Nesse sentido, a referida legislação passa a determinar princípios e diretrizes que garantem os direitos sociais, na perspectiva de viabilizar autonomia, integração e participação no âmbito societal, bem como a responsabilização e compromisso entre as instâncias de Estado e sociedade civil. Cabe ressaltar, que a Política Nacional⁵³ fundamenta-se em dois eixos básicos, na *proteção social*, que abarca as questões de saúde, habitação, transporte, renda mínima, etc; e na *inclusão social*, que abrange a inserção ou reinserção social da pessoa idosa através da construção de espaços em que possam ser praticadas **atividades socioculturais**, educativas, organizativas, desportivas, bem como de saúde preventiva e de ação comunitária.

Colocando o foco das lentes sobre a realidade do idoso institucionalizado, pode-se evidenciar que se busca priorizar ao mesmo a proteção social, através da provisão das necessidades sociais básicas⁵⁴ e a inclusão social, através de projetos como este, contudo, algumas vezes, esse eixo básico não se efetiva por motivo das determinações/limitações institucionais. Nessa direção, viabilizar a inclusão social de um idoso institucionalizado, depende tanto da ação do Estado, enquanto esfera de poder e decisão, como da participação e contribuição de “parceiros” (sociedade civil) que “voluntariamente” disponibilizem tempo e recursos, com vistas a efetivar os direitos⁵⁵ previstos em leis específicas à pessoa idosa.

³ Ver: BRUNO, Marta Regina Pastor. Cidadania não tem idade. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, N.º 75, p. 74-82, outubro 2003.

⁴ Para estudos aprofundados acerca dos mínimos ou básicos sociais, consultar: PEREIRA, Potyara (2000), **Necessidades Humanas**. Subsídio à crítica dos mínimos sociais. São Paulo, Cortez. p. 37-86.

⁵⁵ Ver: Art. 3º, Título I das Disposições Preliminares do Estatuto do Idoso, Lei 10.741/03 – É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Após esta breve exposição, pode-se caracterizar, a luz da teoria, os direitos à cultura e ao lazer, os quais fundamentam o projeto em questão.

Como um direito fundamental, o direito à cultura pauta-se nos princípios da dignidade da pessoa humana e do livre desenvolvimento da personalidade (SANTOS, 2007). Nessa direção, o direito a cultura⁵⁶ materializa-se através de “diferentes formas de expressão da cultura humana como a arte, música, literatura, esportes, dentre outras, as quais contribuem tanto para o desenvolvimento pessoal como para uma boa saúde física e mental”. Faz-se necessário evidenciar que, é sob esta ótica, que se pretende, por meio deste projeto de intervenção, viabilizar o direito à cultura ao idoso institucionalizado.

Para complementar o pensamento sobre como o direito à cultura pode se materializar, cabe trazer um trecho da Declaração Universal dos Direitos Humanos que ressalta que “toda a pessoa tem direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1947, Artigo XXVII parágrafo 1).

No que diz respeito ao direito ao lazer, percebe-se que se constitui como uma prática relevante para a vida do idoso, na medida em que contribui para o desenvolvimento pessoal e abre possibilidades de reflexão e participação do mesmo na realidade social em que está inserido. Nesse sentido, o lazer materializa-se, através da participação do idoso em atividades que promovam o trabalho corporal (exercícios de alongamento e relaxamento), bem como em grupos de terceira idade que oferecem bailes, caminhadas, passeios e oportunidade de construção e fortalecimento do relacionamento social.

Com efeito, a prática de atividades de lazer proporciona ao idoso o bem-estar físico e o aprimoramento da capacidade funcional, bem como o fortalecimento da auto-estima e a manutenção da autonomia. Além disso, a participação dos idosos em grupos socioculturais, oportuniza aos mesmos um espaço em que podem afirmar a sua própria identidade, ampliarem as fronteiras do seu valor e reconhecerem-se como participantes da vida atual (SOARES e REIS, 2006). É necessário enfatizar que é por este viés que se pretende trabalhar o resgate do direito ao lazer ao idoso institucionalizado.

⁵⁶ Trecho retirado do texto: NEV cidadão – **Difusão de direitos**. Disponível em: http://www.google.com/search?q=cache:EYf8cQNzavgJ:nev.incubadora.fapesp.br/portal/culturalazer/direitoaculturaelazer+o+direito+a+cultura&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=5&gl=br&lr=lang_pt. Acesso em: 29/04/2008.

Acerca destas considerações sobre cultura e lazer, pode-se inferir que são imprescindíveis no processo de envelhecimento, no qual o idoso passa por uma situação de perdas continuadas, tanto do ponto de vista vivencial como biológico. Do ponto de vista vivencial, o idoso perde o status ocupacional e econômico, em alguns casos ocorre a diminuição do suporte sócio-familiar, bem como uma maior frequência de doenças físicas. Já do ponto de vista biológico, é mais freqüente o surgimento de doenças físicas capazes de produzir sintomatologia depressiva (CECCONE, 2004). Nesse contexto, compreende-se que as vivências de atividades culturais e de lazer contribuem para a melhora da auto-estima, afetividade e bem-estar do idoso, através do incentivo ao convívio e participação social.

Do exposto, depreende-se que o objetivo central deste projeto é viabilizar ao idoso institucionalizado o direito à cultura e ao lazer, através promoção de atividades culturais e de lazer, buscando propiciar o convívio e relacionamento social, com vistas ao envelhecimento saudável.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Promover o acesso à cultura e ao lazer, através da participação dos idosos em oficinas de teatro, *lôcus* no qual possam expressar emoções, sentimentos e experiências, bem como por meio de passeios e atividades afins.

2.2 Específicos

- ✓ Propiciar a interação e integração entre idosos e desses, com integrantes do Grupo de Teatro Nazarte Floripa;
- ✓ Viabilizar a integração dos idosos com grupos organizados da sociedade civil, através da participação dos mesmos em bailes, passeios e atividades afins;
- ✓ Trabalhar o lado lúdico, com vistas à descoberta e ao reconhecimento do potencial e habilidades artísticas;
- ✓ Estimular a criatividade;
- ✓ Trabalhar a expressão corporal;
- ✓ Resgatar a auto-estima.

3. PÚBLICO ALVO

O público alvo constitui-se de aproximadamente 15 idosos residentes do Lar dos Velinhos Irmão Erasto. Cabe evidenciar que se idealizou essa amostra porque é alto o índice de idosos que apresentam limitações cognitivas, provenientes de distúrbios psiquiátricos e demências.

4. METAS

Objetivos		Periodização Temporal	Universo Percentual
Geral	Promover o acesso à cultura e ao lazer, através da participação dos idosos em oficinas de teatro, <i>lôcus</i> no qual possam expressar emoções, sentimentos e experiências, bem como por meio de passeios e atividades afins.	Três meses	25%
Específicos	1.Propiciar a interação e integração entre idosos e desses, com integrantes do Grupo de Teatro Nazarte Floripa.	Três meses	25%
	2.Viabilizar a integração dos idosos com grupos organizados da sociedade civil, através da participação dos mesmos em bailes, passeios e atividades afins.	Três meses	25%
	3.Trabalhar o lado lúdico, com vistas à descoberta e ao reconhecimento do potencial e habilidades artísticas.	Três meses	25%
	4.Estimular a criatividade.	Três meses	25%
	5.Trabalhar a expressão corporal.	Três meses	25%
	6.Resgatar a auto-estima.	Três meses	25%

5. RECURSOS

Recursos	Descrição	Valor
Humanos	Assistente social; Estagiária de Serviço Social; Grupo de Teatro Nazarte Floripa; cuidadores e voluntários da instituição.	Já estão disponíveis na instituição.
Materiais	Roupas; maquiagem; elementos para cenário; cartolina; cola; tinta guache; etc.	
Financeiros	Transporte; gasolina; materiais; etc.	
Infra-estrutura	Sala de atividades do trabalho voluntário do Lar dos Velhinhos Irmão Erasto.	

6. CRONOGRAMA

	1ª quinzena Abril/2008	2ª quinzena Abril/2008	1ª e 2ª quinzena Maio/2008	1ª quinzena Junho/2008
Implantação	X			
Execução	X	X	X	X
Avaliação e controle	X	X	X	X
Redefinição ou ajustamento		X		X

7. AVALIAÇÃO E CONTROLE

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE RESULTADOS			
Ponto Crítico	Indicador	Fontes de Dados	Quem/Quando
Interesse dos idosos em participar das oficinas de teatro,	1. Número de participantes nas oficinas, passeios e atividades afins.	1. Utilização dos seguintes instrumentais técnicos: observação, relacionamento e escuta	Estagiária de Serviço Social e integrantes do Grupo de Teatro

passeios e atividades afins.	2.Participação efetiva dos idosos nas atividades propostas nas oficinas.	<p>qualificada.</p> <p>2.Aplicação de atividades e dinâmicas, nas quais os idosos possam expressar, seja verbalmente, através de gestos ou atitudes, se estão apreciando ou não as atividades realizadas, bem como dar sugestões de acordo com seus interesses e necessidades.</p> <p>3.Relatórios quinzenais das oficinas de teatro, passeios e atividades culturais realizadas.</p>	Nazarte Floripa/a cada quinzena.
	3.Interação e integração entre idosos e sociedade, bem como com integrantes do grupo de teatro.		
	4.Desenvolvimento de habilidades artísticas.		
	5.Resgate da criatividade e da auto-estima.		

AVALIAÇÃO DE IMPACTO			
Ponto Crítico	Indicador	Fontes de Dados	Quem/Quando
Empoderamento dos idosos dos direitos à cultura e ao lazer.	1.Participação efetiva dos idosos nas oficinas de teatro, passeios e atividades afins.	<p>1.Utilização dos seguintes instrumentais técnicos: observação, relacionamento e escuta qualificada.</p> <p>2.Aplicação de atividades e dinâmicas, nas quais os idosos possam expressar sua imaginação e criatividade, bem como possam desfrutar de momentos de lazer.</p>	Estagiária de Serviço Social e integrantes do Grupo de Teatro Nazarte Floripa/a cada quinzena.
	2.Integração entre idosos e sociedade, bem como com integrantes do grupo de teatro.		
	3.Desenvolvimento de habilidades artísticas.		

	4.Resgate da criatividade e da auto-estima.	3.Relatórios quinzenais das oficinas de teatro, passeios e atividades afins realizadas.	
--	---	---	--

8. REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto nº 1948, de 03 de julho de 1996. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

BRUNO, Marta Regina Pastor. Cidadania não tem idade. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, N.º 75, p. 74-82, outubro 2003.

CECCONE, Jádina. Direito à Liberdade, ao respeito e à dignidade. FILHO, Hélio Abreu (Org.). **Estatuto do Idoso – comentários**. Ed. Editograf. Ano: 2004. 154 p.

COORDENAÇÃO. Recomendações para a elaboração de projeto de intervenção. Curso de capacitação em serviço social e política social. **Módulo 5**, CEAD, 2000, p. 47-54.

LANGDON, E. J. **O conceito de cultura**. (mimeo) sl, sd.

PEREIRA, Potyara (2000), **Necessidades Humanas**. Subsídio à crítica dos mínimos sociais. São Paulo, Cortez. p. 37-86.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Repensando os instrumentais em Serviço Social. In: **Textos de teoria e prática de Serviço Social: estágio profissional em Serviço Social na UFPA**. Belém/PA: UFPA, 2005.

VERAS, Renato P. A longevidade da população: desafios e conquistas. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano XXIV, nº 75, p. 05-18, outubro 2003.

Sites pesquisados

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em:

http://www.google.com/search?q=cache:JuFAM8pf3kwJ:www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm+Declara%C3%A7%C3%A3o+Universal+dos+Direitos+Humano s,+1947&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=4&gl=br&lr=lang_pt. Acesso em: 29/04/2008.

DIAS, Viviane Kawano e SCHWARTZ, Gisele Maria. **O lazer na perspectiva do indivíduo idoso.** Disponível em: <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 10 - N° 87 - Agosto de 2005. Acesso em: 26/04/2008.

GÁSPARI, Jossett Campagna de. e SCHWARTZ, Gisele Maria. **Idoso e a ressignificação emocional do lazer.** Disponível em: http://209.85.165.104/search?q=cache:4SVP1purSukJ:www.scielo.br/pdf/ptp/v21n1/a10v21n1.pdf+santos+filho.+o+idoso+diant+do+l%C3%BAdico&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=7&gl=br&lr=lang_pt . Acesso em 26/04/2008.

NEV cidadão – **Difusão de direitos.** Disponível em: http://www.google.com/search?q=cache:EYf8cQNzavgJ:nev.incubadora.fapesp.br/portal/culturalazer/direitoaculturaelazer+o+direito+a+cultura&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=5&gl=br&lr=lang_pt. Acesso em: 29/04/2008.

SANTOS, Tânia Maria dos. **O direito à cultura na Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.livrariaultimainstancia.com.br/detalhes.php?intIdLivro=11782>. Acesso em: 29/04/2008.

SOARES, Themis e REIS, Nelba. **Lazer e envelhecimento saudável: um recorte sobre a relevância dos conteúdos culturais.** Disponível em: <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 11 - N° 99 - Agosto de 2006. Acesso em: 26/04/2008.

SOLAZZI, José Luis, HÚNGARO, Edson Marcelo e FERNANDES, Rodrigo Erick. **Lazer, trabalho e sociedade: notas introdutórias sobre o lazer como um direito social.** Disponível em : http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Erick%20Fernandes_EdsonHungaro_JoseSolazzi.pdf. Acesso em: 26/04/2008.

Florianópolis, 30 de abril de 2008.

.....

Francielle Ferreira Souza Felix

Estagiária de Serviço Social

.....

Keila Cristine Arimura Gaussmann

Supervisora de campo

APÊNDICE B: Questionário

QUESTIONÁRIO

I – Identificação:

- 1.1 Nome:
- 1.2 Idade:
- 1.3 Sexo: () Feminino () Masculino
- 1.4 Naturalidade:
- 1.5 Estado civil:
- 1.6 Religião:
- 1.7 Grau de escolaridade:
 - a) () Ensino Fundamental incompleto
 - b) () Ensino Fundamental completo
 - c) () Ensino Médio incompleto
 - d) () Ensino Médio completo
 - e) () Ensino Superior incompleto
 - f) () Ensino Superior completo
- 1.8 Profissão:
- 1.9 Renda:
 - a) () Sem renda
 - b) () 1 salário mínimo
 - c) () 1 a 2 salários mínimos
 - d) () 2 a 5 salários mínimos
 - e) () 5 a 10 salários mínimos
- 1.10 Função na organização⁵⁷:
 - a) () Voluntário
 - b) () Funcionário
- 1.11 Grau de parentesco⁵⁸:
 - a) () Irmão (a)
 - b) () Filho (a)
 - c) () Sobrinho (a)
 - d) () Primo (a)
 - e) () Genro
 - f) () Nora

II – Cultura:

- 2.1 Em sua opinião, das alternativas relacionadas abaixo, qual/quais você entende que melhor caracteriza a palavra cultura?
 - a) () Crenças e costumes de um povo.
 - b) () Estudo, conhecimento e educação.
 - c) () Atividades artísticas como teatro, música, dança e etc.
 - d) () Festas e cerimônias tradicionais.
 - e) () Modo de vestir, comer e idioma de um povo.
 - f) () Todas as alternativas.
 - g) () Nenhuma das alternativas.
 - h) () Outras definições. Quais?

⁵⁷ Questão direcionada apenas aos profissionais e voluntários.

⁵⁸ Questão direcionada apenas aos familiares dos idosos.

2.2 Em sua opinião, você tem acesso à cultura?

- a) ☐ Sim
- b) ☐ Não

2.3 Se você participa de atividades culturais, das alternativas relacionadas abaixo, qual/quais você percebe como benefícios para sua vida?

- a) ☐ Ampliação do conhecimento.
- b) ☐ Desenvolvimento pessoal.
- c) ☐ Convívio e relacionamento social.
- d) ☐ Melhora da auto-estima.
- e) ☐ Manutenção da autonomia.
- f) ☐ Todas as alternativas.
- g) ☐ Nenhuma das alternativas.
- h) ☐ Outros benefícios. Quais?

2.4 Em sua opinião, das atividades relacionadas abaixo, oferecidas pelo Lar dos Velhinhos Irmão Erasto, qual/quais você entende que são atividades culturais?

- a) ☐ Alfabetização e pintura de desenhos.
- b) ☐ Pintura em tecido.
- c) ☐ Trabalhos manuais com argila.
- d) ☐ Grupo de convivência.
- e) ☐ Aula de informática.
- f) ☐ Aula de Yoga.
- g) ☐ Aula de teatro.
- h) ☐ Todas as alternativas.
- i) ☐ Nenhuma das alternativas.
- j) ☐ Outras atividades. Quais?

2.5 Qual a sua avaliação em relação às atividades relacionadas acima⁵⁹?

2.6 Em sua opinião, qual/quais outros tipos de atividades culturais poderiam ser oferecidas no Lar dos Velhinhos Irmão Erasto?

III – Lazer:

3.1 Em sua opinião, das alternativas relacionadas abaixo, qual/quais você entende que melhor caracteriza lazer?

- a) ☐ Ir ao teatro e ao cinema.
- b) ☐ Assistir televisão.
- c) ☐ Ouvir música.
- d) ☐ Dançar.
- e) ☐ Ler livros.
- f) ☐ Passear e viajar.
- g) ☐ Fazer trabalhos manuais (artesanato).
- h) ☐ Participar de grupos de convivência.
- i) ☐ Bingo.
- j) ☐ Jogos (dominó; baralho; etc).

⁵⁹ Questão direcionada apenas aos idosos.

- k) () Todas as alternativas.
- l) () Nenhuma das alternativas.
- m) () Outras definições. Quais?

3.2 Em sua opinião, você tem acesso ao lazer?

- a) () Sim
- b) () Não

3.3 Se você participa de atividades de lazer, das alternativas relacionadas abaixo, qual/quais você percebe como benefícios para sua vida?

- a) () Distração e divertimento.
- b) () Momento para construir e desenvolver amizades.
- c) () Melhora da auto-estima.
- d) () Manutenção da autonomia.
- e) () Desenvolvimento pessoal.
- f) () Todas as alternativas.
- g) () Nenhuma das alternativas.
- h) () Outros benefícios. Quais?

3.4 Em sua opinião, das atividades relacionadas abaixo, oferecidas pelo Lar dos Velhinhos Irmão Erasto, qual/quais você entende que são atividades de lazer?

- a) () Pintura de desenhos.
- b) () Pintura em tecido.
- c) () Trabalhos manuais com argila.
- d) () Grupo de convivência.
- e) () Aula de Yoga.
- f) () Passeio.
- g) () Baile.
- h) () Festas temáticas (festa do dia das bruxas; de natal; etc).
- i) () Todas as alternativas.
- j) () Nenhuma das alternativas.
- k) () Outras atividades. Quais?

3.5 Qual a sua avaliação em relação às atividades relacionadas acima⁶⁰?

3.6 Em sua opinião, quais outros tipos de atividades de lazer poderiam ser oferecidas no Lar dos Velhinhos Irmão Erasto?

⁶⁰ Questão direcionada apenas aos idosos.

ANEXOS

ANEXO A: Foto do fundador da SERTE Leonel Timóteo Pereira

ANEXO B: Foto do Ranchinho dos Trabalhadores do Espaço

ANEXO C: Foto do início das obras do Lar dos Velhinhos e da primeira parte da construção concluída

ANEXO D: Missão e objetivos do CPPDH; Objetivos do Centro de Comunicação Comunitária; e Objetivos do Plano Diretor da SERTE

ANEXO E: Folder do CASIL

ANEXO F: Folder da ULISERTE

ANEXO G: Organograma institucional

ANEXO H: Resolução nº 006 de 08 de novembro de 2004

ANEXO I: Resolução RDC nº 283 de 26 de setembro de 2005



RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 283, DE 26 DE SETEMBRO DE 2005.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 inciso IV do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto 3.029, de 16 de abril de 1999, c/c do Art. 111, inciso I, alínea "b" § 1º do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 593, de 25 de agosto de 2000, republicada no DOU de 22 de dezembro de 2000, em reunião realizada em 20, de setembro de 2005, e:

considerando a necessidade de garantir a população idosa os direitos assegurados na legislação em vigor;

considerando a necessidade de prevenção e redução dos riscos à saúde aos quais ficam expostos os idosos residentes em instituições de Longa Permanência;

considerando a necessidade de definir os critérios mínimos para o funcionamento e avaliação, bem como mecanismos de monitoramento das Instituições de Longa Permanência para idosos;

considerando a necessidade de qualificar a prestação de serviços públicos e privados das Instituições de Longa Permanência para Idosos,

adota a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º As secretarias de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal devem implementar procedimentos para adoção do Regulamento Técnico estabelecido por esta RDC, podendo adotar normas de caráter suplementar, com a finalidade de adequá-lo às especificidades locais.

Art. 3º. O descumprimento das determinações deste Regulamento Técnico constitui infração de natureza sanitária sujeitando o infrator a processo e penalidades previstas na Lei nº 6437, de 20 de agosto de 1977, ou instrumento legal que venha a substituí-la, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil cabíveis.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

ANEXO

REGULAMENTO TÉCNICO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS.

1. OBJETIVO

Estabelecer o padrão mínimo de funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos.

2. ABRANGÊNCIA

Esta norma é aplicável a toda instituição de longa permanência para idosos, governamental ou não governamental, destinada à moradia coletiva de pessoas com idade igual ou superior

a 60 anos, com ou sem suporte familiar.

3. DEFINIÇÕES

3.1 - Cuidador de Idosos- pessoa capacitada para auxiliar o idoso que apresenta limitações para realizar atividades da vida diária.

3.2 - Dependência do Idoso - condição do indivíduo que requer o auxílio de pessoas ou de equipamentos especiais para realização de atividades da vida diária.

3.3 - Equipamento de Auto-Ajuda - qualquer equipamento ou adaptação, utilizado para compensar ou potencializar habilidades funcionais, tais como bengala, andador, óculos, aparelho auditivo e cadeira de rodas, entre outros com função assemelhada.

3.4 - Grau de Dependência do Idoso

a) Grau de Dependência I - idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de auto-ajuda;

b) Grau de Dependência II - idosos com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária tais como: alimentação, mobilidade, higiene; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada;

c) Grau de Dependência III - idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo.

3.5 - Indivíduo autônomo - é aquele que detém poder decisório e controle sobre a sua vida.

3.6 - Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) - instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania.

4. CONDIÇÕES GERAIS

4.1 - A Instituição de Longa Permanência para Idosos é responsável pela atenção ao idoso conforme definido neste regulamento técnico.

4.2 - A instituição deve propiciar o exercício dos direitos humanos (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e individuais) de seus residentes.

4.3 - A instituição deve atender, dentre outras, às seguintes premissas:

4.3.1 - Observar os direitos e garantias dos idosos, inclusive o respeito à liberdade de credo e a liberdade de ir e vir, desde que não exista restrição determinada no Plano de Atenção à Saúde;

4.3.2 - Preservar a identidade e a privacidade do idoso, assegurando um ambiente de respeito e dignidade;

4.3.3 - Promover ambiência acolhedora;

4.3.4 - Promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência;

4.3.5 - Promover integração dos idosos, nas atividades desenvolvidas pela comunidade local;

4.3.6 - Favorecer o desenvolvimento de atividades conjuntas com pessoas de outras gerações;

4.3.7 - Incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção ao idoso residente;

4.3.8 - Desenvolver atividades que estimulem a autonomia dos idosos;

4.3.9 - Promover condições de lazer para os idosos tais como: atividades físicas, recreativas e culturais.

4.3.10 - Desenvolver atividades e rotinas para prevenir e coibir qualquer tipo de violência e discriminação contra pessoas nela residentes.

4.4 - A categorização da instituição deve obedecer à normalização do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Coordenador da Política Nacional do Idoso.

4.5. Organização

4.5.1 - A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve possuir alvará sanitário

atualizado expedido pelo órgão sanitário competente, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº. 6.437, de 20 de agosto de 1977 e comprovar a inscrição de seu programa junto ao Conselho do Idoso, em conformidade com o Parágrafo Único, Art. 48 da nº Lei 10.741 de 2003.

4.5.2 - A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve estar legalmente constituída e apresentar:

- a) Estatuto registrado;
- b) Registro de entidade social;
- c) Regimento Interno.

4.5.3 - A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve possuir um Responsável Técnico - RT pelo serviço, que responderá pela instituição junto à autoridade sanitária local.

4.5.3.1 - O Responsável Técnico deve possuir formação de nível superior

4.5.4 - A Instituição de Longa Permanência para idosos deve celebrar contrato formal de prestação de serviço com o idoso, responsável legal ou Curador, em caso de interdição judicial, especificando o tipo de serviço prestado bem como os direitos e as obrigações da entidade e do usuário em conformidade com inciso I artigo 50 da Lei nº 10.741 de 2003.

4.5.5 - A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve organizar e manter atualizados e com fácil acesso, os documentos necessários à fiscalização, avaliação e controle social.

4.5.6 - A instituição poderá terceirizar os serviços de alimentação, limpeza e lavanderia, sendo obrigatória à apresentação do contrato e da cópia do alvará sanitário da empresa terceirizada.

4.5.6.1 A instituição que terceirizar estes serviços está dispensada de manter quadro de pessoal próprio e área física específica para os respectivos serviços.

4.6 - Recursos Humanos

4.6.1 - A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve apresentar recursos humanos, com vínculo formal de trabalho, que garantam a realização das seguintes atividades:

4.6.1.1 - Para a coordenação técnica: Responsável Técnico com carga horária mínima de 20 horas por semana.

4.6.1.2 - Para os cuidados aos residentes:

- a) Grau de Dependência I: um cuidador para cada 20 idosos, ou fração, com carga horária de 8 horas/dia;
- b) Grau de Dependência II: um cuidador para cada 10 idosos, ou fração, por turno;
- c) Grau de Dependência III: um cuidador para cada 6 idosos, ou fração, por turno.

4.6.1.3 - Para as atividades de lazer: um profissional com formação de nível superior para cada 40 idosos, com carga horária de 12 horas por semana.

4.6.1.4 - Para serviços de limpeza: um profissional para cada 100m² de área interna ou fração por turno diariamente.

4.6.1.5 - Para o serviço de alimentação: um profissional para cada 20 idosos, garantindo a cobertura de dois turnos de 8 horas.

4.6.1.6 - Para o serviço de lavanderia: um profissional para cada 30 idosos, ou fração, diariamente.

4.6.2 - A instituição que possuir profissional de saúde vinculado à sua equipe de trabalho, deve exigir registro desse profissional no seu respectivo Conselho de Classe.

4.6.3 - A Instituição deve realizar atividades de educação permanente na área de gerontologia, com objetivo de aprimorar tecnicamente os recursos humanos envolvidos na prestação de serviços aos idosos.

4.7 - Infra-Estrutura Física

4.7.1 - Toda construção, reforma ou adaptação na estrutura física das instituições, deve ser precedida de aprovação de projeto arquitetônico junto à autoridade sanitária local bem como

do órgão municipal competente.

4.7.2 - A Instituição deve atender aos requisitos de infra-estrutura física previstos neste Regulamento Técnico, além das exigências estabelecidas em códigos, leis ou normas pertinentes, quer na esfera federal, estadual ou municipal e, normas específicas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas referenciadas neste Regulamento.

4.7.3 - A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve oferecer instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e garantir a acessibilidade a todas as pessoas com dificuldade de locomoção segundo o estabelecido na Lei Federal 10.098/00.

4.7.4 - Quando o terreno da Instituição de Longa Permanência para idosos apresentar desníveis, deve ser dotado de rampas para facilitar o acesso e a movimentação dos residentes.

4.7.5 - Instalações Prediais - As instalações prediais de água, esgoto, energia elétrica, proteção e combate a incêndio, telefonia e outras existentes, deverão atender às exigências dos códigos de obras e posturas locais, assim como às normas técnicas brasileiras pertinentes a cada uma das instalações.

4.7.6 - A instituição deve atender às seguintes exigências específicas:

4.7.6.1 - Acesso externo - devem ser previstas, no mínimo, duas portas de acesso, sendo uma exclusivamente de serviço.

4.7.6.2 - Pisos externos e internos (inclusive de rampas e escadas) - devem ser de fácil limpeza e conservação, uniformes, com ou sem juntas e com mecanismo antiderrapante.

4.7.6.3 - Rampas e Escadas - devem ser executadas conforme especificações da NBR 9050/ABNT, observadas as exigências de corrimão e sinalização.

a) A escada e a rampa acesso à edificação devem ter, no mínimo, 1,20m de largura.

4.7.6.4 - Circulações internas - as circulações principais devem ter largura mínima de 1,00m e as secundárias podem ter largura mínima de 0,80 m; contando com luz de vigília permanente.

a) circulações com largura maior ou igual a 1,50 m devem possuir corrimão dos dois lados;

b) circulações com largura menor que 1,50 m podem possuir corrimão em apenas um dos lados.

4.7.6.5 - Elevadores - devem seguir as especificações da NBR 7192/ABNT e NBR 13.994.

4.7.6.6 - Portas - devem ter um vão livre com largura mínima de 1,10m, com travamento simples sem o uso de trancas ou chaves.

4.7.6.7 - Janelas e guarda-corpos - devem ter peitoris de no mínimo 1,00m.

4.7.7 - A Instituição deve possuir os seguintes ambientes :

4.7.7.1 - Dormitórios separados por sexos, para no máximo 4 pessoas, dotados de banheiro.

a) Os dormitórios de 01 pessoa devem possuir área mínima de 7,50 m², incluindo área para guarda de roupas e pertences do residente.

b) Os dormitórios de 02 a 04 pessoas devem possuir área mínima de 5,50m² por cama, incluindo área para guarda de roupas e pertences dos residentes.

c) Devem ser dotados de luz de vigília e campainha de alarme.

d) Deve ser prevista uma distância mínima de 0,80 m entre duas camas e 0,50m entre a lateral da cama e a parede paralela.

e) O banheiro deve possuir área mínima de 3,60 m², com 1 bacia, 1 lavatório e 1 chuveiro, não sendo permitido qualquer desnível em forma de degrau para conter a água, nem o uso de revestimentos que produzam brilhos e reflexos.

4.7.7.2 Áreas para o desenvolvimento das atividades voltadas aos residentes com graus de dependência I, II e que atendam ao seguinte padrão:

a) Sala para atividades coletivas para no máximo 15 residentes, com área mínima de 1,0 m²

por pessoa

b) Sala de convivência com área mínima de 1,3 m² por pessoa

4.7.7.3 Sala para atividades de apoio individual e sócio-familiar com área mínima de 9,0 m²

4.7.7.4 - Banheiros Coletivos, separados por sexo, com no mínimo, um box para vaso sanitário que permita a transferência frontal e lateral de uma pessoa em cadeira de rodas, conforme especificações da NBR9050/ABNT.

a) As portas dos compartimentos internos dos sanitários coletivos devem ter vãos livres de 0,20m na parte inferior.

4.7.7.5 - Espaço ecumênico e/ou para meditação

4.7.7.6 - Sala administrativa/reunião

4.7.7.7 - Refeitório com área mínima de 1m² por usuário, acrescido de local para guarda de lanches, de lavatório para higienização das mãos e luz de vigília.

4.7.7.8 - Cozinha e despensa

4.7.7.9 - Lavanderia

4.7.7.10 - Local para guarda de roupas de uso coletivo

4.7.7.11 - Local para guarda de material de limpeza

4.7.7.12 - Almoxarifado indiferenciado com área mínima de 10,0 m².

4.7.7.13 - Vestiário e banheiro para funcionários, separados por sexo.

a) Banheiro com área mínima de 3,6 m², contendo 1 bacia, 1 lavatório e 1 chuveiro para cada 10 funcionários ou fração.

b) Área de vestiário com área mínima de 0,5 m² por funcionário/turno.

4.7.7.14 -Lixeira ou abrigo externo à edificação para armazenamento de resíduos até o momento da coleta.

4.7.7.15 - Área externa descoberta para convivência e desenvolvimento de atividades ao ar livre (solarium com bancos, vegetação e outros)

4.7.7.16 - A exigência de um ambiente, depende da execução da atividade correspondente.

4.7.8 - Os ambientes podem ser compartilhados de acordo com a afinidade funcional e a utilização em horários ou situações diferenciadas.

5 - Processos Operacionais

5.1 - Gerais

5.1.1 - Toda ILPI deve elaborar um plano de trabalho, que contemple as atividades previstas nos itens 4.3.1 a 4.3.11 e seja compatível com os princípios deste Regulamento.

5.1.2 - As atividades das Instituições de Longa Permanência para idosos devem ser planejadas em parceria e com a participação efetiva dos idosos, respeitando as demandas do grupo e aspectos sócio-culturais do idoso e da região onde estão inseridos.

5.1.3 - Cabe às Instituições de Longa Permanência para idosos manter registro atualizado de cada idoso, em conformidade com o estabelecido no Art. 50, inciso XV, da Lei 1.0741 de 2003.

5.1.4 - A Instituição de Longa Permanência para idosos deve comunicar à Secretaria Municipal de Assistência Social ou congêneres, bem como ao Ministério Público, a situação de abandono familiar do idoso ou a ausência de identificação civil.

5.1.5 - O responsável pela instituição deve manter disponível cópia deste Regulamento para consulta dos interessados.

5.2 - Saúde

5.2.1 - A instituição deve elaborar, a cada dois anos, um Plano de Atenção Integral à Saúde dos residentes, em articulação com o gestor local de saúde.

5.2.2 - O Plano de Atenção à Saúde deve contar com as seguintes características:

5.2.2.1 - Ser compatível com os princípios da universalização, equidade e integralidade

5.2.2.2 - Indicar os recursos de saúde disponíveis para cada residente, em todos os níveis de atenção, sejam eles públicos ou privados, bem como referências, caso se faça necessário;

5.2.2.3 - prever a atenção integral à saúde do idoso, abordando os aspectos de promoção, proteção e prevenção;

5.2.2.4 - conter informações acerca das patologias incidentes e prevalentes nos residentes.

5.2.3 - A instituição deve avaliar anualmente a implantação e efetividade das ações previstas no plano, considerando, no mínimo, os critérios de acesso, resolubilidade e humanização.

5.2.4 - A Instituição deve comprovar, quando solicitada, a vacinação obrigatória dos residentes conforme estipulado pelo Plano Nacional de Imunização de Ministério da Saúde.

5.2.5 - Cabe ao Responsável Técnico - RT da instituição a responsabilidade pelos medicamentos em uso pelos idosos, respeitados os regulamentos de vigilância sanitária quanto à guarda e administração, sendo vedado o estoque de medicamentos sem prescrição médica.

5.2.6 A instituição deve dispor de rotinas e procedimentos escritos, referente ao cuidado com o idoso

5.2.7 - Em caso de intercorrência médica, cabe ao RT providenciar o encaminhamento imediato do idoso ao serviço de saúde de referência previsto no plano de atenção e comunicar a sua família ou representante legal.

5.2.7.1 - Para o encaminhamento, a instituição deve dispor de um serviço de remoção destinado a transportar o idoso, segundo o estabelecido no Plano de Atenção à Saúde

5.3 - Alimentação

5.3.1 A Instituição deve garantir aos idosos a alimentação, respeitando os aspectos culturais locais, oferecendo, no mínimo, seis refeições diárias.

5.3.2 - A manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento e distribuição dos alimentos devem seguir o estabelecido na RDC nº. 216/2004 que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

5.3.3 - A instituição deve manter disponíveis normas e rotinas técnicas quanto aos seguintes procedimentos:

- a) limpeza e descontaminação dos alimentos;
- b) armazenagem de alimentos;
- c) preparo dos alimentos com enfoque nas boas práticas de manipulação;
- d) boas práticas para prevenção e controle de vetores;
- e) acondicionamento dos resíduos.

5.4 - Lavagem, processamento e guarda de roupa

5.4.1 - A instituição deve manter disponíveis as rotinas técnicas do processamento de roupas de uso pessoal e coletivo, que contemple:

- a) lavar, secar, passar e reparar as roupas;
- b) guarda e troca de roupas de uso coletivo.

5.4.2 - A Instituição deve possibilitar aos idosos independentes efetuarem todo o processamento de roupas de uso pessoal.

5.4.3 - As roupas de uso pessoal devem ser identificadas, visando a manutenção da individualidade e humanização.

5.4.4 - Os produtos utilizados no processamento de roupa devem ser registrados ou notificados na Anvisa/MS

5.5 - Limpeza

5.5.1 - A instituição deve manter os ambientes limpos, livres de resíduos e odores incompatíveis com a atividade

5.5.2 - A instituição deve manter disponíveis as rotinas quanto à limpeza e higienização de artigos e ambientes;

5.5.3 - Os produtos utilizados no processamento de roupa devem ser registrados ou notificados na Anvisa/MS

6. Notificação Compulsória

6.1 - A equipe de saúde responsável pelos residentes deverá notificar à vigilância epidemiológica a suspeita de doença de notificação compulsória conforme o estabelecido no Decreto nº. 49.974-A - de 21 de janeiro de 1961, Portaria Nº 1.943, de 18 de outubro de 2001, suas atualizações, ou outra que venha a substituí-la.

6.2 - A instituição deverá notificar imediatamente à autoridade sanitária local, a ocorrência dos eventos sentinelas abaixo:

6.2.1 - Queda com lesão

6.2.2 - Tentativa de suicídio

6.3 - A definição dos eventos mencionados nesta Resolução deve obedecer à padronização a ser publicada pela Anvisa, juntamente com o fluxo e instrumentos de notificação.

7. Monitoramento e Avaliação do Funcionamento das Instituições

7.1 - A constatação de qualquer irregularidade no funcionamento das instituições deve ser imediatamente comunicada a vigilância sanitária local.

7.2 - Compete às Instituições de Longa Permanência para idosos a realização continuada de avaliação do desempenho e padrão de funcionamento da instituição.

7.3. A avaliação referida no item anterior deve ser realizada levando em conta, no mínimo, os seguintes indicadores:

Nº	Indicador	Fórmula e Unidade	Frequência de Produção
1	Taxa de mortalidade em idosos residentes	$\left(\frac{\text{Número de óbitos de idosos residentes no mês}}{\text{Número de idosos residentes no mês}} \right) * 100$ [%]	Mensal
2	Taxa incidência ² de doença diarréica aguda ³ em idosos residentes	$\left(\frac{\text{Número de novos casos de doença diarréica aguda em idosos residentes no mês}}{\text{Número de idosos residentes no mês}} \right) * 100$ [%]	Mensal
3	Taxa de incidência de escabiose ⁴ em idosos residentes	$\left(\frac{\text{Número de novos casos de escabiose em idosos residentes no mês}}{\text{Número de idosos residentes no mês}} \right) * 100$ [%]	Mensal
4	Taxa de incidência de desidratação ⁵ em idosos residentes	$\left(\frac{\text{Número de idosos que apresentaram desidratação}}{\text{Número de idosos residentes no mês}} \right) * 100$ [%]	Mensal
5	Taxa de prevalência ⁶ de úlcera de decúbito em idosos residentes	$\left(\frac{\text{Número de idosos residentes apresentando úlcera de decúbito no mês}}{\text{Número de idosos residentes no mês}} \right) * 100$ [%]	Mensal

6	Taxa de prevalência de desnutrição ⁷ em idosos residentes	(Número de idosos residentes com diagnóstico de desnutrição no mês/ Número de idosos residentes no mês1) *100 [%]	Mensal
1 - População exposta: considerar o número de idosos residentes do dia 15 de cada mês.			
2 - Taxa de incidência: é uma estimativa direta da probabilidade ou risco de desenvolvimento de determinada doença em um período de tempo específico; o numerador corresponde aos novos casos, ou seja, aqueles iniciados no período em estudo.			
3- Doença diarreica aguda: Síndrome causada por vários agentes etiológicos (bactérias, vírus e parasitas), cuja manifestação predominante é o aumento do número de evacuações, com fezes aquosas ou de pouca consistência. Com frequência, é acompanhada de vômito, febre e dor abdominal. Em alguns casos, há presença de muco e sangue. No geral, é autolimitada, com duração entre 2 e 14 dias. As formas variam desde leves até graves, com desidratação e distúrbios eletrolíticos, principalmente quando associadas à desnutrição prévia.			
4- Escabiose: parasitose da pele causada por um ácaro cuja penetração deixa lesões em forma de vesículas, pápulas ou pequenos sulcos, nos quais ele deposita seus ovos. As áreas preferenciais da pele onde se visualizam essas lesões são as regiões interdigitais, punhos (face anterior), axilas (pregas anteriores), região peri-umbilical, sulco interglúteo, órgãos genitais externos nos homens. Em crianças e idosos, podem também ocorrer no couro cabeludo, nas palmas e plantas. O prurido é intenso e, caracteristicamente, maior durante a noite, por ser o período de reprodução e deposição de ovos.			
5- Desidratação: (perda de água) Falta de quantidade suficiente de líquidos corpóreos para manter as funções normais em um nível adequado. Deficiência de água e eletrólitos corpóreos por perdas superiores à ingestão. Pode ser causadas por: ingestão reduzida (anorexia, coma e restrição hídrica); perda aumentada gastrointestinal (vômitos e diarreia), ou urinária (diurese osmótica, administração de diuréticos, insuficiência renal crônica e da supra-renal), ou cutânea e respiratória (queimaduras e exposição ao calor).			
6 - Taxa de prevalência: mede o número de casos presentes em um momento ou em um período específico; o numerador compreende os casos existentes no início do período de estudo, somados aos novos casos.			
7 - Desnutrição: Condição causada por ingestão ou digestão inadequada de nutrientes. Pode ser causada pela ingestão de uma dieta não balanceada, problemas digestivos, problemas de absorção ou problemas similares. É a manifestação clínica decorrente da adoção de dieta inadequada ou de patologias que impedem o aproveitamento biológico adequado da alimentação ingerida.			

7.4. Todo mês de janeiro a instituição de Longa Permanência para idosos deve encaminhar à Vigilância Sanitária local o consolidado dos indicadores do ano anterior

7.5 O consolidado do município deverá ser encaminhado à Secretaria Estadual de Saúde e o consolidado dos estados à ANVISA e à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

8. Disposições Transitórias

8.1. As instituições existentes na data da publicação desta RDC, independente da denominação ou da estrutura que possuam, devem adequar-se aos requisitos deste Regulamento Técnico, no prazo de vinte e quatro meses a contar da data de publicação desta.

9. Referencia Bibliográfica

- BRASIL. LEI Nº. 10.741/2003 - Lei Especial - Estatuto do Idoso. Diário Oficial da União,

Brasília, 2003.

- BRASIL. LEI Nº. 8.842/1994 - Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1994.
- BRASIL. DECRETO Nº. 1.948/1996 - Regulamenta a Lei 8.842 de 1994 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.
- BRASIL. PORTARIA Nº. 73, DE 2001 - Normas de Funcionamento de Serviços de Atenção ao Idoso no Brasil, Secretaria de Políticas de Assistência Social Departamento de Desenvolvimento da Política De Assistência Social, Gerência de Atenção a Pessoa Idosa. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.
- BRASIL. LEI Nº. 6.437, 1977 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1977.
- BRASIL. DECRETO Nº 77052, de 1976 - Dispõe sobre a fiscalização sanitária das condições de exercício de profissões e ocupações técnicas e auxiliares, relacionadas diretamente com a saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 1976.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - SEPN 515, Bl.B, Ed.Ômega - Brasília (DF) CEP 70770-502 - Tel:
(61) 3448-1000
Disque Saúde: 0 800 61 1997